

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

JULIANA MARÇAL DA SILVA

**CRÉDITO CONSIGNADO: PERFIL DOS SERVIDORES DA UFRPE E A
PROPENSÃO AO RISCO DE ENDIVIDAMENTO**

**RECIFE
2020**

JULIANA MARÇAL DA SILVA

**CRÉDITO CONSIGNADO: PERFIL DOS SERVIDORES DA UFRPE E A
PROPENSÃO AO RISCO DE ENDIVIDAMENTO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira

**RECIFE
2020**

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Maria Betânia de Santana da Silva, CRB4-1747

S586c

Silva, Juliana Marçal da

Crédito consignado: perfil dos servidores da UFRPE e a propensão ao risco de endividamento / Juliana Marçal da Silva. - 2020.

118 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2020.

Inclui referências e apêndices.

1. Empréstimo bancário. 2. Servidores públicos – Finanças pessoais. 3. Dívidas pessoais. 4. Educação Financeira. I. Oliveira, Marcos Roberto Gois de (Orientador). II. Título.

332.02402 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2020 – 059)

JULIANA MARÇAL DA SILVA

**CRÉDITO CONSIGNADO: PERFIL DOS SERVIDORES DA UFRPE E A
PROPENSÃO AO RISCO DE ENDIVIDAMENTO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovada em: 09/06/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Charles Ulises de Montreuil Carmona (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Luiz Carlos Marques dos Anjos (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a minha amada mãe Helena, que desde o primeiro passo me incentivou na caminhada do conhecimento e ao meu esposo Alyson, por toda dedicação e paciência. A eles, todo meu respeito, cuidado e amor.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus pelo dom da vida, pela saúde, coragem e perseverança em concluir mais essa etapa da minha vida acadêmica.

Ao meu orientador Marcos Gois, por ter acreditado em mim, pelas orientações, paciência e compreensão ao longo desse período, pelos conhecimentos e contribuições relevantes no desenvolvimento da pesquisa, e por ter seguido comigo até aqui.

A minha estimada mãe Helena, que sempre me encorajou a seguir no caminho da sabedoria e ao meu marido Alyson, que nos momentos mais difíceis esteve ao meu lado me dando apoio para continuar. Com vocês a jornada ficou mais leve.

Aos os meus colegas da turma 16 pelo aprendizado, pela troca de conhecimentos, pelos debates, pelos seminários, pelas brincadeiras, pelos poemas que tanto nos alegrava. E, em especial, aos colegas Manoel e Charlene, que me acolheram desde o primeiro momento e seguiram firme comigo até o final dessa trajetória.

Agradeço também a todos os meus colegas da CCP, especialmente a Jacqueline, Rodolfo e Luiz, por todo o incentivo e paciência nesse período de aprendizado, por terem me apoiado e acreditado em mim.

Por fim, agradeço a minha querida instituição Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela oportunidade proporcionada de adquirir conhecimentos e novas experiências. O meu muito obrigada!

“Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas”.

Mário Quintana

RESUMO

O crédito consignado, espécie de operação de crédito para empréstimo pessoal, dotado de taxas de juros geralmente abaixo das praticadas pelo mercado e com cobrança das parcelas fixas mensais em folha de pagamento, representa uma alternativa atrativa para os servidores públicos federais. Porém, se utilizado sem o devido planejamento pode acarretar fortes impactos na vida do contratante. Diante disso, a presente pesquisa teve por objetivo identificar o perfil dos servidores técnico-administrativos efetivos do *campus* Sede da UFRPE que são usuários do crédito, sobretudo do crédito consignado, bem como a propensão ao risco de endividamento que possuem. O desenvolvimento deste estudo ocorreu por meio da elaboração de dois ensaios, estando o primeiro destinado a fornecer um diagnóstico acerca dos empréstimos consignados contraídos pelos servidores da UFRPE, além de traçar o perfil desses servidores, e o segundo, focado em analisar o contexto que influencia a tomada de crédito tendo em vista a propensão ao risco de endividamento, e verificar a situação de endividamento dos servidores com base nos conhecimentos de educação financeira. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de natureza descritiva e exploratória, sendo realizada em uma amostra de 185 servidores. Os dados fornecidos pela instituição, assim como os coletados por meio da aplicação do questionário estruturado (*survey*), foram analisados a partir da estatística descritiva de frequência e tabelas de referência cruzada através do programa Microsoft Excel 2010 e software SPSS Statistics da IBM. A partir da análise do DDP/UFRPE constatou-se que as instituições financeiras com maior volume de empréstimos foram Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal e Banco Santander e que o percentual da folha referente a empréstimos consignados foi de 5,13% e 3,22%, no período analisado. Quanto ao perfil dos participantes, identificou-se que a maioria é formada por homens (39,5%), casados (42,2%), pardos (42,7%), com idade entre 35 e 44 anos, tem mestrado (27,0%), reside em imóvel alugado (29,7%) e possui 2 dependentes econômicos (26,5%). O meio de pagamento mais utilizado é o cartão de débito (39,5%) e 91,9% do total dos participantes utiliza cartão de crédito, com 27,0% comprometendo entre 30 e 40% da renda com cartões, mas com consciência acerca do uso do crédito ao evitar o uso das modalidades mais onerosas. Em relação à propensão ao endividamento, dentre os que gastam mais do que ganham (28,6%) estão os mais jovens (até 34 anos), 56,8% possui empréstimo consignado, 47,0% não cultiva o hábito de poupar e entre os que poupam, a maioria (43,0%) investe na poupança, considerando que 45,0% reconhece possuir apenas conhecimentos básicos de Educação Financeira, o que revela a necessidade de iniciativas de capacitação nessa área.

Palavras-chave: Crédito Consignado; Endividamento; Servidor Público; Educação Financeira.

ABSTRACT

Payroll loans, a type of credit operation for personal loans, with interest rates generally below those practiced by the market and with the payment of fixed monthly installments discounted directly from the payroll, represent an attractive alternative, especially for federal civil servants. However, if used without proper planning, it can have strong impacts on the life of the contractor. In view of this, the present research aimed to identify the profile of effective technical-administrative servant's aspects of the *campus* headquarters UFRPE of which are users of credit, above all, the credit payroll and the propensity for the debt risk they have. The development of this study occurred through the elaboration of two essays, the first one being intended to provide a diagnosis about the payroll loans contracted by UFRPE servers, in addition to tracing the profile of these servers, and the second, focused on analyzing the context that influences the taking of credit in view of the risk of indebtedness, and verifying the situation towards the indebtedness of civil servants based on knowledge of financial education. It is a quantitative research, of a descriptive and exploratory nature, being carried out in a sample of 185 servers. The data provided by the institution as well as the data collected through the application of the structured questionnaire (*survey*) were analyzed using descriptive frequency statistics and cross-reference tables using the Microsoft Excel 2010 program and IBM's SPSS Statistics software. From the analysis of the DDP / UFRPE, it was found that the financial institutions with the highest volume of loans were Bank of Brazil, Caixa Economic Federal and Santander Bank and the (%) of the payroll deductible payroll was 5.13% and 3.22%, in the analyzed period. As for the profile of the participants, it was identified that the majority is formed by men (39.5%), married (42.2%), brown (42.7%), aged between 35 and 44 years, with a master's degree (27.0%), lives in rented property (29.7%) and has 2 economic dependents (26.5%). The most used payment method is the debit card (39.5%) and 91.9% of the total participants use a credit card, with 27.0% committing between 30 and 40% of their income with cards, but with awareness about the use of credit by avoiding the use of the costliest modalities. Regarding the propensity for indebtedness, among those who spend more than they earn (28.6%) are the youngest (up to 34 years), 56.8% have a payroll loan, 47.0% do not cultivate the habit of saving and among those who save, the majority (43.0%) invest in savings, considering that 45.0% recognize that they have only basic knowledge of Financial Education, which reveals the need for training initiatives in this area.

Keywords: Payroll Loans; Indebtedness; Public server; Financial Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Itens que mais pesam no orçamento.....	87
Gráfico 2 – Quantidade de contratos de crédito consignado por servidor.....	88
Gráfico 3 – Percepção de endividamento dos servidores	95
Gráfico 4 – Qual(is) destes investimentos você possui? (Q36).....	98
Gráfico 5 – Percepção de conhecimentos sobre Educação Financeira.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aspectos que influenciam na propensão ao endividamento.....	20
Quadro 2 – Instituições Financeiras e os valores em R\$ em consignação na UFRPE.....	34
Quadro 3 – Síntese do instrumento de coleta de dados – questionário	37
Quadro 4 – Síntese do questionário referente ao perfil da dívida, propensão ao endividamento, percepção de risco e educação financeira.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de servidores ativos.....	38
Tabela 2 – Servidores por carreira e situação funcional.....	39
Tabela 3 – Evolução da Folha de Pagamento.....	39
Tabela 4 – Valor das Consignações nos bancos com maior volume de empréstimos.....	41
Tabela 5 – Distribuição por gênero dos servidores	42
Tabela 6 – Distribuição por faixa etária	43
Tabela 7 – Estado civil	44
Tabela 8 – Quantidade de dependentes econômicos por servidor.....	45
Tabela 9 – Condição de moradia	46
Tabela 10 – Grau de escolaridade.....	47
Tabela 11 – Distribuição por raça.....	48
Tabela 12 – Tempo de serviço na UFRPE	49
Tabela 13 – Faixa de renda familiar mensal.....	50
Tabela 14 – Meio de pagamento das despesas	51
Tabela 15 – Uso do cartão de crédito	52
Tabela 16 – Percentual da renda líquida usado com cartão de crédito e empréstimo	53
Tabela 17 – Uso do limite de crédito/cheque especial para pagar gastos cotidianos	54
Tabela 18 – Situação em relação aos gastos	86
Tabela 19 – Relação entre faixa etária e Situação em relação aos gastos	86
Tabela 20 – Dependência de crédito consignado	88
Tabela 21 – Instituição financeira e estratégias relativas ao crédito consignado	89
Tabela 22 – Qual(is) motivo(s) fizeram você contrair crédito consignado? (Q19).....	90
Tabela 23 – Sentimentos que o desequilíbrio financeiro pode causar.....	91
Tabela 24 – Relação entre Gênero e Conhecimento das dívidas.....	92
Tabela 25 – Relação entre Gênero e Compras por impulso	92
Tabela 26 – Endividamento frente às variáveis propensão ao endividamento e percepção de risco	94
Tabela 27 – Análise da educação financeira em relação à variável percepção de conhecimento de educação financeira.....	97
Tabela 28 – Relação entre Investimentos e Grau de escolaridade.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CODAI	Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas
CONDSEF	Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
COPOM	Comitê de Política Monetária
DDP	Demonstrativo de Despesa com Pessoal
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGEPE	Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
UACSA	Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho
UAG	Unidade Acadêmica de Garanhuns
UAST	Unidade Acadêmica de Serra Talhada
UEADTec	Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	14
1.1 Justificativa	18
1.2 Problematização.....	21
1.3 Objetivos.....	22
1.4 Estrutura da Dissertação	23
2 CRÉDITO CONSIGNADO E O PERFIL DOS SERVIDORES DA UFRPE	24
2.1 Introdução	24
2.2 Referencial Teórico.....	26
2.2.1 Definições e Origem do Crédito Consignado.....	26
2.2.2 Conhecendo a UFRPE.....	31
2.2.3 Gestão da Folha de Pagamento na UFRPE e o Crédito Consignado	33
2.3 Discussão Metodológica	34
2.4 Análise dos resultados	38
2.5 Considerações Finais	54
REFERÊNCIAS	57
3 USO DO CRÉDITO CONSIGNADO E A PROPENSÃO AO RISCO DE ENVIDAMENTO DOS SERVIDORES DA UFRPE	65
3.1 Introdução	65
3.2 Referencial Teórico.....	67
3.2.1 Crédito, Risco e a Teoria do Prospecto	67
3.2.2 Uso do Crédito e Endividamento	69
3.2.3 Conjuntura Atual x Endividamento do Servidor Público.....	72
3.2.4 Propensão ao risco de Endividamento e a Relevância da Educação Financeira	79
3.3 Discussão Metodológica	82
3.4 Análise dos Dados	85
3.5 Considerações Finais	100
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO I	112
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	115

1 INTRODUÇÃO GERAL

O crédito desempenha um papel crucial no desenvolvimento de uma nação, produz impactos diretos na atividade econômica e o aumento na sua oferta representa um dos fatores responsáveis pela retomada do crescimento econômico e geração de bem-estar das pessoas (MEDEIROS; OLIVEIRA; BENDER FILHO, 2018). Aliado a isso, em uma sociedade gradativamente mais consumista, na qual as pessoas são estimuladas constantemente a desenvolver anseios e necessidades insaciáveis, adquirir bens, produtos ou serviços passou a figurar como *status* e bem-estar, e conseguir equilibrar as contas tem se tornado um desafio.

Desse modo, Bauman (2008, p. 41) afirma que “de maneira distinta do consumo, que é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade”. Lira (2014, p. 24) também discorre que “Deve-se evitar confusão entre consumo e consumismo. O primeiro se refere à satisfação das necessidades básicas do ser humano: vestir-se, alimentar-se, transporte, saúde. O consumismo, porém, é o hábito de adquirir produtos, muitas vezes desnecessários, compulsivamente”.

Ademais, a possibilidade de ter a sensação, mesmo que no curto prazo, de ampliar a renda disponível e o poder de compra para suprir as necessidades financeiras fez do crédito consignado uma opção interessante para boa parte da sociedade, sobretudo para os servidores públicos federais. Estes que tem a regulamentação da concessão do crédito consignado através da Lei 8.112 de 1990 e do Decreto 8.690 de 2016.

Ao passo que, o desenvolvimento da tecnologia, o avanço da globalização e de novas maneiras de ofertar bens, serviços e informações acarretaram diversas alterações no mercado de crédito atual. O crescimento progressivo na oferta de produtos e serviços financeiros propagados por meio da publicidade agressiva dos seus fornecedores transformou as operações de crédito em uma transação de consumo comum e rotineira para os indivíduos (ALVES, 2016).

Nessa perspectiva, o crédito consignado com desconto em folha de pagamento figura como uma modalidade de empréstimo com custos menores e de fácil obtenção, assim é compreensível que tenha desempenhado papel relevante no mercado de concessão de crédito na última década. Porém, essa facilidade no acesso ao crédito em consignação pode apresentar riscos se adquirido de maneira irresponsável e sem planejamento por parte dos usuários, ou em relação às instituições, caso adotem práticas inadequadas de oferta e renovação sem a devida prudência, podendo acarretar o endividamento excessivo dos consumidores, segundo o Banco Central do Brasil (BCB) em sua Cartilha de Cidadania Financeira, ano 2018.

Nesse sentido, Soares, Cavalhero e Trevisan (2017) pontuam que essa facilidade de contratação associada às políticas de expansão de crédito ocasiona, em muitos momentos, um endividamento em excesso, que compromete parte significativa da renda dos servidores, provocando impacto negativo sobre a qualidade de vida, condição psicológica, estabilidade social e capacidade laboral dos indivíduos.

Diante disso, Flores (2012, p.15) salienta que “uma das consequências negativas do endividamento é a probabilidade de inadimplência do consumidor”. Fato que pode ser evidenciado a partir do levantamento desenvolvido mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que representa a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), referente ao mês de setembro de 2019, em que foi constatado que o percentual de famílias com dívidas aumentou pelo nono mês consecutivo em 2019, alcançando 65,1% do total, sendo o maior patamar desde julho de 2013 e o terceiro maior resultado da série histórica. O cartão de crédito foi apontado como o principal tipo de dívida (79,5%) pelas famílias endividadas, seguido por carnês (15,5%), financiamento de carro (9,7%), financiamento de casa (8,8%) e crédito pessoal (8,4%).

No mesmo período de 2018, o percentual era de 60,7% e em agosto/2019 correspondeu a 64,8%. As dívidas em atraso também foram superiores em setembro/2019 (24,5%) ante o mês anterior (24,3%), assim como o percentual de pessoas que afirma que não terão condições de pagar as dívidas sofreu um ligeiro aumento (9,6%) em setembro/2019 diante de agosto do mesmo ano (9,5%). Sinalizando que independente da modalidade de crédito que está sendo utilizada, quando a situação econômica atravessa períodos de crise isso tende a contribuir para o número elevado de pessoas em situação de endividamento no país.

Fato que decorre, em boa parte dos casos, da falta de planejamento orçamentário adequado das famílias associada à facilidade na concessão de crédito, a chamada “democratização do crédito”, presenciada na conjuntura econômica brasileira desde meados de 2004. Facilidade esta que também tornou possível efetuar compras a partir de diversos dispositivos móveis, a exemplo de celulares, tablets e computadores, servindo assim, como uma espécie de suavização de algum tipo de problema ou conflito e contribuindo para o endividamento sem o devido controle (CARRARO; MEROLA, 2018).

No tocante aos aspectos econômicos, de acordo com dados presentes no Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil, vol. 18, nº. 1, de abril de 2019, antes do advento da pandemia do novo Coronavírus, o processo de recuperação econômica do Brasil encontrava-se:

Os indicadores da atividade econômica continuaram evidenciando recuperação gradual da economia brasileira no segundo semestre de 2018. No entanto, o ritmo de crescimento está abaixo do esperado, os índices de utilização da capacidade da produção da indústria ainda são baixos e o desemprego permanece elevado. A continuidade do processo de reformas e de ajustes na economia doméstica é essencial para uma recuperação sustentável e para a manutenção da inflação baixa no médio e no longo prazo (BCB, 2019, p. 06).

Desse modo, verificava-se que a economia apresentava sinais discretos de recuperação, apesar de relevar um desempenho ainda abaixo do desejado, com altos índices de desemprego e baixos níveis de investimento no país, com características de uma economia enfraquecida e que vislumbrava na implementação da agenda de reformas uma alternativa para recuperação do crescimento econômico.

Entretanto, todas essas previsões e estimativas encontram-se em meio a um processo de alterações drásticas após o surgimento da pandemia do novo Coronavírus, uma emergência de saúde pública que vem acarretando impactos devastadores a nível mundial, cujos fortes efeitos já começam a ser sentidos na economia nacional. Até pouco antes desse grande surto, o Brasil possuía um cenário de inflação controlada, com estimativa de 3,5% a.a., mas com o advento da Covid-19 prontamente foi ajustada para o patamar de 2,0% a.a. Registrando em maio/2020, uma queda de 0,59% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), a maior deflação desde o início do Plano Real, em julho de 1994, e a segunda deflação seguida do IPCA-15, que computou -0,01% em abril/2020 (IBGE, 2020).

Situação semelhante é encontrada em relação ao PIB, que sofreu redução da expectativa de crescimento de 2,1% para zero já no início da pandemia em março/2020, com perspectiva mais recente, realizada em maio/2020, de queda de cerca de 4,7% até o fim do ano de 2020, segundo dados do IBGE (2020).

Também foram registrados cortes da taxa Selic, atingindo a marca histórica de 3,0% e seguindo com previsão de corte de 0,75% na próxima reunião do COPOM. A desvalorização do real também vem sendo sentida fortemente, com o dólar atingindo a cotação recorde de R\$ 5,90 no início de maio/2020. Fatores que convergem para um horizonte em que o que o crédito se torna mais caro em decorrência do aumento do risco de inadimplência que a instabilidade vem causando (BCB, 2020). Fatores que compõem o delineamento de uma situação que exigirá ainda mais atenção quanto ao planejamento orçamentário das famílias frente às dificuldades que serão impostas na conjuntura pós-pandemia, uma vez que se desenha uma tendência de recessão econômica e evitar o endividamento será de fundamental importância.

Interligando essa realidade ao panorama evidenciado pelos servidores públicos federais, é pertinente destacar as novas perspectivas quanto às despesas com pessoal após a promulgação

da EC nº 95, em 15 de dezembro de 2016. Esta que introduziu um novo regime fiscal de teto de gastos, no qual foram congeladas as despesas primárias da União em termos reais no período de 20 anos, ou seja, de 2017 até 2036. Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em sua Carta de Conjuntura nº 41, de 2018, pontuou as possíveis sanções aplicáveis ao Executivo Federal caso não sejam cumpridas as regras estabelecidas:

Em caso de descumprimento do limite, a EC 95 estabelece algumas medidas corretivas de aplicação automática, como vedação de reajustes nas remunerações, criação de cargos, empregos ou funções, alteração na estrutura de carreiras, contratação ou admissão de pessoal, realização de concursos públicos, criação de despesa obrigatória e adoção de qualquer outra medida que implique acréscimo nesse tipo de gasto acima da inflação. O Poder Executivo, quando exceder o seu limite individual, fica ainda proibido de aumentar suas despesas com subsídios e as renúncias de arrecadação por meio de incentivos tributários (IPEA, 2018, p. 03).

Dessa forma, caso não seja respeitado o limite de teto de gastos imposto pela EC nº 95/2016 o Poder Executivo Federal pode sofrer sanções como a proibição concursos públicos, alteração da estrutura de carreiras e vedação de reajustes nas remunerações ou qualquer outra medida que ocasione aumento desse tipo de gasto. Cabe ressaltar também a proposta de Reforma Administrativa, que visa reduzir em 25% os salários e jornadas de trabalho dos novos servidores do Executivo federal.

Acrescida das mudanças propostas na Lei Complementar nº 173/2020, que traça um plano de socorro aos estados e municípios no enfrentamento do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) por meio da alteração de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101/2000) com a proibição de qualquer espécie de reajuste que impacte em aumento de gastos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios até o dia 31 de dezembro de 2021.

Fatores que geram um cenário de incerteza acerca do adequado funcionamento das instituições, dúvidas para os servidores públicos federais quanto aos aspectos financeiros, além de produzirem uma certa instabilidade e até mesmo sentimento de insegurança em relação a planos futuros. Constituindo assim um fator responsável por suscitar o interesse em compreender melhor como o servidor, especificamente os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), *campus* Sede/Dois Irmãos, têm se comportado financeiramente em meio a essa complexa realidade.

Tendo como exemplos os estudos de Acordi (2019), Lopes (2018) e Alves (2016) que se propõem a analisar os motivos que levam os servidores a utilizarem o crédito consignado, entender a percepção que apresentam acerca do impacto destas dívidas em seu orçamento,

identificar o surgimento de sentimentos que podem afetar sua qualidade de vida e bem-estar familiar, a relação entre os hábitos de consumo e o endividamento constante, o presente estudo pretende: fornecer um breve diagnóstico referente aos empréstimos consignados contraídos pelos servidores da UFRPE; traçar o perfil destes usuários do crédito, sobretudo do crédito consignado; analisar o contexto que os influencia na tomada de crédito, além de verificar a situação de endividamento destes servidores e a propensão ao risco de endividamento a que estão expostos, com base nos conhecimentos de educação financeira que possuem.

1.1 Justificativa

Sabe-se que o crédito possui papel de grande relevância junto à economia de um país em virtude de possibilitar a expansão das atividades produtivas, aumentar o poder de compra dos consumidores e ampliar as transações de mercado (SOUZA, 2015). Nesse contexto está inserido o crédito consignado, modalidade de crédito que tem contabilizado uma parcela cada vez maior de usuários no serviço público diante do atual cenário econômico, figurando assim como foco do presente estudo (ACORDI, 2019).

Diversas pesquisas têm sido desenvolvidas no contexto das Universidades Federais com o intuito de demonstrar a importância do uso consciente do crédito frente à situação de endividamento que vem acometendo seus servidores, a exemplo de Lopes (2018), Pacheco; Campara e Costa Jr. (2018), Leão (2016), Souza (2015) e Lira (2014).

E como caso semelhante ao que se busca realizar na pesquisa, encontra-se o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em que Alves (2016) elaborou um estudo com 2.715 servidores técnico-administrativos visando analisar o crescente índice de endividamento financeiro destes servidores. Através de uma pesquisa quali-quantitativa baseada em dados coletados no Sistema SIAPE juntamente com a aplicação de questionário.

Os resultados encontrados evidenciaram que 70% de servidores são usuários do crédito consignado, ou seja, 1.903 servidores. Sendo compostos por 81% na faixa etária entre 41 e 60 anos de idade, 58% do sexo masculino, 49% deles são casados, 47% destes possuem nível superior e 82% possuem até dois dependentes cadastrados. Dentre os motivos de endividamento citados com maiores percentuais foram “investimento” e “consumo” com 27% e 25%, respectivamente, seguidos por “má gestão familiar”, com 19% e “redução de renda familiar”, citado por 12% dos servidores entrevistados.

Em meio a isso, cabe pontuar a situação enfrentada pelos servidores técnico-administrativos atualmente, uma vez que o último reajuste concedido foi de 10,8% dividido em

duas parcelas, pagas em agosto/2016 e em janeiro/2017. De modo que, a categoria segue acumulando perdas salariais de até 33%, com o risco de corroer cerca de metade do seu poder de compra até o ano de 2026, segundo a CONDSEF (2020).

Diante dessa realidade, nota-se que o crédito consignado tem sido um fator reiteradamente presente na vida financeira dos servidores de universidades, em virtude do cenário de deteriorização salarial em que não há reajuste nem reposição de perdas inflacionárias e do achatamento do poder de compra registrado ao longo dos anos de serviço público.

Fato que merece atenção, tendo em vista o risco que tal conduta pode representar à saúde financeira do servidor, motivando assim o interesse em se conhecer melhor acerca dessa realidade no âmbito da UFRPE e identificar qual o perfil dos servidores da instituição que fazem uso desse tipo de crédito, assim como verificar a propensão ao risco de endividamento a que estão expostos.

Levando em consideração para o desenvolvimento do estudo que dentre as principais variáveis que podem explicar a dívida, fatores como renda, gênero, idade, nível de escolaridade, etnia, histórico familiar, número de cartões de crédito, são itens inerentes às pesquisas elaboradas na área de endividamento (BONOMO; MAINARDES; LAURETT, 2017).

Nesse contexto, Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) assinalam ainda que tanto o comportamento diante do endividamento quanto o conhecimento financeiro estão suscetíveis a serem influenciados por traços do perfil dos indivíduos. E que as variáveis: sexo, idade, escolaridade, estado civil, renda, moradia, ocupação, quantidade de dependentes representam algumas dessas possíveis relações.

Destarte, no presente estudo foram analisadas questões quanto ao perfil de cada servidor, em relação a pontos como gênero, idade, escolaridade, moradia, renda familiar, estado civil, quantidade de dependentes, tempo de serviço além de questões ligadas ao crédito, tendo como base o estudo de Flores (2012) que examinou 15 variáveis, com o objetivo de explicar a propensão ao endividamento. As variáveis investigadas por ela foram: idade, gênero, estado civil, quantidade de dependentes, escolaridade, ocupação, renda familiar, moradia, religião, princípios religiosos, raça, utilização do cartão de crédito, dependência do crédito e perfil dos gastos.

Também foi tomada como base a relação destas variáveis com a propensão ao endividamento dos servidores, a partir dos estudos citados por Pacheco, Campara e Costa Júnior (2018, p. 58) conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Aspectos que influenciam na propensão ao endividamento

Variável	Relação esperada entre o endividamento e as variáveis de perfil	Autores
Sexo	Homens = maior endividamento	Baek e Hong (2004); Nogueira (2009); Flores (2012); Huang e Kisgen (2013)
	Mulheres = maior endividamento	Ponchio (2006); Berg <i>et al</i> (2010)
Idade	Maior idade = menor endividamento	Ponchio (2006); Wang <i>et al</i> (2011); Flores (2012)
Estado civil	Solteiros = maior endividamento	Disney e Gathergood (2011); Flores (2012)
Dependentes	Ter dependentes = maior endividamento	Keese (2010); Wang <i>et al</i> (2011)
	Ter dependentes = menor endividamento	Flores (2012)
Escolaridade	Mais escolaridade = menor endividamento	Ponchio (2006); Claudino, Nunes e Silva (2009); Disney e Gathergood (2011); Keese (2012); Flores (2012); Flores, Vieira e Coronel (2013)
Ocupação	Desempregado = maior endividamento	Disney e Gathergood (2011)
	Servidor público = menor endividamento	Campara, Flores e Vieira (2014)
Moradia	Morar sozinho = maior endividamento	Keese (2010); Disney e Gathergood (2011); Flores (2012)
Renda	Menor renda = maior endividamento	Katona (1975); Stone e Maury (2006); Claudino, Nunes e Silva (2009); Flores (2012)

Fonte: (PACHECO; CAMPARA; COSTA JÚNIOR, 2018, p. 58)

Desse modo, a pesquisa tem o propósito de identificar o perfil do servidor e sua situação de endividamento e, a partir da percepção de conhecimentos de educação financeira, analisar a propensão ao risco de endividamento, podendo também vislumbrar alternativas que se proponham a contribuir com orientações aos envolvidos, com foco em fazê-los repensar acerca dessa realidade e desenvolver uma maior conscientização quanto ao risco que o endividamento oferece. Ao passo que, as informações produzidas poderão auxiliar na elaboração de materiais

internos para cursos de capacitação na instituição e no desenvolvimento de políticas públicas destinadas ao estímulo de uma melhor gestão dos recursos financeiros por parte da população.

Assim, pontuando o fato de que servidores de uma unidade de Gestão de Pessoas, mais precisamente da folha de pagamento, estão em contato frequente com os servidores/usuários do crédito em questão: seja prestando informações a respeito de contracheques, valores, margem consignável disponível, realizando consultas de dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), tomando conhecimento de diversos problemas com as consignatárias e usualmente ouvindo relatos acerca da dificuldade financeira para honrar os compromissos com a remuneração recebida, fazendo com que essa temática despertasse o interesse para o desenvolvimento da pesquisa.

1.2 Problematização

Todas as iniciativas destinadas a conscientizar a sociedade e, sobretudo os servidores públicos federais, acerca da importância da atitude responsável quanto ao uso do crédito e os efeitos que o endividamento excessivo pode causar são de grande relevância para o desenvolvimento de estudos na academia.

A preocupação com o endividamento, especialmente com o contexto brasileiro, se explica em função do percentual de famílias nesta situação ser elevado (PACHECO; CAMPARA; COSTA JR, 2018. Sendo esse entendimento corroborado por Vieira, Flores e Campara (2014, p. 201) ao afirmarem que “o número de famílias endividadas vem crescendo no Brasil”.

Nesse contexto encontram-se os servidores públicos, que a partir de informações do BCB, Acordi (2019) afirma que estes são os maiores usuários do crédito consignado, correspondendo em março de 2018, a 56,2% do total de tomadores. E ao fazer uma comparação, foi constatado que em março de 2008, os servidores possuíam R\$ 59 bilhões em dívidas com empréstimo consignado; já em março de 2018, esse montante foi triplicado, chegando à importância de R\$ 178 bilhões.

Ainda nessa perspectiva, Leão (2016) desenvolveu um estudo com servidores técnico-administrativos da UFRPE visando entender como as estratégias de endividamento financeiro impactam na vida, nas práticas de consumo e bem-estar familiar e no ambiente socioprofissional dos servidores. Foi detectado que entre os anos de 2012 e 2015 houve um aumento de 95,12% em relação ao montante referente a estes empréstimos na UFRPE, assim como o quantitativo

de descontos em folha concernentes aos empréstimos consignados também sofreu acréscimo, passando de 4.485 consignações em maio de 2012 para 5.616 em setembro de 2015.

Salientando que tudo isso possui estreita relação com as alterações verificadas na situação econômica do país, juntamente com as facilidades de acesso ao crédito e a ampla oferta de produtos financeiros oferecidos, constituindo aspectos responsáveis por incentivar a sociedade ao consumo e, conseqüentemente, a maior propensão ao endividamento” (CAMPARA; VIEIRA e CERETTA, 2016).

Isto posto, diante do estímulo incessante ao gasto e consumo excessivo, que são contrapostos pela realidade de congelamentos de salários, cortes de gastos, desemprego estrutural e economia enfraquecida, verificou-se a necessidade de analisar a figura do crédito consignado no panorama econômico atual. Com o propósito de conhecer melhor o servidor público adepto dessa forma de crédito e identificar os riscos de endividamento aos quais esse nicho está suscetível. Surgindo assim, o seguinte questionamento: qual o perfil dos servidores técnico-administrativos ativos, integrantes do *campus* Sede da UFRPE, que são usuários do crédito consignado e sua propensão ao risco de endividamento?

1.3 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa consiste em identificar o perfil dos servidores técnico-administrativos ativos do *campus* Sede da UFRPE que são usuários do crédito, sobretudo do crédito consignado e qual a propensão ao risco de endividamento que possuem.

Tendo como objetivos específicos para se alcançar o propósito maior:

- Fornecer um diagnóstico acerca dos empréstimos consignados contratados pelos servidores da UFRPE;
- Traçar o perfil dos servidores técnico-administrativos usuários do crédito, sobretudo do crédito consignado;
- Analisar o contexto que influencia os servidores à tomada dessa espécie de crédito e a propensão ao risco de endividamento a que estão expostos;
- Verificar a situação de endividamento destes servidores com base nos conhecimentos de educação financeira que apresentam.

1.4 Estrutura da Dissertação

A presente pesquisa é composta inicialmente por uma introdução geral, que explana a questão da importância do crédito para a economia, a relação entre o estímulo ao consumo e o uso do crédito, e como o empréstimo consignado pode ser relevante nesse contexto. Também foi pontuada a conjuntura econômica atual e a situação de endividamento da população. Na introdução geral constam ainda a justificativa, o problema de pesquisa e objetivos geral e específicos.

Este estudo foi dividido em dois capítulos, apresentados em forma de artigos, onde cada artigo englobou dois objetivos específicos da pesquisa.

O primeiro artigo abordou a modalidade de crédito conhecida como crédito consignado e buscou revelar o perfil dos servidores técnico-administrativos ativos, integrantes do *campus* Sede, da UFRPE que são usuários desse tipo de empréstimo, além de fornecer um diagnóstico acerca dos empréstimos consignados contraídos por estes servidores. Incluiu definições do crédito consignado, origem e a legislação pertinente, associados a uma abordagem ampla acerca das modalidades de linhas de crédito disponíveis e taxas de juros utilizadas. Também apresentou a instituição pesquisada, a UFRPE, simultaneamente com informações sobre a gestão da folha de pagamento da referida Universidade.

O segundo artigo explanou o uso do crédito, sobretudo do crédito consignado, trouxe definições, a relação com a atual conjuntura econômica e alguns casos de endividamento de servidores de Universidades Federais como exemplo. Teve como premissas analisar o contexto que influencia os servidores na tomada de crédito e a propensão ao risco de endividamento a que estão expostos, além de verificar situação de endividamento destes servidores com base na percepção de educação financeira que possuem.

Em ambos os artigos foram apresentados os procedimentos metodológicos de coleta, análise e interpretação dos dados coletados e do questionário estruturado realizado através da amostra selecionada. Bem como, cada artigo contou com uma breve conclusão acerca dos resultados e as interpretações estatísticas dos dados levantados, no intuito de responder aos objetivos específicos da pesquisa.

Por fim, foram apresentadas as considerações finais concernentes aos resultados e à temática como um todo, com o propósito de responder o objetivo geral do estudo, assim como de fornecer sugestões e apontamentos sobre como enfrentar com responsabilidade e consciência o problema do endividamento. E na última parte de cada trabalho foram relacionadas as referências bibliográficas.

2 CRÉDITO CONSIGNADO E O PERFIL DOS SERVIDORES DA UFRPE

2.1 Introdução

O crédito representa uma variável econômica bastante relevante para um país, em virtude de propiciar a ampliação das atividades produtivas, o incremento no poder de compra das famílias e a expansão das transações de mercado. Embora seja uma experiência relativamente recente no Brasil, Souza (2015) pontua que o crédito voltado para segmentos crescentes da população já foi capaz de transformar a economia e a vida das pessoas.

Nessa linha, Moura, Oliveira e Silva (2018, p. 6) afirmam que “o crédito consignado foi criado com o intuito de estimular o mercado de crédito no país, principalmente para o segmento de pessoas físicas”. Sendo entendida a consignação como uma espécie de desconto que incide sobre a remuneração do servidor, respeitada a margem consignável disponível, condicionado a sua autorização prévia e formal.

Nesse contexto, é sabido que em determinados momentos, tanto governos como pessoas e empresas optam por reservar parte de seus rendimentos e, que em outros, acabam gastando mais do que possuem, gerando a necessidade de aporte de renda. Daí, destaca-se a importância da oferta de crédito, sobretudo o consignado, pelo fato de esta modalidade figurar como um meio propulsor do consumo doméstico em curto prazo, uma vez que gera um aumento da renda disponível e do poder de compra das famílias.

Ao passo que Sicsú (2019, p. 130) considera que “o consumo é necessário para que outras variáveis sejam estimuladas, entre elas, a taxa de salários, lucros, aluguéis, etc.” Porém, em se tratando de longo prazo, essa influência sobre a indústria e, em sentido amplo, sobre a atividade econômica, pode ser restrita ou até mesmo encerrada em decorrência do crescimento do nível de endividamento dos consumidores (MEDEIROS; OLIVEIRA; BENDER FILHO, 2018).

Desse modo, o acesso ao crédito pode representar para os trabalhadores uma oportunidade de adquirir bens e serviços que os salários não seriam capazes de proporcionar. Mas, um dos principais impactos dos empréstimos na vida dos indivíduos é a ocorrência de um vasto processo de endividamento, que resulta no comprometimento de parcela relevante da renda com a quitação de empréstimos e dos juros (MOURA; OLIVEIRA; SILVA, 2018).

Frente a isso, Carvas (2018) pontua que o hábito de comprar a prazo com cobrança em parcelas mensais, tão difundido na cultura brasileira para aquisição de bens de consumo por possuir facilidade de obtenção de crédito e empréstimos, foi propagado sem o devido

conhecimento para os usuários do mercado de crédito. E que a carência de educação financeira possui uma ligação direta com a dificuldade em se constituir reservas financeiras e prevenir-se de endividamentos. De maneira que, o desenvolvimento de princípios básicos de educação financeira contribui não apenas com o orçamento familiar, mas com o indivíduo em sua totalidade.

Ademais, o processo de endividamento pode ser compreendido a partir de aspectos comportamentais baseados em questões demográficas próprias de cada indivíduo, conforme Ponchio (2006), que constatou a relação entre o endividamento e fatores como gênero, idade e escolaridade, demonstrando, por exemplo, que as mulheres são mais propensas a atitude de endividamento do que os homens.

Nesse sentido, cabe destacar que as variáveis demográficas como gênero, idade, nível de escolaridade, número de membros da família e os fatores demográficos, tais como renda, taxa de juros e emprego possuem uma relação muito tênue com os níveis de endividamento (BONOMO; MAINARDES; LAURETT, 2017).

À vista disso, apresenta-se o primeiro objetivo, que consiste em fornecer um diagnóstico sobre o empréstimo consignado no âmbito da UFRPE, sendo alicerçado em dados fornecidos pela instituição. Salientando que os resultados dessa pesquisa poderão servir de base para outros estudos e até como ferramenta para o incremento na oferta de cursos de capacitação na área de Educação Financeira destinados aos servidores.

Já o segundo objetivo, se propõe a traçar o perfil do servidor técnico-administrativo, usuário do crédito consignado na UFRPE, tomando como base aspectos do estudo de Flores (2012), no qual verificou-se a relação entre os traços demográficos representados pelas variáveis: idade, gênero, raça, escolaridade, estado civil, composição da família e situação da residência com a propensão ao endividamento.

Pontuando a relevância em pesquisar acerca do tema, pois identificou-se que em diversas universidades o número de servidores com empréstimo consignado é bastante significativo. Em meio a essa realidade, surgiu o seguinte questionamento: qual o perfil dos servidores técnico-administrativos ativos da UFRPE usuários do crédito, sobretudo do crédito consignado?

Este ensaio está distribuído em três tópicos, sendo o primeiro relativo a conceitos básicos e definições do tema crédito consignado, sua origem, evolução e as taxas de juros que costumam ser mais atrativas nas operações desse tipo de crédito. O segundo apresenta a instituição pesquisada (UFRPE) e o terceiro tópico, explana o funcionamento da gestão da folha de pagamento frente à concessão de empréstimo consignado aos servidores. Seguido da

proposta metodológica, apresentação e discussão dos resultados e posterior conclusão do estudo, acompanhado das referências utilizadas.

2.2 Referencial Teórico

2.2.1 Definições e Origem do Crédito Consignado

Inicialmente, a título de definição, o crédito consignado pode ser entendido como “uma modalidade de empréstimo em que o desconto da prestação é feito diretamente na folha de pagamento ou de benefício previdenciário do contratante” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018, p. 110). De modo que, “As consignações em folha de pagamento são descontos mensais processados nos contracheques dos servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão do Poder Executivo Federal, através do Sistema SIAPE e se dividem em compulsórias ou facultativas”, conforme Portaria Normativa nº. 1/2010-MPOG/SRH.

Cabe destacar que tal consignação em folha de pagamento ou em benefício é condicionada à autorização prévia e expressa do contratante à instituição financeira que concederá o empréstimo, assim como da validade do convênio entre a fonte pagadora e a instituição que oferta a operação.

Nessa perspectiva, Lira (2014) define o empréstimo consignado como uma opção interessante para o trabalhador devido à baixa taxa de juros e à garantia de inadimplência quase zero. Informa que o crédito consignado gera um impacto positivo na economia, uma vez que propicia a redistribuição de renda e incentiva o processo de inclusão social, permitindo a aquisição de serviços ou bens de consumo, sejam eles essenciais ou não e, de uma forma ou outra, contribui para o aquecimento da economia.

Enquanto Moura, Oliveira e Silva, (2018, p. 01) definem o crédito consignado como “uma modalidade recente de empréstimo, caracterizada por uma cláusula que impõe um desconto no salário do devedor, a fim de pagar a respectiva dívida junto ao banco credor”.

Também é salutar pontuar o fato de que ao efetuar os descontos das parcelas diretamente da folha de pagamento, o crédito consignado permite uma redução do risco de inadimplência, em decorrência do valor mensal do empréstimo já configurar como parte do salário, possibilitando ao empregador reduzir a taxa de juros cobrada. Outro fator para essa redução na taxa de juros pode ser explicado pela sensação de confiança que as instituições financeiras possuem em relação ao servidor público se manter no emprego quando comparado aos celetistas ou trabalhadores do setor privado.

Ainda em relação a definições e conceitos acerca do crédito consignado, Leão (2016) o denomina:

dentre os diversos produtos financeiros, o empréstimo consignado é um tipo de antecipação monetária que apresenta uma das menores taxas de juros do mercado, podendo ser extremamente benéfica para quem tem acesso, como, no caso dos servidores públicos federais (LEÃO, 2016, p. 20).

Em outras palavras, o crédito consignado pode ser compreendido como um tipo de desconto que, mediante autorização prévia e formal do tomador, incide sobre sua remuneração, sempre condicionada à margem consignável disponível.

Quanto a sua origem, o processo de tomar recursos emprestados para quitar dívidas teve sua início nas leis brasileiras com o Decreto-Lei n.º 9.790/1946 – que dispunha sobre a consignação de descontos sobre o salário dos mutuários das carteiras de empréstimos das instituições de previdência social – e, posteriormente, com a Lei n.º 1.046/1950, que tratava da consignação em folha de pagamento dos funcionários públicos em geral.

Alguns anos depois, foi publicada a Lei n.º 6.445/1977, normatizando as consignações em folha de pagamento de servidores civis, ativos e inativos da Administração Federal direta e das autarquias federais.

O Art. 45 da Lei n.º 8.112/90 (que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais) foi alterado pela Lei n.º 13.172/15, em seu Art. 3º, passando a vigorar o seguinte texto:

§ 1º. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

§ 2º. O total de consignações facultativas de que trata o § 1º não excederá a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração mensal, sendo 5% (cinco por cento) reservados exclusivamente para:

I – a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II – a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

(BRASIL, 1990, Lei 8.112/1990, Art. 45).

Destacando que a Lei n.º 13.172/15 alterou tanto a Lei n.º 8.112/90, quanto as Leis n.º 8.213/91 e a Lei n.º 10.820/03, no que tange ao desconto em folha de pagamento de valores direcionados ao pagamento de cartão de crédito. Estabelecendo o mesmo limite de 35% para desconto do benefício ou remuneração, sendo os 5% destinados exclusivamente para o pagamento de despesas advindas de cartão de crédito ou destinadas para o saque através do cartão de crédito.

Assim como o Decreto n.º 8.690/2016 da Presidência da República que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do

Poder Executivo Federal. Nele destaca-se o estabelecimento do limite de 96 parcelas para descontos de consignações e a determinação do percentual máximo permitido de 35% do valor da remuneração, do subsídio, do salário, do provento ou da pensão do consignado, no qual os 5% devem ser reservados exclusivamente para amortização de despesas contraídas no cartão de crédito ou para realizar saques por meio dele.

Nesse ínterim, além da modalidade de crédito conhecida como empréstimo consignado, o Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central do Brasil (2013, p. 25) afirma que “Existem várias modalidades de crédito. Por exemplo: limite do cheque especial, cartão de crédito, empréstimos, financiamentos imobiliários ou de veículos, compra a prazo em lojas comerciais”. Com destaque para o cartão de crédito, que nas modalidades à vista e parcelado lojista, (sem juros das instituições financeiras) é o produto de crédito mais utilizado pelos brasileiros.

Ante às modalidades de crédito disponíveis nas instituições financeiras, independente da espécie escolhida, é fundamental ter em mente que os produtos de crédito devem ser adequados ao perfil de cada consumidor, assim como estar atreladas às suas necessidades específicas e à capacidade de pagamento de cada pessoa, segundo informações do Banco Central do Brasil (2018), que assim define:

O crédito pode ser um excelente instrumento de suavização de consumo ao longo do tempo, pois possibilita a utilização de recursos no presente, esperando-se pagar com renda futura. No entanto, é importante que seja utilizado de forma sustentável. Quando isso não acontece, os níveis de endividamento e comprometimento da renda ultrapassam o limite do que é financeiramente gerenciável, levando à inadimplência. (BCB, 2018, p. 30).

Nota-se que a concessão de crédito permite que se antecipe o uso do dinheiro, sendo utilizado no presente um valor que só estaria disponível no futuro. Sendo assim, compreende-se que “o crédito consignado não é um adicional da renda familiar e sim uma maneira de se conseguir dinheiro para satisfazer alguma necessidade ou desejo” (LOPES, 2018, p. 41).

Diante disso, é relevante salientar que seu uso demanda cautela e respeito à capacidade de financiamento do usuário para que não incorra em dívidas sem controle e acarrete a tão temida inadimplência. Chamando atenção o fato de que “ao contrário do que se poderia esperar, a inadimplência é maior para os servidores públicos do que para o INSS” conforme Cartilha de Educação Financeira do BCB (2018).

Ademais, Alves (2016) evidencia que em meio ao contexto de facilidades na concessão de crédito sem que haja a checagem da saúde financeira do tomador, especialmente dos

servidores públicos, associado ao implacável apelo ao consumo, criou-se um processo de endividamento, desencadeando muitas vezes, a falência civil dos servidores.

Ao passo que, Lopes (2018) alerta para os casos em que a utilização do empréstimo consignado é feita de maneira pouco responsável e sem o devido planejamento, podendo ultrapassar o âmbito das questões financeiras, prejudicando as relações sociais, familiares e profissionais. O que demonstra a necessidade de um planejamento adequado diante da contratação desse tipo de crédito, que pela sua natureza implica em uma diminuição da renda disponível.

Em paralelo a isso, Souza (2015) afirma que quando o crédito é utilizado para consumo, produz um efeito positivo de maneira ampla, em virtude de que com o aumento do consumo de determinada cesta de bens e serviços, suas ofertas são elevadas, e conseqüentemente, estarão disponíveis mais empregos e mais renda na economia.

De maneira semelhante, Andrade e Diniz (2015) declaram que o fomento à inclusão financeira dos indivíduos configura uma ação estratégica para a economia brasileira e é premissa básica para a continuação da estabilidade econômica e de eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN), contribuindo para o funcionamento de instrumentos da política monetária. E que o sistema financeiro brasileiro, “tem como atores os indivíduos, firmas, governo e estrangeiros, que atuam tanto como emprestadores ou tomadores. A transferência de fundos se dá de forma direta, através dos mercados financeiros, ou de forma indireta, pelas instituições financeiras como bancos, fundos mútuos, companhias de seguro” (ALVES, 2016, p.12).

Outrossim, dentre as mais diversas modalidades de crédito disponíveis, pode-se compreender que os aspectos da personalidade de cada tomador de empréstimo são fatores cruciais para o endividamento e possuir educação financeira representa um mecanismo de controle em relação às dívidas.

Nessa linha, Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) ressaltam ainda que tanto o comportamento frente ao endividamento quanto o conhecimento financeiro estão suscetíveis a serem influenciados por traços do perfil de cada pessoa. E as variáveis: sexo, idade, escolaridade, estado civil, renda, moradia, ocupação, quantidade de dependentes representam algumas dessas possíveis relações, configurando as bases de desenvolvimento desta pesquisa.

Uma outra variável que há de se considerar são as taxas de juros praticadas, visto que o mercado de crédito representa um ponto relevante na atividade econômica de um país e o aumento da concessão de crédito é um dos fatores que auxiliam a retomada do crescimento

econômico, em decorrência de fatores como investimento das empresas e consumo das famílias (MEDEIROS; OLIVEIRA; BENDER FILHO, 2018).

Tendo em vista o processo recente de expansão do crédito e a taxa de juros levemente reduzida, atrelada a prazos mais extensos a ponto de não ameaçar o orçamento, o endividamento era compreendido como um mecanismo favorável, mormente porque nessas condições a dívida não representaria preocupações para o indivíduo (Vieira *et al*, 2018). Estando as famílias assim aptas a aproveitar o mercado de crédito favorável e consumir os bens que assim desejassem sem maiores tensões.

Por outro lado, Sicsú (2019) ressalta que no Brasil há uma significativa parcela da renda comprometida com a liquidação de dívidas em decorrência de um grande peso do pagamento de juros embutidos na parcela de rendimentos destinada à quitação de dívidas.

Nesse contexto Assis (2019), a partir de um estudo voltado para análise de modo empírico do *spread*¹ bancário no Brasil, realizado por Aronovich (1994), com vistas a desenvolver uma teoria pra explicar o comportamento do *spread*, afirma que os resultados apontam que a taxa básica de juros (Selic), possui uma relação positiva com o *spread* bancário, como também é o fator econômico principal que influencia seu nível tanto para a modalidade de pessoa física quanto pessoa jurídica. E que a inflação exerceu uma influência maior no *spread* de pessoa física, ao passo que a volatilidade da taxa Selic foi estatisticamente representativa e positiva apenas para o crédito de pessoa jurídica.

No Brasil, o nível de crédito em relação ao PIB é baixo se comparado ao resto do mundo, o que contribui para que a economia cresça abaixo de seu potencial. Entende-se que quanto menor o nível de juros bancários, maior a demanda por financiamento e, portanto, maior o consumo e o investimento (ASSIS, 2019, p. 10).

Assim sendo, apesar de ter havido uma expansão na oferta de crédito nos últimos anos, esse nível ainda está abaixo do praticado em outros países, o que influencia diretamente no desenvolvimento econômico. E um ponto não menos relevante consiste na necessidade de planejamento para a tomada desse crédito, uma vez que sua ausência pode representar um risco à saúde financeira do contratante.

¹ É a diferença, em pontos percentuais (p.p.), entre a taxa de juros pactuada nos empréstimos e financiamentos (taxa de aplicação) e a taxa de captação. (BCB, 2016) O Brasil possui um dos maiores *spreads* bancários do mundo.

2.2.2 Conhecendo a UFRPE

A Universidade Federal Rural de Pernambuco é uma instituição com 107 anos de tradição em ensino, pesquisa e extensão em âmbito estadual e nacional. Possui em sua história secular a capacidade de inovação, em decorrência de procurar contribuir com a superação dos problemas socioambientais quanto com o desenvolvimento sustentável. A formação em ciências agrárias, antes a principal finalidade da Universidade, atualmente, é mais uma área da atuação, juntamente com as áreas de Ciências Humanas, Sociais, Biológicas, Exatas e da Terra.

A UFRPE foi oriunda da antiga Escola de Agricultura e Medicina Veterinária – São Bento, fundada em 1912, na cidade de Olinda, Pernambuco, que na época, ofertava apenas dois cursos: Agronomia e Medicina Veterinária. No dia 04 de julho de 1955, a Universidade foi federalizada, através da Lei nº 2.524, passando a integrar o Sistema Federal de Ensino Agrícola Superior. Por meio do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, a Universidade foi transferida do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, com a mudança na denominação para Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE como permanece até os dias atuais, conforme consta no Relatório de Gestão da UFRPE – Exercício 2016.

Desde sua criação, em 1912, até hoje, a UFRPE tem alcançado bons resultados em expansão, possuindo em sua estrutura além da sede, localizada no bairro de Dois Irmãos – Recife, a Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), a Unidade de Educação a Distância (UEADTec) e a Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG), desmembrada da UFRPE em 2018, dando início à Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE). Conta ainda com estações avançadas de pesquisa, ou seja, *campi* situados no Litoral, na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão de Pernambuco. São elas: Estação Ecológica do Tapacurá, em São Lourenço da Mata; Estação Experimental de Cana-de-Açúcar (EECAC) e Estação Experimental de Pequenos Animais (EEPAC), em Carpina; Clínica de Bovinos de Garanhuns (CBG); Estação de Agricultura Irrigada (EAI), em Ibimirim; e Estação de Agricultura Irrigada (EAIP), em Parnamirim.

Nessa linha, destaca-se no ano de 2018, a criação de 10 cursos (Bacharelados): Engenharia da Computação; Engenharia Controle e Automação; Engenharia Hídrica; Engenharia Química / Tecnólogos: Tecnologia em Eletrônica Industrial; Tecnologia em Gestão de Recursos Hídricos; Tecnologia em Processos Químicos; Tecnologia Rede de Computadores, assim como a criação do curso de Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e de Educação Popular e Bacharelado em Engenharia Ambiental, este visando o desenvolvimento sustentável em prol da preservação do meio ambiente.

Ao longo do tempo a UFRPE foi se expandindo e atualmente conta com 59 cursos de graduação, com uma oferta anual de mais de quatro mil vagas, abrangendo além da sede em Dois Irmãos, as Unidades Acadêmicas de Serra Talhada (UAST), de Garanhuns (antiga UAG, atual UFAPE), do Cabo de Santo Agostinho (UACSA) e a Unidade de Educação a Distância (UEADTec), que dispõe de 8 cursos, com ofertas em 20 polos, sendo 16 em Pernambuco e 4 na Bahia. Destacando que a Instituição está presente em todas as regiões do estado de Pernambuco, além de parte da Bahia, por meio de Unidades Acadêmicas, estações de pesquisa e polos de Ensino a Distância (EAD). Isso representa um universo de 31 municípios que, de forma direta, contam com uma ou mais ações da Universidade nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

Na pós-graduação, destacam-se 44 programas, que oferecem 62 cursos de Pós-graduação *stricto sensu*. A UFRPE também oferta Ensino Médio e cursos técnicos no Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas (CODAI). Ademais, cabe salientar que a Universidade também oferece cursos de mestrado profissional em rede nacional (PROF) em: Matemática (PROFMAT), em Física (PROFFIS), em Letras (PROFLETRAS), em Química (PROFQUI) e em Administração Pública (PROFIAP).

No que tange ao corpo técnico especializado, a UFRPE é composta por mais de 1.200 professores, conta com um corpo de técnicos superior a 1.000 servidores, mais de 800 trabalhadores terceirizados, assim como possui cerca de 17.000 estudantes. Englobando 22 Departamentos Acadêmicos na Sede em Dois Irmãos, a UFRPE possui um total de cerca de 1.561 servidores, além dos integrantes das suas Unidades Acadêmicas, sendo elas: Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), com 282 servidores; Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), com 118 servidores; antiga Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) atual Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), com 262 servidores; e a Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UEADTec), com 41 servidores.

Abrange também um colégio de nível médio/técnico, o Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas (CODAI) com suas estações e bases experimentais e um quadro de 84 servidores. Contando assim com um corpo técnico total de 2.348 servidores, de acordo com o Relatório de Gestão (UFRPE, 2018).

Destacando que diante da perspectiva de se consolidar cada vez mais como uma Universidade pública, gratuita, de qualidade e referenciada, a UFRPE segue incessantemente motivada a aperfeiçoar a gestão e implementar políticas, programas e ações de articulação e cooperação para o aprimoramento de sua estratégia pautada no ensino, pesquisa e extensão.

2.2.3 Gestão da Folha de Pagamento na UFRPE e o Crédito Consignado

A exemplo das demais instituições públicas da Administração direta, fundações e autarquias, a UFRPE também está inserida na gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do Sistema de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Federal (SIGEPE), uma vez que a folha de pagamento de seus servidores, aposentados e pensionistas é processada pelo Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) do Poder Executivo Federal.

Desse modo, a folha de pagamento de uma Universidade – nesse caso específico a UFRPE – abrange todas as despesas mensais com pagamento de servidores ativos, aposentados, pensionistas, cargos comissionados, contratos temporários (professores substitutos, visitantes), médicos residentes e residência multiprofissional, além dos estagiários.

Integram a folha de pagamento os gastos com benefícios sociais, a exemplo dos auxílios: alimentação, transporte, pré-escolar e a saúde suplementar, o chamado (*per capita*); como também os descontos compulsórios: contribuição para o plano de seguridade social do servidor público, imposto de renda retido na fonte, contribuição para a previdência social, pensão alimentícia judicial, reposição ao erário, obrigações decorrentes de decisões judiciais ou administrativas além dos descontos facultativos, a exemplo da: contribuição para plano de saúde, pensão alimentícia voluntária ou contribuição para sindicatos, segundo o Decreto nº. 8.690/2016.

Através do Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE, que é o sistema do Governo Federal, servidores, aposentados e pensionistas podem realizar diversas operações, dentre elas verificar prévia do contracheque, consultar margem consignável e gerar autorização de consignatária. O acesso ao sistema “SIGEPE Servidor e Pensionista” ocorre pelo Portal do Servidor, com a utilização de certificado digital (token) e mediante senha de uso pessoal e intransferível, ou pelo aplicativo SIGEPE Mobile.

Para obter o acesso ao SIGEPE, o usuário deverá cadastrar a senha no SIGAC (Sistema de Gestão de Acesso), seguindo as instruções do Primeiro Acesso. Por sua vez, o processo de cadastramento das consignatárias no SIGEPE estará sujeito ao cumprimento das condições estabelecidas para que possam atuar junto aos órgãos públicos.

Como procedimento padrão, os valores das consignações deverão ser repassados às empresas consignatárias pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) e por aqueles cujas folhas de pagamento sejam processadas pelo SIGEPE, até o quinto dia útil do mês subsequente ao do processamento da folha de pagamento, de acordo com a Portaria nº. 110/2016.

Caso haja alguma divergência no processo de consignação, o Sistema de Gestão de Pessoas possui o módulo de Apuração de Irregularidades destinado ao registro e tratamento automatizado das reclamações de irregularidade no processo de consignação, imprimindo maior celeridade e transparência nos procedimentos e no processo de apuração das reclamações administrativas efetuadas pelos servidores e pensionistas.

A partir do Quadro 2 é possível comparar os dados obtidos nesta pesquisa com as informações encontradas por Leão (2016) em relação aos 3 maiores bancos em volume de recursos e acompanhar a evolução dos valores de empréstimos consignados na UFRPE. Pontuando que no período analisado neste estudo (maio/2019 a nov/2019), o Banco Santander possuiu variação superior ao montante do Banco Itaú nos contratos em consignação em folha.

Quadro 2 – Instituições Financeiras e os valores em R\$ em consignação na UFRPE

Instituições Financeiras	Folha de Pagamento				
	Maio/2012	Maio/2013	Maio/2014	Maio/2015	Maio/2020
Banco do Brasil S/A	271.323,93	531.408,40	580.596,18	632.311,07	949.433,64
Caixa Econômica Federal	207.350,36	267.612,36	314.952,88	340.362,98	441.753,44
Banco BMG/Itaú S/A	309.418,07	376.756,96	328.483,02	424.192,45	211.762,03
Valor total das consignatárias	986.931,58	1.459.739,90	1.747.381,52	1.877.472,48	1.962.673,28

Fonte: elaborado pela pesquisadora, adaptado de Leão (2016).

Demonstrando um incremento tanto no valor das consignações das instituições financeiras analisadas dentro do período estabelecido como do valor total tomado em crédito consignado pelos servidores da UFRPE, com exceção do Banco BMG/Itaú S/A que apresentou períodos alternados entre aumento e diminuição do valor contratado pelos servidores.

2.3 Discussão Metodológica

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, exploratória, com corte transversal e de método estatístico, pois “O papel do método estatístico é, antes de tudo, fornecer descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado (LAKATOS, 2018, p. 88). Em relação aos objetivos, classifica-se como pesquisa descritiva, já que “tem como foco estudar as

características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, nível de escolaridade, nível de renda, etc.” (GIL, 2008, p. 28). Também se utiliza de levantamento documental, legislação federal, dados do Banco Central, IPEA, além de dados fornecidos pela UFRPE e de pesquisas desenvolvidas em outras Universidades Federais.

Com o intuito de responder ao primeiro objetivo do estudo, que consiste em fornecer um breve diagnóstico acerca dos empréstimos consignados contraídos pelos servidores da UFRPE, foram utilizados dados primários obtidos junto à instituição, extraídos do Demonstrativo de Despesas com Pessoal (DDP)² nos meses de maio/2019 e novembro/2019.

A escolha pelo mês de maio/2019 deu-se em virtude da situação de bloqueios significativos no orçamento das universidades, sobretudo da UFRPE que sofreu um corte em torno de 30%, o que desencadeou o princípio das incertezas quanto ao adequado cumprimento do planejamento das atividades (UFRPE, 2019). Já o mês de novembro/2019 representa um balanço acerca das alterações ocorridas no primeiro ano do novo governo Bolsonaro, em que a situação do servidor público federal veio à tona inúmeras vezes, além de ser o mês que a reforma da previdência foi concretizada, trazendo mudanças para o futuro laboral dos servidores.

A partir da análise direta dos dados e posterior organização e tabulação no software Microsoft Excel 2010, foi possível fornecer um panorama com informações sobre o total de servidores nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019; o quantitativo de servidores classificados por categoria funcional (ativos, aposentados e pensionistas); a evolução da folha de pagamento da instituição nos meses de maio/2019 e nov/2019; o valor (R\$) das consignações constantes nos 9 bancos com maior volume de recursos utilizados para empréstimos consignados nos meses citados, além de identificar o percentual da renda dos servidores que encontra-se comprometida com despesas de crédito consignado.

Nesse contexto, cabe pontuar que os dados utilizados para o desenvolvimento da pesquisa foram acessados mediante autorização formal concedida pela PROGEPE (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas) da UFRPE, em 06/12/2019.

Já para o segundo objetivo, que se propõe a traçar o perfil dos servidores usuários do crédito, sobretudo do crédito consignado no âmbito da UFRPE, foram definidos como sujeitos da pesquisa todos os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) efetivos da UFRPE integrantes do *campus* Sede, em Dois Irmãos, totalizando 838 servidores³, sendo essa a população do estudo. Salientando que a amostra não-probabilística, foi definida através do

² DDP é um instrumento contábil que demonstra todas as despesas feitas com pessoal inseridos no âmbito da União.

³ Informações coletadas do extrator de dados da PROGEPE/UFRPE, no mês de novembro de 2019.

critério de acessibilidade, totalizando 263 servidores, com o regresso de 185 respostas válidas, o que corresponde a 70% da amostra pesquisada e 22,08% de taxa de retorno.

Destacando que, a categoria dos técnico-administrativos (838 servidores) foi selecionada por ser a classe que está há mais tempo sem nenhuma espécie de reajuste, visto que o acordo dos docentes registrou o último percentual de aumento pago em agosto/2018, sendo assim, não considerou o quantitativo total de servidores da UFRPE no *campus* sede, 1.566 pessoas, dentre eles os 728 servidores docentes.

Teve como base alguns aspectos do estudo de Flores (2012) que examinou 15 variáveis: idade, gênero, estado civil, quantidade de dependentes, filhos, escolaridade, ocupação, renda familiar, moradia, religião, princípios religiosos, raça, utilização do cartão de crédito, dependência do crédito e percentual dos gastos.

Como também de Pacheco (2017) que considerou aspectos de perfil para identificar quais influenciam a atitude ao endividamento e o conhecimento financeiro dos servidores. E de Lopes (2018), que analisou questões referentes ao perfil socioeconômico, demográfico e domiciliar dos entrevistados frente às razões que fazem os servidores contraírem crédito consignado assim como a percepção sobre os impactos no orçamento familiar.

A técnica de coleta de dados utilizada se deu por meio de uma pesquisa *survey* com a aplicação de um questionário estruturado (Apêndice A) juntamente com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (Apêndice B), este baseado no modelo presente no site do comitê de ética da UFPE e adaptado para essa pesquisa. O questionário é composto por 13 questões, divididas em 2 blocos, conforme explicitado no Quadro 3.

O primeiro bloco engloba perguntas relativas ao perfil sociodemográfico do servidor, possui 9 questões referentes aos aspectos de gênero, idade, estado civil, quantidade de dependentes econômicos, situação de moradia, grau de escolaridade, raça, tempo de serviço e renda familiar, e o segundo bloco atinente ao perfil de uso do crédito, com 4 questões sobre utilização do cartão de crédito, forma como as despesas costumam ser pagas, percentual da renda comprometido com quitação de despesas de crédito e uso do cheque especial para gastos cotidianos.

Quadro 3 – Síntese do instrumento de coleta de dados – questionário

Bloco	Tema	Variáveis	Referências
1	Perfil do servidor(a), analisado a partir de variáveis sociais e demográficas	Gênero (Q1)	Elaborado pela autora
		Faixa etária (Q2)	Classificação IBGE
		Estado civil (Q3)	Classificação IBGE
		Quantidade de dependentes (Q4)	Elaborado pela autora
		Moradia (Q5)	Elaborado pela autora
		Grau de escolaridade (Q6)	Classificação IBGE
		Raça (Q7)	Classificação IBGE
		Tempo de serviço UFRPE (Q8)	Elaborado pela autora
		Faixa de renda familiar (Q9)	Classificação IBGE
2	Perfil do servidor(a) quanto à variável uso do crédito	Pagamento das despesas (Q10)	Leão (2016)
		Uso do cartão de crédito (Q11)	Elaborado pela autora
		(%) Renda líq. no cartão (Q12)	Elaborado pela autora
		Uso do cheque especial (Q13)	Disney e Gathergood (2011)

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Flores (2012).

A coleta de dados ocorreu entre os dias 07 e 26 do mês de abril de 2020, a partir da plataforma de formulários do *Google*, sendo compartilhada via *e-mail* institucional de cada servidor e também por meio de aplicativo de mensagens, *WhatsApp*, com a realização de duas tentativas de contato com os servidores, com um intervalo de 10 dias entre elas.

Foi precedida da realização do pré-teste, aplicado no mês de março de 2020, com 10 participantes selecionados que apontaram sugestões e melhorias para a versão final, assim como contribuíram para validar as questões. Cabe ressaltar que em virtude da pandemia do novo Coronavírus e da obrigatoriedade de cumprir o isolamento social, não foi possível utilizar a forma presencial de coleta de dados, proposta inicialmente no estudo.

Para organização e análise dos dados foram utilizados o software Microsoft Excel 2010 e o software IBM SPSS Statistics para o desenvolvimento da estatística descritiva, com uso de medidas de dispersão (máximos e mínimos, variância e desvio padrão) e medidas de posição: frequência absoluta e relativa. Esta que se ocupa de caracterizar a amostra e descrever o perfil dos participantes, sendo possível: identificar o perfil socioeconômico dos servidores a partir de variáveis como idade, gênero, escolaridade, estado civil, moradia, tempo de serviço e renda familiar, além de características concernentes ao perfil de uso do crédito pelos servidores, como informações acerca dos meios de pagamento mais utilizados com gastos corriqueiros e uso do cartão de crédito e cheque especial. Ressaltando que não se buscou identificar cada respondente, apenas coletar informações suficientes para atender aos objetivos da pesquisa.

2.4 Análise dos resultados

O primeiro aspecto relevante a ser abordado quanto a descrição do diagnóstico dos empréstimos consignados contratados pelos servidores da UFRPE, se refere ao total de integrantes da instituição. A partir da Tabela 1, nota-se que no decorrer do último quadriênio houve um ligeiro crescimento anual no quantitativo de servidores ativos, registrando um aumento de 86 pessoas ao longo do período, uma variação de 3,74% e correspondendo a uma média de 21,5 servidores por ano.

Isso pode ser explicado em decorrência do processo de expansão e interiorização da instituição, pela realização de concursos para suprir a demanda tanto de técnico-administrativos como de servidores da carreira do magistério superior das novas Unidades Acadêmicas de Belo Jardim (UABJ), do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), de Garanhuns (UAG), atual Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), além do *campus* sede em Recife.

Tabela 1 – Quantitativo de servidores ativos

Período	Total
2016	2.298
2017	2.337
2018	2.348
2019	2.384

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão UFRPE (2018).

Com base na Tabela 2, é possível visualizar esse total de servidores estratificado por carreiras e situação funcional. Percebe-se que o número de técnicos permaneceu praticamente o mesmo, já o quantitativo de docentes e o de aposentados aumentou.

Já em relação aos aposentados, com o advento da EC nº103/2019 que promoveu a reforma da previdência, um temor pela mudança nas regras levou muitos servidores a solicitarem concessão de aposentadoria desde então.

Tabela 2 – Servidores por carreira e situação funcional

	Maio/2019	Novembro/2019
Técnico-Administrativos	1.083	1.084
Docentes	1.286	1.300
Aposentados	903	924
Total	2.369	2.384

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do DDP/UFRPE (2019).

Com o intuito de conhecer o volume de recursos pagos em folha aos servidores, a Tabela 3 demonstra a síntese do Demonstrativo de Despesas com Pessoal (DDP) com o total das despesas em valores brutos (não considerando os descontos obrigatórios por lei nem os descontos facultativos), possibilita também a visualização de um aumento de cerca de 2,43% em relação aos ativos/aposentados e de 2,34% no montante total da folha, no comparativo entre os meses de março/2019 e outubro/2019, além do crescimento incontestável em novembro/2019.

Nota-se um aumento na comparação dos 3 períodos analisados, sobretudo uma discrepância entre os valores do mês de novembro/2019, em razão de registrar o pagamento automático da segunda parcela do décimo terceiro salário aos servidores, já considerando o abatimento da metade antecipada no primeiro semestre, fazendo com que o valor pago seja praticamente duplicado.

Tabela 3 – Evolução da Folha de Pagamento

Situação Funcional	Maio/2019	Outubro/2019	Novembro/2019
Ativos/Aposentados	34.618.128,27	35.459.020,83	69.588.687,24
Pensionistas	3.641.401,97	3.695.302,69	7.354.088,92
Total	38.259.530,24	39.154.323,52	76.942.776,16

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do DDP/UFRPE (2019).

Na associação realizada entre a folha de pagamentos e os descontos com consignação, na Tabela 4, foram selecionadas as 9 principais instituições financeiras que fornecem crédito consignado para os servidores ativos da UFRPE. Os bancos analisados neste estudo foram: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Bonsucesso, Banco PAN, Banco Bradesco, UNICRECI e Banco Banrisul, nos meses de maio/2019, outubro/2019 e novembro/2019, a título de comparação para o estudo. O critério

utilizado foi referente às instituições com maiores volumes de recursos tomados em empréstimo consignado pelos servidores.

Merecem destaque os valores descontados nas consignações do Banco do Brasil S/A (com 48,37% do montante de empréstimos consignados para servidores ativos/aposentados em maio/2019; 39,24% em outubro/2019 e 39,34% em novembro/2019), Caixa Econômica Federal (com 22,50% desse total em maio/2019; 17,34% em outubro/2019 e 17,37% em novembro/2019) e Banco Santander (com 10,32% do todo em maio/2019; 10,12% em outubro/2019 e 10,33% em novembro/2019), pois detém os maiores volumes de recursos em consignação.

Nota-se que o Banco do Brasil S/A, Banco Santander, UNICRECI e demais consignatárias registraram aumento no período analisado, tendo a última instituição quase dobrado o volume de recursos. Já a Caixa Econômica Federal, Banco Bonsucesso/Olé e Banco PAN oscilaram no período analisado, enquanto o Banco Itaú, Banco Bradesco e o Banrisul tiveram queda nos volumes descontados.

Ainda em relação a Tabela 4, o percentual referente às despesas médias com empréstimos consignados nas instituições financeiras analisadas em comparação ao total da folha de pagamentos pode parecer baixo: 5,13% em maio/2019; 6,32% em outubro/2019 e 3,22% em novembro/2019, porém, cabe ressaltar que neste cenário não estão incluídos os demais descontos facultativos como: planos de saúde, previdência privada, mensalidade de sindicatos, amortização com cartões de crédito, nem os descontos obrigatórios como imposto de renda, pensão alimentícia ou previdência social.

Um exemplo pertinente pode ser exposto a partir de Lira (2014) que ao observar que o percentual referente a todos os tipos de descontos contidos nas folhas de pagamento analisadas foi equivalente a 24,5% da remuneração bruta. E que destes descontos, os de natureza obrigatória representaram, em média, 68,5% e os descontos facultativos equivaleram a cerca de 33,6%.

Tabela 4 – Valor das Consignações nos bancos com maior volume de empréstimos

Bancos	Ativos/Aposentados maio/2019	Ativos/Aposentados outubro/2019	Ativos/Aposentados novembro/2019
Banco do Brasil S/A	949.433,64	971.361,79	973.932,19
Caixa Econômica Federal	441,753,44	429.308,83	430.064,32
Santander	202.642,00	250.661,92	255.630,10
Itaú	211.762,03	186.110,85	181.458,52
Banco Bonsucesso/Olé	122.348,53	128.947,53	123.173,09
PAN	116.152,96	120.033,06	115.633,85
Bradesco	84.888,29	76.718,54	76.723,74
UNICRECI	44.092,52	62.201,79	70.827,28
Banrisul	43.266,56	42.381,01	36.414,62
Demais consignatárias	188.086,75	207.941,40	211.673,03
Total	1.962.673,28	2.475.666,72	2.475.530,74

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base no DDP/UFRPE (2019).

Em relação ao gênero, a partir da Tabela 5 foi possível verificar que dentre os 185 participantes da pesquisa, a maioria (60,5%) pertence ao sexo feminino, enquanto o sexo masculino apresentou 39,5% dos respondentes, conforme Tabela 5. Nota-se que em relação a dependência do crédito consignado, embora represente maioria, as mulheres dizem depender menos de consignação (17,3%) do que os homens (39,5%).

Fato que se assemelha ao estudo de Lopes (2018) ao observar que os homens são mais propensos ao endividamento do que as mulheres. Converte também com os achados de Silva, Silva Neto e Araújo (2017) que perceberam que as mulheres entrevistadas apresentaram um controle financeiro maior em comparação aos homens.

De modo equivalente, Flores (2012) apontou que as mulheres possuem níveis maiores de percepção de risco em relação a fazer dívidas. Keese (2010) identificou que as mulheres tendem a compreender melhor o risco financeiro do que os homens, ficando assim mais alertas quanto aos assuntos financeiros. Além de Campara, Vieira e Ceretta (2016) que constaram que

os indivíduos do sexo masculino apresentam níveis mais elevados de comportamento de endividamento.

Tabela 5 – Distribuição por gênero dos servidores

Gênero	Quantidade de pessoas (N)	%	Depende do crédito (%)	
			Sim	Não
Feminino	112	60,5	17,3	43,2
Masculino	73	39,5	39,5	-
Total	185	100,0	56,8	43,2

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Em relação à idade dos participantes (Tabela 6), identificou-se que a faixa etária com o maior número de respondentes compreende o intervalo de 35 a 44 anos (37,30%), com uma média de idade de 36 anos, um desvio padrão de 1,0677 e uma variância de 1,140, sendo a idade mínima identificada de 23 anos e a idade máxima de 74 anos.

Com destaque para a faixa superior aos 65 anos com apenas 2,16% de servidores, tendo como causa provável as mudanças ocorridas após a promulgação da reforma da previdência (EC nº103/2019) e a adoção de novas regras para aposentadoria, fato que ocasionou inúmeros pedidos de aposentadoria em um curto período de tempo.

Verificou-se também que, dentre os participantes que disseram utilizar o crédito consignado, os percentuais diminuiriam com a elevação da idade. De modo que, à medida que a faixa etária dos usuários do crédito consignado aumenta, a dependência pelo crédito é reduzida. Corroborando o estudo de Ponchio (2006) que evidenciou que indivíduos mais velhos apresentam menor probabilidade de assumir dívidas. Assim como o estudo de Vieira, Flores e Campara (2014) que constatou que conforme a faixa etária dos indivíduos é elevada, suas relações com as finanças melhoram.

Na mesma linha, Flores (2012) identificou variação significativa na percepção de risco no uso do crédito segundo a idade dos participantes, concluindo que as pessoas mais velhas demonstraram uma noção maior a respeito do endividamento. Em contrapartida, Silva, Silva Neto e Araújo (2017) concluíram que o menor grau de consciência financeira está estabelecido entre os indivíduos mais idosos e que os mais jovens estariam propícios a gastar mais.

Tabela 6 – Distribuição por faixa etária

Faixa etária	Quantidade de pessoas (N)	%	Depende do crédito (%)	
			Sim	Não
18 a 24 anos	1	0,5	-	0,5
25 a 34 anos	57	30,8	-	30,8
35 a 44 anos	69	37,3	25,4	11,9
45 a 54 anos	33	17,8	17,8	-
55 a 64 anos	21	11,4	11,4	-
maior que 65 anos	4	2,2	2,2	-
Total	185	100,0	56,8	43,2

Fonte: dados da pesquisa, adaptado do IBGE (2020).

Na Tabela 7, pode-se observar que em relação ao estado civil, mais da metade dos servidores participantes (51,4%) é casado(a), seguido dos respondentes solteiros(as) que representam 34,1% e dos divorciados(as) que são 10,81%. No que tange à dependência do crédito, nota-se que os respondentes casados que dependem do crédito consignado representam uma parcela significativa do todo (42,2%), seguindo as conclusões de Nogueira (2009), que aponta que as pessoas casadas seriam mais propensas ao risco de endividamento, uma vez que apresentariam maior capacidade de absorver resultados ruins. Assim como Keese (2012) ao identificar que os chefes de família são mais propensos a dívidas maiores e encargos mais elevados.

Em segundo lugar quanto ao uso do crédito estão os indivíduos divorciados, com 10,8%. Corroborando os achados de Flores, Vieira e Coronel (2013) que observaram que os participantes casados e os separados apresentaram maior tendência ao endividamento em decorrência da segurança que a família oferece. O que contradiz aos resultados encontrados por Vieira, Flores e Campara (2014) que indicam que os casados tendem a um menor nível de endividamento que os solteiros.

Divergindo também no que se refere às pessoas que ainda não constituíram família ou que já formaram mas no momento vivem sozinhas, ao revelarem maior tendência a propensão ao endividamento por possuírem outros gastos além dos relativos à família, quando os achados deste estudo identificaram que os participantes solteiros (34,1%) afirmaram não possuir empréstimo consignado. Essa condição pode ser decorrente da ausência de compromisso exclusivo com a família, aliada a uma tendência nacional em que os brasileiros vêm se casando

menos, registrando uma redução de 1,6% entre os anos de 2017 e 2018 no número de casamentos, com uma idade média de 30 anos para os homens e 28 para as mulheres, segundo dados da estatística de registro civil do IBGE (2018).

Tabela 7 – Estado civil

Estado Civil	Quantidade de pessoas (N)	%	Depende do crédito (%)	
			Sim	Não
Solteiro(a)	63	34,1	-	34,1
Casado/a	95	51,4	42,2	9,2
Desquitado/a-Separado/a judicialmente	4	2,2	2,2	-
Divorciado/a	20	10,8	10,8	-
Viúvo/a	3	1,6	1,6	-
Total	185	100,0	56,8	43,2

Fonte: dados da pesquisa, adaptado do IBGE (2020).

Analisando a Tabela 8, acerca do número de dependentes econômicos que podem ser filhos, cônjuge ou qualquer outra pessoa que dependa financeiramente do respondente, verificou-se que 38,9% afirmou não possuir nenhum tipo de dependente nem depender do crédito consignado.

O que pode ser explicado com base no estudo de Lopes (2018) ao inferir que indivíduos sem dependentes não tem responsabilidade com outras despesas que não sejam as suas, como possivelmente acontece com aqueles que possuem. Como também por Keese (2010) que percebeu um número maior de dívidas nas famílias com mais dependentes em relação as que não possuem. Em contrapartida, Flores (2012) verificou que pessoas com dependentes revelam mais noção de risco e menos tendência ao endividamento.

Um outro ponto da análise revelou que os demais respondentes (61,1% do total) tem algum tipo de dependente da sua renda, com destaque para a quantidade de servidores com 1 ou 2 dependentes, que foi de 26,5% cada uma, ressaltando que a totalidade deste último grupo afirmou depender do crédito consignado.

Ao identificar que parcela significativa dos respondentes não possui ou tem apenas um dependente, destaca-se um estudo desenvolvido por Miranda-Ribeiro, Garcia e Faria (2019) que menciona a tendência de adiamento da maternidade pelas mulheres juntamente com a redução na taxa de fecundidade que o Brasil vem apresentando nos últimos vinte anos. Como

também, dados do relatório de estatística de registro civil do IBGE realizado em 2018 também revelam essa mudança, com uma redução do número de filhos cujas mães tinham entre 20 e 24 anos, e um incremento das mães na faixa dos 30 a 39 anos.

Tabela 8 – Quantidade de dependentes econômicos por servidor

Nº de dependentes	Quantidade de pessoas (N)	%	Depende do crédito (%)	
			Sim	Não
Não	72	38,9	-	38,9
Sim. 1	49	26,5	22,2	4,3
2	49	26,5	26,5	
3 ou mais filhos/dependentes	15	8,1	8,1	-
Total	185	100,0	56,8	43,2

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Em relação ao tipo de moradia, a Tabela 9 revela que a maioria dos servidores afirmou ter casa própria (39,5%) e não depender do crédito consignado, sinalizando uma característica de perfil mais conservador que preza pela segurança dos familiares, cultivado pela condição da casa própria. Ratificando as conclusões de Flores, Vieira e Coronel (2013) que identificaram que os indivíduos que possuem casa própria têm uma noção de risco de endividamento maior. Constatação semelhante também aos achados de Keese (2006) ao apontar que as famílias que possuem casa própria lidam melhor com as dívidas por não terem a obrigação de pagar aluguel.

Nesse mesmo sentido, Lopes (2018) menciona que os indivíduos com casa própria possuem uma percepção melhor de dependência de crédito e endividamento porque não detém o ônus da prestação do aluguel, enquanto os que residem em imóvel alugado possuem uma despesa adicional em relação aos demais. Salientando que os respondentes que moram em imóvel financiado (12,4%) afirmaram possuir empréstimo consignado, o que leva a crer que esse crédito pode estar sendo utilizado para financiar o propósito da casa própria.

No entanto, cabe destacar a relativa proximidade encontrada com o quantitativo de servidores que afirmou morar de aluguel (33,5%) e depender do crédito consignado (29,7%). Em consonância com o estudo de Flores (2012) no qual foi demonstrado que os proprietários de imóveis possuíam maior percepção de risco financeiro, estando menos propícios a fazer novas dívidas. Nesse contexto, dados da PNADC divulgada pelo IBGE em 2019 revelaram um

crescimento de 5,3% de imóveis alugados no Brasil nos últimos dois anos, ao passo que houve uma ligeira redução (0,8%) no número de casas próprias.

Tabela 9 – Condição de moradia

Moradia	Quantidade de pessoas (N)	%	Depende do crédito (%)	
			Sim	Não
Própria	73	39,5	-	39,5
Alugada	62	33,5	29,7	3,8
Financiada	23	12,4	12,4	-
Reside com familiares	27	14,6	14,6	-
Total	185	100,0	56,8	43,2

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Quanto ao grau de escolaridade, a Tabela 10 evidencia que praticamente metade dos servidores (49,73%) possui especialização, além de mestrado (27,03%) e doutorado (3,24%). Demonstrando que a maioria dos participantes apresenta um nível acima do exigido para ingresso no cargo. Considerando que a pesquisa foi desenvolvida com os Técnico-Administrativos em Educação, de todos os níveis (A, B, C, D, E) e que, de acordo com a Lei nº. 11.091/2005, a maior exigência para ingresso no órgão é possuir graduação, no caso de nível E (superior), e verificou-se que pelo menos 80% dos servidores apresenta formação além da necessária para preenchimento das vagas.

Foi constatado também que os respondentes com menor nível de escolaridade afirmaram não utilizar o crédito consignado: 3,2% ensino médio; 1,6% ensino superior incompleto; 15,1% ensino superior completo e 23,2% especialização.

Por outro lado, observou-se que os servidores com maior grau de escolaridade foram os que relataram fazer uso da consignação em folha de pagamento: 26,5% especialização; 27,0% mestrado e 3,2% doutorado. Ressaltando que o percentual de servidores técnico-administrativos com doutorado ainda é bastante discreto na instituição.

Verificação que pode ser ratificada com os achados de Nogueira (2009) que elaborou um estudo destinado a avaliar a tolerância ao endividamento, no qual foi revelado que quanto maior o nível educacional maior será essa aceitação. Semelhante as conclusões de Silva, Silva Neto e Araújo (2017) que identificaram que, em linhas gerais, os entrevistados que possuem menor grau de instrução gastam menos.

O que se opõe à constatação de Ponchio (2006), que verificou que quanto menor o grau de escolaridade da pessoa maior será sua tendência de assumir parcelamentos. E a de Vieira, Flores e Campara (2014), que identificaram que o nível de endividamento e dependência do crédito é maior para as pessoas que possuem ensino médio em comparação ao nível superior, especialização e pós-graduação.

Tabela 10 – Grau de escolaridade

Grau de escolaridade	Quantidade de pessoas (N)	%	Depende do crédito (%)	
			Sim	Não
Ensino médio completo	6	3,2	-	3,2
Ensino superior incompleto	3	1,62	-	1,6
Ensino superior completo	28	15,1	-	15,1
Especialização	92	49,7	26,5	23,2
Mestrado	50	27,0	27,0	-
Doutorado	6	3,2	3,2	-
Total	185	100,0	56,8	43,2

Fonte: dados da pesquisa, adaptado do IBGE (2020).

Com relação à variável raça, a Tabela 11 permitiu compreender que a maior parte dos participantes se definiu como pertencente a raça branca (44,9%) com um quantitativo bastante significativo (43,2%) que afirmou não depender do crédito consignado. Resultado semelhante ao encontrado por Flores (2012) quando verificou que as pessoas da raça branca apresentaram uma noção maior de endividamento e percepção de risco em relação aos demais.

Por outro lado, os participantes pardos registraram um percentual bastante próximo (42,7%) mas que em sua totalidade admitiu utilizar o empréstimo em consignação. Seguidos dos respondentes que são clientes do crédito em consignação pretos (10,3%), amarelos (1,6%) e dos indígenas (0,5%).

Dados do IBGE (2018) demonstram que o Brasil ainda está muito distante de se tornar uma democracia racial, e que os brancos, em média, possuem maiores salários, sofrem menos com o desemprego e apresentam maiores níveis de escolaridade. E que embora o salário dos servidores públicos seja o mesmo independente de cor, gênero e idade, essa dependência do crédito por determinadas raças pode ser decorrente da renda das famílias, deficiência de conhecimentos financeiros ou problemas com desemprego familiar.

Situação que tende a se agravar após a pandemia do novo Coronavírus, com o aumento alarmante no número de desempregados, a queda na qualidade dos rendimentos e o congelamento proposto para os salários dos servidores públicos.

Tabela 11 – Distribuição por raça

Raça	Quantidade de pessoas (N)	%	Depende do crédito (%)	
			Sim	Não
Branca	83	44,9	1,7	43,2
Parda	79	42,7	42,7	-
Preta	19	10,3	10,3	-
Amarela	3	1,6	1,6	-
Indígena	1	0,5	0,5	-
Total	185	100,0	56,8	43,2

Fonte: dados da pesquisa, adaptado do IBGE (2020).

Quanto ao tempo de serviço na UFRPE, a Tabela 12 permitiu observar que os participantes que apresentam entre 5 e 10 anos de trabalho foram maioria (37,3%), seguidos pelos respondentes com mais de 20 de contribuição. Também foi verificado que os respondentes possuem uma média de 8 anos de serviço, com um desvio padrão de 1,660.

Nota-se uma distribuição com certa proximidade entre os servidores mais novos (0 a 3 anos) 14,6%, os que possuem entre 3 e 5 anos (11,9%) e os intermediários (entre 10 e 15 anos) com 11,3%. Demonstrando que a instituição passou um período sem realizar concursos e que recentemente, com advento de novas unidades, sua mão-de-obra vem sendo renovada como se observa através da identificação de servidores com tempo inferior a três anos de admissão.

No que tange à dependência do crédito consignado quanto ao tempo de serviço, verificou-se que os servidores mais recentes na instituição, nas faixas até 10 anos de trabalho, afirmaram não utilizar esse tipo de crédito: 14,6%; 11,9% e 16,8%, respectivamente.

Salientando que a faixa entre 5 e 10 anos, também registrou respondentes que são usuários de empréstimo (20,5%), acompanhados dos respondentes mais antigos na instituição (11,4%), (2,7%) e (22,2%) o que sugere a consignação em folha como um hábito mais usual entre os servidores mais longevos, seja pela cultura de comodidade em contrair um novo empréstimo ou pelo aumento das despesas com a idade e o salário proporcionalmente não acompanhar essa evolução.

Sendo pertinente pontuar a constatação acerca do significativo percentual de servidores com mais de 20 anos de serviço que reconhecem a dependência do crédito com consignação em folha de pagamento (22,2%). Dados do BCB (2018) revelam a participação expressiva do crédito consignado entre os idosos, onde 61% dos tomadores possuem mais de 55 anos e são responsáveis por 57% da carteira de crédito nessa modalidade.

Tabela 12 – Tempo de serviço na UFRPE

Tempo de serviço	Quantidade de pessoas (N)	%	Depende do crédito (%)	
			Sim	Não
Entre 0 e 3 anos	27	14,6		14,6
Entre 3 e 5 anos	22	11,9	-	11,9
Entre 5 e 10 anos	69	37,3	20,5	16,8
Entre 10 e 15 anos	21	11,4	11,4	-
Entre 15 e 20 anos	5	2,7	2,7	-
Mais de 20 anos	41	22,2	22,2	-
Total	185	100,0	56,8	43,2

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Analisando a renda mensal das famílias dos servidores, a partir da Tabela 13 nota-se que boa parte (31,9%) recebe entre 3 e 5 salários mínimos, ou seja, entre R\$3.136,00 e R\$5.225,00. Destacando que no Brasil, o valor médio do rendimento do trabalho foi de R\$3.118,66 no período 2017-2018, segundo IBGE (2018). E que “A partir dos rendimentos auferidos por todos os membros das famílias, que estas podem decidir quantos bens e serviços serão adquiridos e sua forma de aquisição” (IBGE, 2018, p. 54).

Observou-se que a maior parte dos respondentes tem renda situada entre o patamar de 3 e 5 salários mínimos, fato que sugere que essa situação pode ser reflexo da ausência de reajuste que os servidores TAE vêm enfrentando desde o ano de 2017, segundo informações da CONDSEF (2016), o que evidencia um panorama de defasagem salarial ao longo dos anos.

Outras faixas de renda que apresentaram um grande número de respondentes (17,8%) e (17,3%) foram as faixas entre 5 e 6 salários mínimos e entre 6 e 8 salários mínimos, respectivamente. Estas últimas podem ser formadas pelos servidores mais antigos, que conseqüentemente possuem um salário mais elevado que os participantes mais recentes ou por servidores que possuem cônjuge com outra fonte de renda.

Foi observado que dentre os entrevistados, as menores faixas de renda registraram ausência de dependência do crédito, com destaque para a faixa entre 3 e 5 salários mínimos, com 31,9%. Contrapondo o estudo de Vieira, Flores e Campara (2014), pois eles concluíram que em relação ao aspecto renda, as menores faixas salariais se mostraram mais propensas ao endividamento. E às constatações de Campara, Vieira e Ceretta (2016), na qual os indivíduos com rendas menores são mais suscetíveis ao uso do crédito e ao endividamento, e que à medida que a renda aumenta a tendência à dependência do crédito e ao endividamento diminui. Assim como, as conclusões de Flores, Vieira e Coronel (2013) que detectaram que os indivíduos com rendas menores tendem a endividar-se mais, devido às restrições de orçamento.

Ao passo que, verificou-se que os servidores com as maiores rendas mensais no âmbito familiar foram os que afirmaram utilizar o crédito consignado. O que sugere uma deficiência de conhecimentos financeiros, segundo constatações de Claudino *et al* (2009) a partir da análise desenvolvida acerca da relação entre educação financeira e endividamento dos servidores de uma universidade federal, na qual verificou-se que os piores níveis de dívidas estão relacionados aos baixos índices de educação financeira.

Tabela 13 – Faixa de renda familiar mensal

Renda familiar mensal	Quantidade de pessoas (N)	%	Depende do crédito (%)	
			Sim	Não
Até 2 salários mínimos - R\$ 2.090	1	0,5	-	0,5
Entre 2 e 3 SM – R\$ 2.091 a R\$ 3.135	8	4,3	-	4,3
Entre 3 e 5 SM – R\$ 3.136 a R\$ 5.225	59	31,9	-	31,9
Entre 5 e 6 SM – R\$ 5.226 a R\$ 6.270	33	17,8	11,3	6,5
Entre 6 e 8 SM – R\$ 6.271 a R\$ 8.360	32	17,3	17,3	-
Entre 8 e 10 SM – R\$ 8.361 a R\$ 10.450	27	14,6	14,6	-
Entre 10 e 15 SM – R\$ 10.451 a R\$ 15.675	16	8,6	8,6	-
Entre 15 e 20 SM – R\$ 15.676 a R\$ 20.900	6	3,2	3,2	-
Mais de 20 SM – R\$ 20.901 em diante	3	1,6	1,6	-
Total	185	100,0	56,8	43,2

Fonte: dados da pesquisa, adaptado do IBGE (2020).

Em relação à maneira como os respondentes pagam suas contas, foi permitido assinalar mais de uma opção, em virtude da solicitação feita pelos servidores após responderem a versão pré-teste, quando relataram o uso de mais de um meio de pagamento e não exclusivamente um.

Isso posto, compreende-se a partir da Tabela 14 que a grande maioria (39,5%) dos participantes utiliza o cartão de débito como forma mais comum para pagar as despesas, seguido do cartão de crédito (35,6%), com a opção em dinheiro ficando praticamente na última posição (24,5%), visto que apenas um participante mencionou quitar despesas em cheque (0,3%).

Cenário que pode ser explicado com base em dados da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) em 2019, que revelam que as compras feitas com cartões de débito, de crédito e pré-pagos cresceram 17% no primeiro trimestre de 2019, com uma movimentação de R\$ 416 bilhões com cartões no trimestre analisado, sendo R\$ 260 bilhões com cartões de crédito, R\$ 152,5 bilhões com cartões de débito e R\$ 3,5 bilhões com cartões pré-pagos, o que equivale a quase um quarto (24,3%) do PIB nacional no período, ressaltando que há 10 anos essa participação era de 11,4%.

Tabela 14 – Meio de pagamento das despesas

Meio de pagamento	Quantidade de pessoas (N)	%
Em dinheiro	75	24,5
Cartão de débito	121	39,5
Cartão de crédito	109	35,6
Cheque	1	0,3

Fonte: dados da pesquisa, adaptado de Leão (2016).

Quanto ao uso do cartão de crédito, verificou-se na Tabela 15 que apenas 8,1% dos respondentes disse não utilizar esse meio de pagamento, ao mesmo tempo que afirmam não depender do crédito consignado (8,1%), evidenciando uma parcela dos servidores que realiza seus pagamentos à vista, sem contrair dívidas.

Em contrapartida, a quase a totalidade de servidores afirmou fazer uso do cartão de crédito (91,9%). Dentre eles estão os que utilizam apenas 1 cartão (39,5%), seguidos dos que possuem 2 cartões (37,3%) e por fim os participantes que têm 3 ou mais cartões de crédito (15,1%). Fato que merece destaque em virtude de a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que representa a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência

do Consumidor (PEIC), ter constatado que o cartão de crédito representa o principal tipo de dívida (79,5%) das famílias brasileiras.

Com destaque para os respondentes que possuem 2 cartões e afirmam depender do crédito consignado (37,3%) e os que detêm 3 ou mais cartões e se dizem usuários do crédito consignado (15,1%). Fato que sugere a relação entre o uso do cartão de crédito e a contratação de empréstimo com desconto em folha. Ratificando o estudo de Flores (2012) que verificou que os indivíduos que utilizam o cartão de crédito para pagamento das despesas cotidianas revelaram-se mais propensas a se endividar.

Tabela 15 – Uso do cartão de crédito

Uso do cartão de crédito	Quantidade de pessoas (N)	%	Depende do crédito (%)	
			Sim	Não
Não	15	8,1	-	8,1
Sim. 1	74	39,5	4,3	35,1
2	68	37,3	37,3	-
3 ou mais	28	15,1	15,1	-
Total	185	100,0	56,8	43,2

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Para complementar a análise quanto ao hábito de uso do cartão de crédito, a Tabela 16 demonstrou que a maior parte dos servidores (27,0%) compromete entre 30 e 40% do orçamento com despesas de cartão de crédito e empréstimo. Também foi observado que os participantes possuem uma média de 35% da renda utilizada nesse tipo de despesa, com um desvio padrão de 1,510. Estando de acordo com os limites estabelecidos pelo Decreto nº. 8.690/2016 da Presidência da República, que estabelece o percentual máximo permitido de 35% do valor da remuneração empenhados em crédito consignado, no qual os 5% devem ser reservados exclusivamente para amortização de despesas contraídas no cartão de crédito ou para realizar saques por meio dele.

Apresentando semelhança com os achados de Lopes (2018) que verificou que a grande maioria dos servidores entrevistados possuía até 30% da renda comprometida com despesas de empréstimos consignados. Por outro lado, Lira (2014) constatou um significativo comprometimento da renda dos servidores com a contratação de crédito consignado com desconto em folha de pagamento, percebendo um crescimento dessas despesas no período analisado acarretando um compromisso de cerca de 25% da renda bruta dos servidores. Sem

contar que podem existir diversas outras despesas dentro do orçamento das famílias e comprometer uma parcela tão significativa da renda tende a representar um aspecto de risco para o controle dos gastos e alcance do equilíbrio financeiro.

Sendo relevante destacar que 13,0% dos respondentes relataram comprometer mais de 50% da renda líquida com o pagamento de cartão(ões) de crédito e empréstimo(s) e 13,5% afirmaram usar entre 40 e 50% da renda com esse tipo de despesa, fato que sinaliza uma situação de endividamento e necessidade de complemento da renda a partir desse tipo de crédito.

Além de merecer atenção, pois o uso do cartão de crédito é um ponto crucial para o endividamento em virtude das altas taxas de juros do chamado rotativo que apresenta, passando de 316,7% a.a. em janeiro para 322,6% a.a. em fevereiro de 2020, conforme o Banco Central (2020). Em meio a tudo isso, não se pode esquecer que ainda há a possibilidade de ocorrerem despesas com cheque especial, prestação de imóvel e veículos somadas a outras despesas domésticas (SOUZA, 2015).

Tabela 16 – Percentual da renda líquida usado com cartão de crédito e empréstimo (%) **Renda líq. com cartão de crédito/empréstimo**

	Quantidade de pessoas (N)	%
Até 10%	20	10,8
Entre 10 e 20%	30	16,2
Entre 20 e 30%	36	19,5
Entre 30 e 40%	50	27,0
Entre 40 e 50%	25	13,5
Acima de 50%	24	13,0
Total	185	100,0

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Ainda em relação ao uso de crédito para o pagamento de despesas usuais, a Tabela 17 evidencia que boa parte dos servidores (40,5%) afirmou nunca utilizar essa prática, sendo este um resultado relevante pois revela aspectos de um comportamento consciente quanto ao uso do crédito, além de preocupação em não adentrar nesse tipo de crédito bastante caro, favorável ao descontrole financeiro e que pode acarretar endividamento.

Em contrapartida, 15,7% dos participantes são sempre dependentes do limite do cartão de crédito ou do cheque especial para quitar despesas cotidianas, seguidos de 20,5% que afirmam utilizar às vezes. Ratificando os achados de Acordi (2019) que constatou que embora

boa parte dos entrevistados tenha dito não utilizar esse tipo de crédito, existe uma parcela de servidores que assume depender eventualmente ou sempre.

Também pelo fato de que “A dependência do crédito para pagar despesas diárias pode sinalizar um descontrole dos gastos, gerando maior propensão ao endividamento” (FLORES, 2012, p. 83). Assim como Silva, Silva Neto e Araújo (2017) perceberam que os entrevistados demonstraram dificuldades quanto ao gerenciamento da renda pessoal e tinham o cartão de crédito como item de maior percentual de dívidas dentro do orçamento.

Nesse contexto, um ponto que merece atenção é a taxa de juros praticada nessas operações, uma vez que segundo o BCB (2020), o cheque especial somou 130% a.a. e 7,2% a.m. em fevereiro de 2020, sendo preciso cautela e atenção nas situações em que se utilizar destes produtos. Ainda segundo o BCB (2019), em quantidade de tomadores, o rotativo do cartão de crédito e o cheque especial são uma das modalidades mais utilizadas mesmo com as taxas de juros mais altas entre todas as espécies de crédito, sendo inferiores ao saldo da carteira total que é composta principalmente por crédito habitacional e consignado.

Tabela 17 – Uso do limite de crédito/cheque especial para pagar gastos cotidianos

Uso do crédito (cheque especial)	Quantidade de pessoas (N)	%
Sempre	29	15,7
Às vezes	38	20,5
Raramente	43	23,2
Nunca	75	40,5
Total	185	100,0

Fonte: dados da pesquisa, adaptado de Disney e Gathergood (2011).

2.5 Considerações Finais

O presente trabalho buscou fornecer um diagnóstico acerca dos empréstimos consignados contratados pelos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) ativos da UFRPE pertencentes ao *campus* Sede da UFRPE que são usuários do crédito, sobretudo do crédito consignado, bem como traçar o perfil desses servidores. Para tanto, utilizou-se de dados coletados do extrator de dados da UFRPE, do Demonstrativo de Despesas com Pessoal/UFRPE referente aos meses de maio/2019 e novembro/2019, de dados consultados no Sistema SIAPE e também de informações coletadas através da aplicação do questionário (*survey*) junto aos servidores técnico-administrativos, objeto do estudo.

Em relação a situação funcional, verificou-se que no período compreendido entre 2016 e 2019 houve um aumento de aproximadamente 4,0% no quantitativo de servidores em decorrência das ações de expansão e interiorização universitária e de 2,4% no número de aposentados com o advento da reforma da previdência, com base em informações retiradas do extrator de dados da instituição. Destacando que a categoria dos técnico-administrativos se manteve praticamente inalterada no intervalo entre maio/2019 e novembro/2019, período analisado no estudo.

No que tange aos recursos pagos em folha de pagamento aos servidores, a partir da análise dos dados do DDP/UFRPE observou-se uma elevação do montante total da folha (2,5%) no período compreendido entre maio/2019 e novembro/2019, resultado do aumento do quantitativo de pessoal e dos reajustes inerentes à carreira.

Acerca das instituições financeiras passíveis de contratação de crédito consignado, levando em consideração os maiores volumes de recursos tomados em empréstimo pelos servidores, foram identificadas 9 instituições, merecendo destaque em ordem de valores descontados em folha: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal e Banco Santander. Salientando que o percentual médio da folha de pagamento relativo ao comprometimento da renda dos servidores com despesas em consignação foi de 5%, sem considerar gastos obrigatórios como imposto de renda, contribuição previdenciária e os facultativos a exemplo do plano de saúde, custos com cartão de crédito e empréstimo.

Quanto ao perfil dos 185 servidores participantes da pesquisa, identificou-se que sua maioria é formada por mulheres (60,5%) mas que são os homens os maiores usuários do crédito consignado (39,5%). A faixa etária predominante foi a de 35 a 44 anos (37,3%) e verificou-se que à medida que a idade aumenta, diminuem os participantes que afirmam utilizar a consignação em folha de pagamento.

Em relação ao estado civil, pouco mais da metade (51,3%) era casado(a) e destes 42,2% revelou ser usuário de empréstimo, demonstrando que esta condição pode ser decorrente de maiores despesas, mas também do empenho em adquirir um imóvel através de financiamento, por exemplo.

No que se refere aos dependentes econômicos, a maior parte dos respondentes (61,1%) possui ao menos um, salientando que 22,2% dos que possuem 1 dependente e 26,5% dos que possuem 2 dependentes usam crédito consignado, com destaque para os 38,9% que não registra ninguém que necessite da sua renda e nem tem contrato de consignação.

Sobre definições da condição de moradia, 39,5% reside em casa própria e não utiliza crédito consignado. Já dentre os participantes que moram de aluguel (33,5%) parcela

significativa é dependente de consignação (29,7%), revelando que tal despesa fixa tem comprometido o orçamento e vem desencadeando desequilíbrio financeiro. Quanto ao grau de escolaridade, praticamente metade dos servidores possui especialização (49,7%) e também foi verificado que dentre os servidores com menor nível de graduação a dependência do crédito foi inexistente. Enquanto dentre os respondentes com maior escolaridade, o percentual de utilização do empréstimo com desconto em folha foi superior.

Analisando aspectos de raça foi observado que 44,5% se define como pertencente à raça branca e dentre eles, 43,2% afirmou não depender do crédito. Ao passo que 42,7% denominados como pardos afirmaram fazer uso do empréstimo em consignação.

Em relação ao tempo de serviço, a maioria dos participantes (37,3%) possui entre 5 e 10 anos de trabalho e não vê no crédito consignado uma opção necessária para socorrer as contas ou financiar algo. Por outro lado, todos os respondentes que possuem mais de 20 anos de serviço (22,2%), afirmaram depender do crédito consignado, revelando uma cultura de dependência de crédito observada entre os servidores mais antigos.

A renda predominante encontra-se no intervalo entre 3 e 5 salários mínimos (31,9%) e o meio de pagamento mais utilizado é o cartão de débito (39,5%). Já em relação ao cartão de crédito, a quase totalidade dos servidores (91,9%) utiliza esse meio de pagamento, com a parcela predominante de comprometimento da renda entre 30 e 40%, sendo formada por 27,0% dos participantes.

Quanto ao uso do crédito/cheque especial para quitar dívidas do cotidiano, 40,5% afirmaram não utilizar nunca, por outro lado, 15,7% dos participantes dependem sempre e 20,54% utiliza às vezes. Ratificando o cartão de crédito como item muito utilizado pelas famílias brasileiras e merecendo atenção por ser o mecanismo responsável pela maior parte do endividamento dos consumidores.

Identificou-se que é gasto, em média, 35% da renda com despesas de cartão de crédito e empréstimos, estando de acordo com o estabelecido pelo Decreto nº. 8.690/2016 da Presidência da República. Entretanto, considerando que podem existir diversas outras despesas dentro do orçamento das famílias, comprometer uma parcela tão significativa da renda tende a representar um aspecto de risco para o controle dos gastos e alcance do equilíbrio financeiro.

Dito isto, compreende-se que a análise efetuada a partir de um corte transversal e temporal na UFRPE revela que a maioria dos participantes depende do empréstimo consignado, compromete parcela representativa da renda e utiliza em média dois cartões de crédito, mas que a maior parte deles demonstrou possuir aspectos de um comportamento consciente, pelo fato de não utilizar as opções de crédito classificadas como as mais onerosas no mercado para

pagamento de despesas cotidianas. Sendo este um resultado relevante, pois mostra que embora endividados, os participantes exibem certa consciência e preocupação em não adentrar nesse tipo de crédito demasiadamente caro, favorável ao descontrole financeiro e que pode acarretar em endividamento.

Desta forma, a implementação de medidas que incentivem o desenvolvimento da educação financeira e proporcione um melhor planejamento financeiro são desejáveis e bem-vindas. A exemplo da inclusão de cursos de capacitação para os servidores voltados para área de finanças, gestão do orçamento familiar e ferramentas de melhor uso do crédito.

Por fim, os achados neste estudo servem como base para que seja desenvolvido em outros órgãos, não apenas federais, mas estaduais e municipais também. Partindo do pressuposto que o plano de carreiras, políticas salariais e concessão de benefícios tende a ser distinta, seria possível traçar um panorama mais amplo acerca desse tipo de consumidor, servidor público federal, que tem na facilidade de acesso, desconto direto das parcelas no contracheque, taxas de juros menores e não exigência de fiador, elementos preponderantes na utilização do crédito consignado em folha de pagamento que tantas vezes é contratado sem o devido planejamento, conduzindo ao temido endividamento.

REFERÊNCIAS

- ACORDI, Francine Patrícia Costa. **Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor**. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado profissional em Administração Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em rede Nacional, Curitiba, 2019. Disponível em: http://www.profiap.org.br/profiap/tcfs-dissertacoes-1/utfpr/2019/dissertacao_francine-patricia-costa_2019.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.
- ALVES, Hélio Heron da Silveira. **O Endividamento do Servidor Público no Brasil: O Caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147460>. Acesso em 10 jun. 2019.
- ANDRADE, Marcelo Machado Teixeira D.; DINIZ, Eduardo Henrique. Previsão de Informações para Avaliar Políticas Públicas: O Caso da Inclusão Financeira. **Revista de Administração Contemporânea**, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 508-524, 2015. ISSN 1982-7849. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1117/1113>. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151864>. Acesso em: 18 set. 2019.
- ASSIS, Marcello Vinícius Cossio, **Determinantes do spread bancário de crédito de recursos livres no Brasil: uma análise por produto**. 2019. 44 f., il. Dissertação (Mestrado em

Economia e Finanças) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/26223>. Acesso em: 23 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E SERVIÇOS. Notícias, 2019. **ABECS**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/pagamentos-com-cartao-aumentaram-17-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 12 maio. 2020.

BAEK, Eunyong; HONH, Gong-Soog. Effects of family life-cycle stages on consumer debts. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 25, n. 2, p. 359-385, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225951661_Effects_of_Family_Life-Cycle_Stages_on_Consumer_Debts. Acesso em: 21 nov. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania Financeira – Empréstimo Consignado:** características, acesso e uso. Brasília: BCB, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art7_emprestimo_consignado.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

_____. **Cidadania Financeira – Gestão de finanças pessoais:** caderno de educação financeira. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

_____. **Cidadania Financeira – Juros e spread bancário:** série perguntas mais frequentes. Brasília: BCB, 2016. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/Documents/publicacoes/serie_pmf/FAQ%2001-Juros%20e%20Spread%20Banc%C3%A1rio.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

_____. **COPOM reduz a taxa Selic para 3,00% a. a. Notícias.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17067/nota>. Acesso em: 7 maio 2020.

_____. **Portal de Dados Abertos.** Taxa Média de Juros das Operações de Crédito com Recursos Livres – Pessoas Físicas. Brasília: BCB, 2020. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/22022-taxa-media-de-juros-das-operacoes-de-credito-com-recursos-livres---pessoas-fisicas---cartao-d>. Acesso em: 3 abr. 2020.

_____. **Relatório de estabilidade financeira do Banco Central do Brasil**, Brasília, volume 18, nº 1, abr.2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/201904/RELESTAB201904-refPub.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2019.

_____. **Taxas de juros básicas – Históricas**, Comitê de Política Monetária (COPOM). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 4 out. 2019.

BAUMAN, Zygmunt, 1925. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed 2008.

BONOMO, Brunno; MAINARDES, Emerson Wagner; LAURETT, Rozélia. Compra não Planejada e Endividamento Pessoal: Uma Análise de Relação. **Revista Administração em Diálogo**, v. 19, n. 3, p. 49-69, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/46811/compra-nao-planejada-e-endividamento-pessoal--uma-analise-de-relacao-/i/pt-br>. Doi: <http://dx.doi.org/10.23925/2178-0080.2017v19i3.32758>. Acesso em: 20 set. 2019.

BERG, Carla; SANEM, Julia; LUST, Katherine; AHLUWALIA, Jasjit; KIRC, Matthias; LAWRENCE, An. Health-related characteristics and incurring credit card debt as problem behaviors among college students. **The Internet Journal of Mental Health**, 2010. Disponível em: <https://experts.umn.edu/en/publications/health-related-characteristics-and-incurring-credit-card-debt-as->. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº. 9790/1946 da Presidência da República**. Dispõe sobre a consignação de descontos sobre o salário de mutuários das Carteiras de Empréstimos das instituições de previdência social. Brasília: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19790.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

_____. **Decreto nº. 8690/2016 da Presidência da República**. Dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8690.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

_____. **Lei Complementar nº. 173/2020 da Presidência da República**. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-173-de-27-de-maio-de-2020-258915168>. Acesso em: 28 maio 2020.

_____. **Lei nº. 1.046/1950 da Presidência da República**. Disposição sobre a consignação em folha de pagamento. Brasília: Presidência da República, 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1046.htm. Acesso em: 8 jun. 2019.

_____. **Lei nº. 6.445/1977 da Presidência da República**. Dispõe sobre consignações em folha de pagamento de servidores civis, ativos e inativos, da Administração Federal direta e das autarquias federais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6445.htm. Acesso em: 8 jun. 2019.

_____. **Lei nº. 8.112/90 da Presidência da República**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

_____. **Lei nº. 10.820/2003 da Presidência da República.** Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.820Compilado.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

_____. **Lei nº. 11.091/2005 da Presidência da República.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em: 7 abr. 2020.

_____. **Lei nº 13.172/2015 da Presidência da República. Altera as Leis n º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990,** para dispor sobre desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13172.htm. Acesso em 7 jun. 2019.

_____. **Portaria nº. 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.** Estabelece orientações aos órgãos sobre o processamento das consignações em folha de pagamento do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), fixa condições para o cadastramento no âmbito da Administração Pública Federal e dá outras providências. Brasília: Secretaria de Recursos Humanos, 2010. Disponível em: https://www.normas.gov.br/materia/-/asset_publisher/NebW5rLVWyej/content/id/35364533. Acesso em: 07 nov. 2019.

_____. **Portaria nº. 110/2016 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.** Estabelece as condições e os procedimentos para o cadastramento de consignatários e a habilitação para o processamento de consignações, o controle da margem consignável, a recepção e o processamento das operações de consignação, a desativação temporária e o descadastramento de consignatários e o registro e o processamento de reclamações de consignados. Brasília: Gabinete do Ministro, 2016. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/04/2016&jornal=1&pagina=80&totalArquivos=104>. Acesso em: 24 set. 2019.

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sérgio. Entendendo a Atitude ao Endividamento: Fatores Comportamentais e Variáveis Socioeconômicas o Determinam? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 15, n. 1, p. 5-24, 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/44489/entendendo-a-atitude-ao-endividamento--fatores-comportamentais-e-variaveis-socioeconomicas-o-determinam-/i/pt-br>. Acesso em: 20 set. 2019.

CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad; MEROLA, Aline. Percepções Adquiridas numa Capacitação em Educação Financeira para Adultos. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 19, n. 1, p. 414-435, 2018. Disponível em:

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/52146/percepcoes-adquiridas-uma-capacitacao-em-educacao-financeira-para-adultos-i/pt-br>. Acesso em: 20 set. 2019.

CARVAS, Philip Santos. **A educação financeira como política de desenvolvimento financeiro e econômico no Brasil**. 91 f. (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10735>. Acesso em: 12 out. 2019.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. **Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos**. XII SEMEAD – Seminários em Administração, São Paulo, ago. 2009.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. Notícias, 2016. **CONDSEF**. Disponível em: <https://www.condsef.org.br/noticias/17-08-servidores-recebem-inicio-setembro-primeira-parcela-reajuste-firmado-processo-negociacao-ano-passado>. Acesso em: 7 nov. 2019.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. Notícias, 2020. **CONDSEF**. Disponível em: <https://www.condsef.org.br/noticias/servidores-podem-perder-metade-poder-compra-ate-2026>. Acesso em: 12 maio 2020.

DISNEY, Richard; GATHERGOOD, John. **Financial Literacy ad Indebtedness: New Evidence for UK Consumers**, 2011. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/not/notcfc/11-05.html>. Acesso em: 13 out. 2019.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. **Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento**. Revista Adm. FACES, v. 12, n. 2, p. 13-35, abr./jun., 2013. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/808>. Acesso em: 06 set. 2019.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça. **Modelagem de Equações Estruturais Aplicada à Propensão ao Endividamento: uma análise de fatores comportamentais**. 2012. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Administração), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4621/FLORES%2c%20SILVIA%20AMELIA%20MENDONCA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 05 nov. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo. Distribuição da população. 2010. **IBGE**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>. Acesso em: 27 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do Registro Civil 2018. 2018. **IBGE**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2018_v45_informativo.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNADC. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal. 2019. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 22 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. POF. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. 2019. **IBGE**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Notícias. Prévia da Inflação. IPCA-15 cai 0,59% em maio, maior deflação desde o início do Plano Real. 2020. **IBGE**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27770-ipca-15-cai-0-59-em-maio-maior-deflacao-desde-o-inicio-do-plano-real>. Acesso em: 22 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Revista Retratos. IBGE mostra as cores da desigualdade. 2018. **IBGE**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 12 maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Carta de conjuntura, 4º trimestre de 2018 – nº 41. **IPEA**. [s.l]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/181129_cc41_nt_gastos_com_pessoal_no_contexto_da_ec95.pdf. Acesso em: 8 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PEIC. Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Setembro/2019. **IPEA**. [s.l]. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-1>. Acesso em: 15 nov. 2019.

KATONA, George. **Psychological economics**. New Yoork: Elsevier, 1975.

KEESE, Matthias. **Who feels constrained by high debt burdens?** Subjective vs. Objective Measures of Household Indebtedness. RUHR Economic Papers, Germany, 2010.

KEESE, Matthias. **Who feels constrained by high debt burdens?** Subjective vs. Objective Measures of Household Debt. Journal of Economic Psychology, v. 33, n. 1, p. 125-141, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LEÃO, Ana Paula Camboim. **Empréstimos consignados e endividamento, uma estreita relação entre o(a)s servidores (a)s público(a)s Técnico-Administrativos em Educação**. 2016. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/6188/2/Ana%20Paula%20Camboim%20Leao.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2019.

LIRA, Caetano Correia. **Crédito Consignado: cenários no Brasil e diagnóstico na UFPE (2010 a 2012)**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11720/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Caetano%20Correia%20Lira.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2019.

LOPES, Cilene Knauf. **Crédito consignado e suas implicações no orçamento familiar: uma análise para servidores da UFV**. 2018. Dissertação (em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018. Disponível em:
<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/22094/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jun. 2019.

MEDEIROS, Angélica Pott de; OLIVEIRA, Giulia Xisto de; BENDER FILHO, Reisoli. Crédito consignado: segmentos e efeitos econômicos. **RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 17, n. 2, p. 782-810, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>. Acesso em: 26 maio 2019.

MIRANDA-RIBEIRO, Adriana; GARCIA, Ricardo Alexandrino; FARIA, Tereza Cristina de Azevedo Bernardes. Baixa fecundidade e adiamento do primeiro filho no Brasil. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 36, e0080, 2019. Available from
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982019000100155&lng=en&nrm=iso>. Epub Sep 30, 2019. <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0080>. Acesso em: 12 maio 2020.

MOURA, Rivania; OLIVEIRA, Sara Cristina Silva; SILVA, Raila Neris de Oliveira. Crédito consignado e seu impacto na vida dos aposentados. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 16, 2018. Anais... Vitória - ES. UFES, 2018. Disponível em:
<http://www.publicacoes.ufes.br/ABEPSS/article/view/22717/15199>. Acesso em: 23 set. 2019.

PACHECO, Greicy Bainha; CAMPARA, Jéssica Pulino; COSTA JR., Newton Carneiro Affonso da. Traços de personalidade, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro: um retrato dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 54-73, dez. 2018. ISSN 2175-8077. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018V20n52p54>. doi:
<https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018V20n52p54>. Acesso em: 03 ago. 2019.

PONCHIO, Mateus Canniatti. **The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo**. [Tese de Doutorado]. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, p. 175, 2006. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2519>. Acesso em: 22 set. 2019.

SICSU, João. Governos Lula: a era do consumo. **Revista de Economia Política**, vol. 39, nº 1 (154), pp. 128-151, janeiro-março/2019. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572019000100128&lng=pt&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172019-2870>. Acesso em: 20 set. 2019.

SOARES, Júnia Rosa; CAVALHERO, Alexandre; TREVISAN, Rafaela Luiza. Pesquisa de diagnóstico: O endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o programa de cidadania financeira de Santa Catarina. Conselho nacional de secretários de estado da administração. **X Congresso CONSAD de Gestão Pública**. 2017. Brasília, DF, 5, 6 e 7 de jul. 2017. Disponível em: <http://consad.org.br/trabalhos-selecionados-x-congresso/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

SILVA, Jucyara Gomes; SILVA NETO, Odilon Saturnino; ARAÚJO, Rebeca Cordeiro da Cunha. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 104-120, maio /ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/32082>. Acesso em: 26 maio 2019. doi:10.18405/recfin20170207.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do servidor público: uma análise econômica da situação na UnB**. 2015. 86 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18670?locale=fr>. Acesso em: 10 jun. 2019.

UFPE. Comitê de Ética e Pesquisa. Manual e Modelos. **Termo de Consentimento Livre Esclarecido**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/cep/manual-e-modelos>. Acesso em: 03 mar. 2020.

UFPAPE. **História da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco**. Garanhuns, 2020. Disponível em: <http://ww3.uag.ufrpe.br/historia>. Acesso em: 13 maio. 2020.

UFRPE. **Comunicado Oficial: impacto dos cortes orçamentários na UFRPE**. Recife, 2019. Disponível em: <https://www.ufrpe.br/br/content/comunicado-oficial-impacto-dos-cortes-or%20ament%20rios-na-ufrpe>. Acesso em: 13 maio 2020.

UFRPE. Relatório de Gestão do Exercício de 2018 da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **PROPLAN/UFRPE**. Recife, 2019. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/sites/www.ufrpe.br/files/RELAT%20RIO%20DE%20GESTAO%202018.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

VIEIRA, Kelmara Mendes; FLORES, Sílvia Amélia Mendonça; CAMPARA, Jéssica Pulino. **Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais**. Teoria e Prática em Administração, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34455/propensao-ao-endividamento-no-municipio-de-sant--->. Acesso em: 22 out. 2019.

VIEIRA, Paulo Roberto da Costa; BARROS, Samuel de Jesus Monteiro; MATTOSO, Cecília Lima de Queirós; SILVA, Antônio Carlos Magalhães. (2018). Variáveis explicativas da atitude de consumo de crédito. **Revista Economia e Gestão**, PUC – Minas, Belo Horizonte, v. 18, n. 49, Jan./Abr. 2018. ISSN: 1984-6606. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/11480>. doi: <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2018v18n49p122-140>. Acesso em: 23 set. 2019.

3 USO DO CRÉDITO CONSIGNADO E A PROPENSÃO AO RISCO DE ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES DA UFRPE

3.1 Introdução

A palavra “risco” tem sua origem no italiano *risicare*, que quer dizer “arriscar”. Diversos são os autores que buscaram conceituar o que de fato seria risco, atribuição que não parece ser muito simples, em virtude da diversidade de significados que lhe são fornecidos. Em grande parte das vezes o sentido utilizado é dotado de aspectos negativos, entretanto, o risco pode também ser compreendido como um cálculo, um capital, ou como o retorno do investimento e de fluxos de caixa, caso se tome como base os aspectos financeiros (FLORES, 2012).

Nesse sentido Kahneman e Tversky (2019) elaboraram uma teoria que permite descrever como os tomadores de decisão se comportam diante dos riscos e das incertezas, revelando notável diferença entre os valores atribuídos às perdas e ganhos, constituindo a chamada aversão à perda (ANACHE; LAURENCEL, 2013). Assim como Milanez (2004, p. 28) descreve que segundo tais autores “as pessoas têm tendência não plenamente racional a tomar riscos em situações de perda (para fugir de perdas certas) e serem conservadoras em situações de ganho (para ter ganho certo)”. Em síntese, a Teoria do Prospecto prega que “os indivíduos são avessos ao risco para ganhos, mas propensos ao risco para perdas” (NUNES, FLORES; SILVA, 2018, p. 43).

Em meio a isso, tem-se o endividamento que pode ser definido como a atitude de assumir ou contrair dívidas, sendo derivado do verbo endividar-se, conforme Vieira, Flores e Campara (2014). A importância desse tema também é destacada pelos autores, pois o endividamento costuma estar ligado a uma diversidade de fatores e decorrer de múltiplos aspectos, como renda, uso indevido do crédito, fatores econômicos, motivações psicológicas, razões comportamentais, entre outros.

Ao passo que Carvalho, Sousa e Fuentes (2017, p. 111) definem endividamento como: “é representado por contas e dívidas decorrentes da confluência de um conjunto de fatores individuais ou externos, em geral de ordem econômica, resultando, assim, em disposições emocionais perniciosas ao indivíduo”.

Enquanto Bonomo, Mainardes e Laurett (2017) ressaltam que, as variáveis demográficas como idade, gênero, nível de escolaridade, quantidade de membros da família e

os fatores demográficos, tais como renda, taxa de juros e emprego possuem estreita relação com os níveis de endividamento.

Nesse contexto, surge a percepção do agravamento do endividamento, o chamado superendividamento ou sobreendividamento, que representa a condição em que o sujeito não é capaz de quitar suas dívidas com a renda auferida. Este superendividamento pode ocorrer de maneira ativa, que é quando o indivíduo favorece a dívida ou de modo passivo, quando não colabora para o endividamento, mas que ele ocorre inevitavelmente, como em casos de doença ou desemprego (VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2014).

Lira (2014) afirma que tanto o endividamento quanto o superendividamento representam uma realidade preocupante para os usuários de empréstimo, as instituições financeiras, o governo federal, e conseqüentemente, para os órgãos de defesa do consumidor, a exemplo do: Procon, Defensoria Pública, Ministério Público, entre outros.

Outrossim, acerca desse fenômeno do superendividamento Silva, Silva Neto e Araújo (2017) avaliam que ele é típico de uma sociedade que progressivamente valoriza o consumo, fazendo com que as pessoas sejam consideradas como elementos potenciais a realizar compras. Compreendendo-se que o endividamento não representa um problema apenas pessoal, mas uma questão de abrangência social, ao passo que quanto maior o número de endividados, maior será o impacto no desenvolvimento econômico de um país.

Frente a esses aspectos, Carvas (2018), com base em pesquisas desenvolvidas a partir do banco de dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), constatou que em 2018, praticamente metade da população (45%) não tinha controle sobre os gastos, e mais da metade (58,70%) daqueles que exerciam algum tipo de controle, possuía dificuldade em fazê-lo. Ao passo que cerca de 30% da população não se sente segura em gerir os recursos financeiros e apresenta necessidade de obter mais conhecimento na área.

Desse modo, é imprescindível compreender que tanto a conscientização acerca do processo de tomada de crédito quanto o planejamento e a atitude responsável são comportamentos desejáveis no processo de contratação de um empréstimo consignado, uma vez que na visão de (SILVA; SILVA NETO; ARAÚJO, 2017),

Diante das inúmeras alternativas que podem levar ao endividamento de servidores públicos, bem como a importância destes para as organizações e para a sociedade de forma geral, se faz necessário entender aspectos relacionados à educação financeira destes, sobretudo no que diz respeito aos seus hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. Dessa forma, ressalta-se também a importância de estar atento aos níveis de endividamento da sociedade bem como identificar quais fatores contribuem para tal fato (SILVA; SILVA NETO e ARAÚJO, 2017, p.106).

A partir disso, o presente artigo aborda a questão do uso do crédito consignado e sua relação com o endividamento, contextualizando a atual conjuntura econômica de enfrentamento da pandemia de Covid-19 com a situação de comprometimento da renda dos servidores públicos, mais especificamente dos integrantes das Universidades Federais, além de focar o risco de endividamento a que estão sujeitos e a importância da educação financeira como instrumento favorável para uma melhor gestão dos recursos. Diante dessa realidade, indaga-se: qual o contexto que estimula o servidor a contratar crédito consignado e qual a propensão ao risco de endividamento a que estão expostos, considerando a percepção de educação financeira que possuem?

Tendo como objetivos principais, analisar tanto essa conjuntura quanto os fatores que influenciam os servidores técnico-administrativos da UFRPE a contratar crédito consignado, como também, verificar a situação de endividamento destes servidores e a propensão ao risco de endividamento a que estão expostos, diante da percepção de conhecimentos relativos à educação financeira que apresentam.

Além da introdução, o artigo está dividido em quatro partes. Na primeira apresentará a Teoria do Prospecto juntamente à figura do crédito e do risco, na segunda abordará conceitos acerca do uso do crédito e a questão do endividamento, seguido de dados referentes ao endividamento das famílias e a importância da cultura do planejamento para evitar dívidas. Na terceira trará um panorama da situação econômica atual interligando-a com o uso do crédito consignado e na última, destacará a importância dos conhecimentos de educação financeira para uma melhor gestão dos recursos próprios e a diminuição da propensão ao risco de endividamento. Seguida da metodologia utilizada, análise dos dados coletados quanto ao contexto que os influencia na tomada de crédito, a atitude ao endividamento e a propensão ao risco de endividamento a que estão expostos. Encerrando com as considerações finais do estudo e as referências adotadas.

3.2 Referencial Teórico

3.2.1 Crédito, Risco e a Teoria do Prospecto

Diante da figura do crédito e do risco inerente à tomada de decisões para sua utilização, cabe destacar o campo de estudos conhecido como finanças comportamentais, que possui na Teoria dos Prospectos ou Teoria da Perspectiva (*Prospect Theory*), desenvolvida por Daniel Kahneman e Amos Tversky (1979), o estudo mais relevante e consistente nesse âmbito. Refere-

se a um modelo matematicamente elaborado, alternativo às teorias clássicas fundamentadas na tomada racional de decisão, sendo também uma crítica à Teoria da Utilidade Esperada (TUE) como modelo descritivo de tomada de decisões sob risco. A partir da qual os autores atribuem padrões de comportamento desconhecidos até então pelos proponentes na tomada racional de decisões a duas deficiências humanas. A primeira relativa às emoções, que muitas vezes minam o autocontrole crucial à tomada consciente de decisões e a segunda, acerca das dificuldades cognitivas que as pessoas enfrentam ao não saber exatamente com o que estão lidando (ANACHE; LAURENCEL, 2013). Classificado por Falleiro (2014) como o modelo mais relevante que se propõe a esclarecer a maneira como as pessoas exercem suas escolhas frente às incertezas.

Com base na Teoria do Prospecto Kahneman e Tversky (1979) Nunes, Flores e Silva (2018) constataram acerca do principal conceito abordado pelas Finanças Comportamentais que

os indivíduos sentem muito mais a dor da perda do que o prazer obtido por um ganho semelhante. Esta teoria se opõe ao conceito microeconômico denominado Teoria da Utilidade Esperada (TUE), onde a escala u mensurava a utilidade dos resultados a partir do grau de riqueza do indivíduo. A Teoria do Prospecto, por sua vez, mensura a função valor a partir de um ponto de referência e de desvios a partir do mesmo, o que permite que os ganhos e as perdas possam ser interpretados de maneiras diversas (NUNES, FLORES; SILVA, 2018, p. 43).

De modo que, os ganhos e as perdas são observados de maneiras distintas, compreendendo-se que o indivíduo em geral sente mais a dor da perda do que a satisfação proporcionada pelo ganho, conforme Flores (2012). E que na visão de Steiner *et al* (1998) a Teoria do Prospecto desenvolvida por Kahneman e Tversky (1979) tem o intuito de associar o comportamento de decisão, sobretudo a atitude diante do risco, com diversas características, a exemplo da forma como a situação ocorre. Na qual, a depender do prospecto (ponto de vista) adotado ao expor a situação e as alternativas, o comportamento do indivíduo diante do risco tende a variar.

Ainda nesse sentido Kahneman e Tversky (1979) identificaram uma série de dificuldades de escolha, nas quais as pessoas violam os princípios da TUE, em que as utilidades dos resultados são ponderadas pelas suas respectivas probabilidades, separando tais desvios e descrevendo-os através dos fenômenos chamados de efeito certeza, reflexão e isolamento.

O efeito certeza foi observado no comparativo entre as possibilidades de um evento visto como certo e outro classificado simplesmente como provável, uma vez que os indivíduos tendem a dar mais importância ao primeiro e desvalorizar o último. Já no segundo experimento, a única diferença consiste na possibilidade de perdas, ou seja, resultados esperados dos

prospectos são negativos assim como, verificou-se que as pessoas tendem a ser avessas ao risco quando há prospectos positivos e propensas ao risco quando há a chance de perdas, compondo o chamado efeito reflexão. Seguido do efeito isolamento, no qual os indivíduos não consideram os elementos semelhantes entre as alternativas, voltando-se apenas para os pontos divergentes fazendo com que as escolhas possam variar produzindo preferências inconsistentes. De maneira que, para um mesmo prospecto diversas escolhas são possíveis, o que vai depender de como o prospecto é disposto e que a avaliação do risco de uma alternativa pode decorrer mais da possibilidade de ganho ou perda do que do resultado final que permitiria (ANACHE; LAURENCEL, 2013).

Salientando que “um prospecto deve ser entendido como uma lista de consequências com uma probabilidade associada à cada consequência. Um indivíduo precisa escolher um prospecto que traduzirá sua preferência por esse entre todos os prospectos possíveis. A maioria das análises de teoria de escolha se dá sob riscos” (FALLEIRO, 2014, p. 10).

3.2.2 Uso do Crédito e Endividamento

Diante da necessidade do desenvolvimento de uma atitude responsável quanto ao uso do crédito frente à situação econômica atual, é fundamental mencionar a questão do endividamento, uma vez que “A preocupação com o endividamento, principalmente no contexto brasileiro, se dá pelo fato de que o percentual de famílias nesta situação é elevado” (PACHECO; CAMPARA; COSTA JR, 2018, p. 55).

De maneira que, o mecanismo de oferta de empréstimo conhecido como crédito consignado requer atenção em seu uso com o intuito de evitar a situação de endividamento, principalmente pelo fato de o quantitativo de famílias endividadas já encontrar-se bastante elevado.

Também é relevante frisar que “as alterações no contexto econômico, as facilidades de acesso ao crédito e a ampla oferta de produtos financeiros são os aspectos que tem estimulado a sociedade ao consumo e, conseqüentemente, a maior propensão ao endividamento” (CAMPARA; VIEIRA e CERETTA, 2016, p. 8).

Ao passo que, essa expansão do crédito atrelada à facilidade e propagação do ato de comprar, vem acarretando um processo de expansão dos desejos e incentivo ao consumo, que pode desencadear problemas na vida dos consumidores, como (VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2014) salientam:

O número de famílias endividadas vem crescendo, sendo que as mesmas se sentem menos satisfeitas com sua situação financeira atual e menos confiantes em uma situação financeira futura. Além disso, a presença de dívidas acarreta sensações de tristeza, ansiedade, nervosismo, depressão, podendo, inclusive, afetar as relações sociais, profissionais e familiares dos endividados. (VIEIRA; FLORES e CAMPARA, 2014, p. 201).

Ou melhor, o nível de endividamento das famílias tem crescido ao longo dos últimos anos atrelado ao constante incentivo ao consumo e criação de desejos insaciáveis, gerando insatisfação, sentimento de tristeza e depressão e causando prejuízos sociais, profissionais, familiares, além dos problemas financeiros comuns a esses casos.

Diante disso, é necessário ter em mente que “o sobre-endividamento é uma situação insustentável à medida que a economia brasileira possui uma capacidade de geração de poupança inferior, não sendo compatível com o crescimento da oferta, colocando as pessoas nessa posição de endividamento excessivo” (ROSSATO; BESKOW; PINTO, 2019 p. 107).

Nesse diapasão, segundo levantamento desenvolvido mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que configura a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada em abril de 2019, o percentual de famílias com dívidas em abril/2019 (62,7%) aumentou se comparado com o mês anterior (62,4%) e o mesmo período do ano passado (60,2%).

As dívidas em atraso também foram superiores em abril/2019 (23,9%) ante o mês anterior (23,4%) assim como o percentual de pessoas que afirma não ter condições de pagar as dívidas teve um ligeiro aumento (9,5%) em abril diante de março do mesmo ano (9,4%). Fato que, independente da modalidade de crédito que está sendo tomada pelas pessoas, revela que o cenário econômico atual tem contribuído para o número elevado de pessoas em situação de endividamento.

Em meio a isso, Lopes (2018) menciona que quando o empréstimo consignado é utilizado sem o planejamento adequado existe o risco de produzir impactos além do âmbito financeiro, atingindo as relações sociais, familiares e profissionais. Por outro lado, se bem gerido, o crédito consignado é capaz de oportunizar melhorias na sensação de bem-estar financeiro dos consumidores.

Daí a importância da educação financeira para o planejamento adequado das finanças, uma vez que Lusardi e Mitchell (2014) afirmam que a inclusão do conhecimento financeiro na vida das pessoas gera implicações importantes para o bem-estar, assim como o desenvolvimento de políticas que tem por objetivo aumentar os níveis de conhecimento da população.

Assim, é salutar pontuar que da mesma maneira que o aporte de crédito por meio de empréstimo consignado é uma opção benéfica e vantajosa para o servidor, pode configurar também uma espécie de armadilha no orçamento gerando (super) endividamento.

Nessa perspectiva Leão; Fernandes e Martins (2016) destacam que a oferta deste tipo de crédito pode representar uma opção favorável para as pessoas que fazem jus a esse recurso, permitindo que o enfrentamento das adversidades financeiras seja feita com um cenário mais favorável de juros mais baixos que os aplicados em outras modalidades de financiamento, a exemplo do cheque especial ou do cartão de crédito. Contudo, é necessário ter clareza ao contratar um empréstimo, pois ao lançar mão desse mecanismo de maneira corriqueira e recorrente pode-se gerar endividamentos excessivos e ininterruptos.

Desse modo, dada a relevância do crédito consignado e a necessidade de prudência quando recorrer a essa espécie de empréstimo, para Schuh; Coronel e Bender Filho (2017), o crédito consignado exerce influência sobre o comportamento da atividade econômica de um país, porém, embora sua concessão propicie uma alavancagem em curto prazo, esse desenvolvimento não se mantém a longo prazo.

Diante disso, se deu o crescimento exponencial do consumo das famílias ao longo da última década, entretanto, o desempenho da indústria e os investimentos não conseguiram acompanhar esta evolução. Compreende-se, a partir daí que o molde de crescimento atual produz expansão, mas seus efeitos são limitados.

Em paralelo a isso, é necessário frisar que o Brasil ainda enfrenta dificuldades quanto ao desenvolvimento de suas potencialidades, dentre elas a baixa taxa de poupança, sendo um dos países com menor taxa de poupança do mundo. O que se deve ao fato de não cultivar em sua essência o hábito de poupar, além de possuir um sistema de ensino que está aquém do desejado e de uma infinidade de empecilhos em forma de burocracia, segundo Neri (2019b).

Frente a essa realidade, Rodrigues, Menezes Filho e Komatsu (2018) afirmam que no Brasil as famílias 10% mais ricas são responsáveis por mais de 70% da poupança por meio de ativos financeiros, ao passo que os 50% mais pobres respondem por apenas 5%. Somado a isso, ao comparar renda e despesa as parcelas mais baixas na distribuição de renda possuem poupança negativa, o que demonstra um endividamento substancial das famílias mais pobres. O que pode ser explicado pelo fato de que boa parte das famílias mais pobres tem renda inferior às despesas, não possuindo reservas e assim tornando-se inviável constituir poupança.

Nessa linha, faz-se mister dizer que “assuntos como investimento, aposentadoria, parcelamento, endividamento, oferta, pagamento, perpassam por um ente muito presente em nossas vidas: o dinheiro. Para saber lidar com essas situações é importante ter uma boa

orientação quanto às finanças pessoais e familiar e sobre o mercado” (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2018, p. 70).

Segundo Rossato, Beskow e Pinto (2019) a atitude de assumir compromissos financeiros é inócua, posto que contrair dívidas não é algo danoso quando estas são liquidadas no período estabelecido. Porém, a partir do momento que os débitos deixam de ser honrados dentro dos prazos definidos, o indivíduo passa a ser considerado inadimplente. Compreende-se que esta representa uma situação de alerta pelo fato de que além de estar endividada, a pessoa não tem condições de quitar as dívidas no período determinado, provocando complicações com seu nome, e em situações mais graves comprometendo o orçamento de seus familiares.

Cabe ressaltar que nessas circunstâncias é recomendável buscar ferramentas que permitam libertar-se dessa situação, com o objetivo de evitar casos extremos, nos quais os indivíduos são incapazes de honrar seus compromissos financeiros e põem em risco a saúde financeira de toda família, sendo classificados como superendividados.

3.2.3 Conjuntura Atual x Endividamento do Servidor Público

No tocante aos aspectos econômicos, Medeiros, Oliveira e Bender Filho (2018) afirmam que embora tenha decorrido mais de duas décadas da implementação do Plano Real, hodiernamente o país se depara com um cenário político-econômico bastante instável, relacionado a um desequilíbrio fiscal recorrente, que conseqüentemente têm ocasionado sucessivos resultados econômicos negativos, como também um nítido processo de estagnação da economia, com ineficientes medidas para o desenvolvimento da atividade econômica.

Situação referente ao período anterior ao surgimento da pandemia do novo Coronavírus, que após os efeitos ainda incalculáveis dos impactos econômicos tende a ser bastante agravada.

Em meio a isso, a partir de um histórico de quedas sucessivas desde julho/2015, quando a Selic estava no patamar de 14,25% a.a., foi sendo traçada uma mudança na política monetária praticada no Brasil, representada por um marco histórico após a mais recente reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) em maio/2020, onde se chegou ao patamar de 3,0% a.a., ou seja, a menor taxa básica de juros já praticada desde o início dos registros em 1999. (BCB, 2020). Pontuando que a tendência de queda permanece, com perspectiva de a taxa Selic ser reduzida mais uma vez para cerca de 2,25% a.a.

Dessa maneira, compreende-se que o BCB utiliza da política monetária para traçar o andamento da atividade econômica e, por conseguinte, o nível de inflação praticada no país. De modo que, “Ao controlar a taxa de juro da economia, o BCB determina o custo do dinheiro no

mercado interbancário, influenciando assim o custo da captação de recursos das operações de crédito, uma vez que os bancos precificam a taxa de juros de tais operações considerando esse fator” (ASSIS, 2019, p. 10). Compreendendo-se assim que quanto mais baixo o nível de juros bancários praticados, maior será a demanda e conseqüentemente o consumo aumentará.

Entretanto, diante do atual cenário de enfrentamento da pandemia da Covid-19, todo o planejamento traçado sofrerá alterações frente aos prejuízos ainda inestimáveis que as mudanças econômicas causarão. Antes da pandemia do novo Coronavírus, havia uma situação de inflação controlada, estimada em cerca de 3,5% a.a., com perspectiva de permanecer pelos próximos 3 anos com uma taxa abaixo de 4,0% a.a., por meio da qual buscava-se um incentivo maior ao consumo, estímulo do investimento, diminuição da ociosidade da economia, além de uma melhoria no nível de desemprego e a movimentação do mercado de uma forma mais eficaz.

Contudo, essa situação vem sendo alterada bruscamente e registrou, em abril/2020, uma deflação de 0,31%, a maior desde 1998. Ressaltando que em 2020, o IPCA acumula alta de 0,22% e, nos últimos doze meses, de 2,40%, abaixo do piso da meta de inflação do Banco Central para no ano (IBGE, 2020).

E com o surgimento da Covid-19 ocorreu também um impacto devastador em larga escala a nível de economia mundial, promovendo conseqüências ainda sem precedentes para a situação econômica do Brasil. De acordo com o Banco Central do Brasil (2020) nota-se que:

No cenário externo, a pandemia de Covid-19 está provocando uma desaceleração significativa do crescimento global, queda nos preços das *commodities* e aumento da volatilidade nos preços de ativos. Nesse contexto, apesar da provisão adicional de estímulos fiscal e monetário pelas principais economias, e de alguma moderação na volatilidade dos ativos financeiros, o ambiente para as economias emergentes segue desafiador, com saída de capitais significativamente superior à de episódios anteriores BCB (2020).

Assim como, há de se considerar também que o PIB (Produto Interno Bruto), utilizado como medida de sucesso econômico de um país, vem apresentando desde 2014, uma queda abrupta em seu PIB *per capita*. Salientando que com o advento da pandemia de Coronavírus a situação tende a se complicar ainda mais, visto que há a estimativa de queda de cerca de 5,0% no PIB do Brasil em 2020.

Nesse diapasão, segundo Neri (2019c) em uma pesquisa desenvolvida para aferição do nível de felicidade dos povos considerando seu PIB *per capita*, no biênio 2017-2018, o Brasil ocupava a posição nº 37 de uma lista de 143 nações. Os países nórdicos Finlândia, Dinamarca e Noruega, ricos e com perspectiva igualitária, ocupam o podium. Por outro lado, países pobres e instáveis como Tanzânia, Yemen e Afeganistão figuram como lanternas. Quanto aos nossos

vizinhos sul americanos, Chile e Uruguai estão à frente do Brasil e Colômbia e Argentina estão posições atrás. Lembrando que no período 2013-2014 o Brasil figurava na posição 17º do ranking global, estava à frente de todos os vizinhos da América do Sul.

Quanto ao enquadramento em determinada classe econômica, seja A, B, C, D ou E, a relação pode ser feita com base no potencial de consumo de cada uma. Neri (2019b, p. 24) afirma que “As pessoas não são intrinsecamente pobres, ricas ou da classe média. Elas se encontram nesses estados em diferentes momentos do ciclo de vida”. Ou seja, podendo variar na classificação se um membro da família consegue um emprego melhor ou se está desempregado, se alguém ingressa na universidade ou é aprovado em um concurso público, se consegue uma promoção no trabalho, se compra um notebook ou um automóvel. E explica que essa classificação, chamada “Critério Brasil” une dados relativos à quantidade de bens de consumo duráveis que cada família tem, a exemplo de TVs, geladeiras e máquinas de lavar), associados ao número de banheiros ou se há empregados domésticos no domicílio.

Em paralelo a isso, a desigualdade de renda continua crescendo a ponto de recentemente alcançar a maior marca histórica desde o início de sua medição, refletindo esse atual cenário de apatia econômica e permanência da irrefutável desigualdade de renda brasileira. Esta que pode ser demonstrada com base em Neri (2019a, p. 20) “Desde o final de 2014 até o 2º trimestre de 2019, a renda dos 50% mais pobres da população caiu 17%, a dos 10% mais ricos 3% e a dos 1% mais ricos cresceu 10%”.

Nota-se que a parcela mais carente da população segue perdendo o pouco rendimento que possui, ao passo que a classe mais abastada financeiramente não sofre prejuízo, mas consegue apesar da crise e do momento de dificuldade atual, incrementar sua renda em um percentual muito distante de toda dificuldade. O que faz lembrar uma realidade tão diversa e nem tão distante e que merece um contraponto “em outubro de 2014 encontramos os menores indicadores de desemprego e os maiores salários reais da série histórica” (NERI, 2018, p. 8).

Destacando que segundo pesquisas realizadas trimestralmente pela PNADC/IBGE ⁴tem sido observado um contínuo distanciamento da renda do trabalho entre os brasileiros, isto é, uma evolução da desigualdade e da média de renda associada a consequências diretas sobre o bem-estar social e o nível de pobreza.

Nesse contexto, Neri (2019a) constata que o início do agravamento destas variáveis se dá a partir do quarto trimestre de 2014, período posterior ao segundo turno do pleito

⁴ Pesquisa nacional por amostras de domicílios contínua – Acompanha as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país (IBGE).

presidencial, que perdura com a expansão da desigualdade de renda até o segundo trimestre de 2019.

E apresenta um dado relevante, ao detectar que “a desigualdade de renda domiciliar *per capita* do trabalho está aumentando há 17 trimestres consecutivos quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse é o maior período de concentração da série histórica brasileira” (NERI, 2019a, p. 20). O que é corroborado por Carvas (2018, p. 15) ao afirmar que “segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil se encontra em décimo lugar entre os piores índices de distribuição de renda no mundo”.

Esses fatores decorrem da má distribuição de renda, ausência de empregos e uma economia fragilizada, que segue sem forças para reação, impactando diretamente na vida do trabalhador, seja ele da iniciativa privada ou do serviço público. Cabendo salientar que “as variáveis socioeconômicas são determinantes na propensão ao endividamento dos indivíduos” e que a economia segue estagnada e com baixa capacidade de recuperação (VIEIRA; FLORES e CAMPARA, 2014, p. 200).

Tudo isso antes do início da pandemia de Covid-19, quando a inflação⁵ seguia controlada: encerrou o ano de 2017 em 2,95%; em 2018 fechou em 3,75% e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de 12 meses divulgado em outubro de 2019 foi de 2,54%, com tendência de queda (IBGE, 2019).

Porém, com o surgimento do novo Coronavírus houve uma mudança drástica no cenário mundial causando forte impacto na economia nacional, com o pior mês de abril nos últimos 22 anos, com deflação (-0,2%) em abril/2020 e o IPCA acumulado de 2,40% nos últimos 12 meses. Enquanto o dólar bateu novo recorde chegando a R\$5,84 em 07/05/2020 e a taxa Selic registrou o menor patamar da história, em 3,00% a.a. com tendência de novos cortes no futuro próximo e expectativa de chegar a 2,25% a.a., segundo dados do BCB (2020).

Em meio a essas alterações econômicas, os servidores públicos federais, em especial os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAES), que são o objeto deste estudo, se veem diante de uma realidade que segue sem perspectiva de melhorias, ao contrário. De acordo com informações da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF (2016) o último reajuste concedido à categoria, de 10,8% dividido em duas parcelas, foi pago em agosto/2016 e em janeiro/2017.

⁵ Nome dado ao aumento dos preços de produtos e serviços. Ela é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação. O IBGE produz dois dos mais importantes índices de preço: o IPCA, índice considerado oficial pelo governo federal e o INPC. (IBGE, 2019).

Desde então, tais servidores seguem acumulando perdas salariais de até 33% e o único aceno do governo em conceder 1% de reajuste pelo período de 10 anos remonta há dois anos, conforme relata a CONDSEF (2016). Salientando que tal aumento foi visto como inapropriado a partir de posicionamento recente do STF, que não entendeu como obrigação do Executivo fixar reajuste anual para os servidores federais. Embora a Constituição Federal preveja tal reposição em seu artigo 37, essa já é uma realidade enfrentada pela categoria há alguns anos.

Ainda nessa linha de austeridade e ajuste orçamentário, o governo federal desenvolveu uma proposta de Reforma Administrativa que visa, através de Emenda Constitucional, alterar as regras para os servidores públicos federais, determinando: o congelamento de salários e vedação de reajustes; suspensão das progressões, promoções ou incentivos na carreira; possibilidade de redução da jornada de trabalho em até 25% com diminuição proporcional dos vencimentos conforme a nova carga horária e a interrupção de concursos para o Executivo Federal, por um período de dois anos.

Sendo paralisada em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, mas produzindo efeitos semelhantes através das mudanças propostas na Lei Complementar nº 173/2020, que traça um plano de socorro aos estados e municípios no enfrentamento da Covid-19 por meio da alteração de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101/2000) com a proibição de todo tipo de reajuste que impacte em aumento de gastos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios até o dia 31 de dezembro de 2021.

Configurando um cenário de alerta para todos os servidores públicos federais, para as carreiras no serviço público, sobretudo para os técnicos administrativos das Universidades Federais, que são o foco deste estudo.

Diante dessas circunstâncias de restrições, é preciso ter em mente que a propagação e o acesso fácil ao crédito são fatores que podem ajudar na vida dos indivíduos ao proporcionar uma grande variedade de opções de recursos, mas por outro lado, merece cautela pelo fato de estimular o consumo inconsciente, segundo Campara, Vieira e Ceretta (2016).

Nesse sentido, seguem alguns exemplos de pesquisas desenvolvidas em Universidades Federais acerca dessa temática tão presente no cotidiano dos servidores.

Lopes (2018) desenvolveu um estudo com servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), com o objetivo principal de analisar os motivos que levam os servidores públicos a utilizarem o crédito consignado, assim como entender qual a percepção deles acerca dos impactos deste tipo de crédito no orçamento familiar.

Para tanto foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa, com aplicação de questionário e entrevistas em uma amostra de 143 servidores técnico-administrativos da UFV/MG. Os

resultados indicaram que, na percepção dos servidores, as causas mais relevantes para se utilizar crédito consignado são compra de imóvel, veículo ou terreno, realização de viagem, aquisição de mobiliário, a quitação de dívidas e uso do valor para ajudar parentes e amigos também foram mencionados. O que demonstra que o crédito era utilizado para atividades agregadoras, não meramente consumistas e sem um propósito maior.

Os resultados do estudo de Lopes (2018) também apontam como percepções de vantagens do crédito consignado fatores como o débito em folha, a não exigência de fiador, a facilidade para contratação e as taxas de juros praticadas. Como desvantagem foi citado o período longo para encerramento da dívida. E foi constatado que a maior parte dos entrevistados percebeu como vantajoso o uso do crédito consignado, não o vendo como um adicional da renda familiar e demonstrando que sabem gerir suas finanças de modo eficiente.

Acordi (2019) realizou um estudo de caso com os servidores ativos e efetivos do campus Medianeira da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) com o objetivo de investigar a relação entre o endividamento das famílias (inserido no contexto de finanças pessoais e nas mais diversas formas de endividamento) e a percepção da qualidade de vida que o servidor público tem, de acordo com a definição de qualidade de vida fornecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Para isso utilizou dados coletados do Sistema SIAPE e as respostas obtidas por meio do questionário (*survey*) aplicado junto aos servidores da UTFPR, acerca do endividamento familiar e comportamentos relacionados às finanças pessoais como também sobre qualidade de vida, através do modelo WHOQOL-BREF, desenvolvido pela OMS.

Os resultados encontrados por Acordi (2019) revelam que foram encontradas evidências estatísticas que demonstram a existência tanto da relação entre finanças pessoais e percepção da qualidade de vida do indivíduo, como da relação entre endividamento familiar e a percepção de qualidade de vida do indivíduo e que dentre as famílias endividadas, o endividamento "controlado" está associado à melhor qualidade de vida do indivíduo; e o endividamento "excessivo" está associado à pior qualidade de vida do indivíduo. E que a percepção que o indivíduo possui em relação à disponibilidade de renda é mais relevante que a renda bruta efetivamente recebida, ou seja, muito mais importante que a renda recebida é a percepção que o indivíduo tem sobre o dinheiro ser ou não suficiente para satisfazer suas necessidades.

Alves (2016) desenvolveu uma pesquisa com o total de 2.715 servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tendo como objetivo analisar o crescente índice de endividamento financeiro destes servidores e avaliar a necessidade de implantação de um programa de educação financeira no âmbito desta

Universidade. Para tanto foi realizada uma pesquisa quantitativa baseada em dados coletados no Sistema SIAPE juntamente com a técnica de pesquisa qualitativa, através da aplicação de um questionário direcionado ao conhecimento das possíveis causas de endividamento dos servidores.

Como resultados encontrados por Alves (2016), destaca-se percentual de 70% de servidores que são usuários do crédito consignado, ou seja, 1.903 servidores. Sendo compostos por 81% na faixa etária entre 41 e 60 anos de idade, 58% do sexo masculino, 49% deles são casados, 47% destes possuem nível superior e 82% possuem até dois dependentes cadastrados. Dentre os motivos de endividamento citados com maiores percentuais foram “investimento” e “consumo” com 27% e 25%, respectivamente, seguidos por “má gestão familiar”, com 19% e “redução de renda familiar”, citado por 12% dos servidores entrevistados. Revelando a necessidade de implementação da ação de educação financeira, mecanismo imprescindível para a organização e manutenção de um orçamento financeiro saudável e equilibrado.

Pacheco (2017) elaborou um estudo tendo como foco central identificar quais os aspectos que exercem influência quanto a atitude ao endividamento e o conhecimento financeiro dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina levando em consideração questões de perfil e traços de personalidade. Para isso foi realizada uma pesquisa *survey*, com a utilização de um questionário estruturado enviado aos servidores da UFSC via *e-mail*. Para o tratamento dos dados foi adotada a estatística descritiva de perfil e de fatores pesquisados, como também a análise univariada por meio do teste t e anova e análise multivariada com uso da regressão linear múltipla.

Os resultados encontrados por Pacheco (2017), demonstram a predominância de traços de personalidade “conscienciosidade” e “abertura à experiência” e indicam que a maior parte dos servidores possui conhecimento financeiro e não apresenta atitude favorável ao endividamento. Dentre as relações entre as variáveis observadas, como por exemplo, os servidores que possuem moradia financiada, gastam mais do que ganham e que fazem ou já fizeram uso do crédito consignado estes são os que representam o perfil de risco com maior probabilidade de apresentar comportamento de endividamento.

De modo que, a descrição formada por mulheres, com maior faixa etária, menor tempo de serviço, que gastam mais do que ganham e que fazem ou já fizeram uso do crédito consignado representa o perfil de risco dos servidores com maior possibilidade de não apresentarem conhecimento financeiro. E que, embora grande parte dos servidores possuam um nível razoável desse tipo de conhecimento, existe ainda uma parcela expressiva de servidores

que não detém informações básicas na área de finanças, sendo cabível a implementação de programas de capacitação e aperfeiçoamento para esse público.

3.2.4 Propensão ao risco de Endividamento e a Relevância da Educação Financeira

Sabe-se que a ausência de educação financeira possui implicações diretas para o endividamento sem controle, e por conseguinte, para os altos níveis de inadimplência. Assim como, a percepção do risco também representa um fator ligado ao endividamento, sendo relevante avaliar o comportamento diante do risco, com o propósito de compreender se os indivíduos são mais propensos, contrários ou indiferentes ao risco frente às situações de compra, que no futuro, podem acarretar um quadro de endividamento (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

Nessa perspectiva, Nogueira (2009) elaborou um estudo destinado a avaliar a tolerância ao risco entre cônjuges e a partir dos resultados concluiu que os maridos possuem maior nível de tolerância ao risco que suas esposas. O estudo também revelou que quanto maior o nível educacional maior será a tolerância ao risco.

Enquanto Ponchio (2006) verificou uma relação entre os fatores idade, gênero e escolaridade. Afirmando que as mulheres são mais propensas ao endividamento do que os homens. Em relação à idade, os mais jovens apresentam maior propensão em contrair dívidas e que quanto menor o grau de escolaridade de uma pessoa maior será a sua tendência ao endividamento.

Diante disso, Campara, Vieira e Ceretta (2016) pontuam que o endividamento pode acarretar problemas financeiros a exemplo da inadimplência, comprometimento da capacidade de controle dos recursos, diminuição da sensação de bem-estar financeiro associado a emoções negativas, que resultam em problemas de saúde, como angústia e estresse. Assim como, perda de concentração, queda da motivação e diminuição da produtividade, impactando na qualidade de vida no trabalho, embora o indivíduo muitas vezes não perceba essa relação (VIEIRA; KILIMNIL; SANTOS NETO, 2016).

Nessa linha, Soares, Cavalhero e Trevisan (2017, p. 02) citam problemas relacionados ao superendividamento, como: “absenteísmo; perda de produtividade; afastamento por transtornos mentais e do comportamento (depressão, alcoolismo, suicídio, uso de entorpecentes); desagregação familiar, além de transtornos e doenças psicossomáticas.

Na visão de Oliveira e Santana (2019) uma maior compreensão sobre finanças pessoais influencia as expectativas financeiras dos funcionários, aumentando o nível de satisfação no

local de trabalho. Ao passo que, com o desenvolvimento da percepção do bem-estar financeiro o estresse dos indivíduos também é reduzido, melhorando sua saúde.

Assim, pode-se compreender que “Se o *ter* traduz em alguma medida a qualidade de vida, paradoxalmente acaba por afetá-la, quando, por exemplo, o indivíduo precisa se endividar para ter ou precisa fazer sacrifícios para manter as aparências” (VIEIRA; KILIMNIK e SANTOS NETO, 2016, p. 25).

Ao passo que, “as pessoas detentoras de atitudes e comportamentos de gestão orçamentária, creditícia e de gestão do investimento satisfatórios, ou seja, pessoas financeiramente alfabetizadas tendem a melhor controlar e gerenciar suas finanças, evitando incorrer em dívidas” (KUNKEL; VIEIRA e POTRICH, 2015, p. 179). Ficando evidente a necessidade da educação financeira na vida dos indivíduos para que consigam gerir melhor seus recursos, tomar decisões mais responsáveis, utilizar os serviços financeiros de modo consciente e evitar contrair dívidas não planejadas que podem acarretar em endividamento.

É sabido que diversos países assim como o Brasil têm buscado a implementação de estratégias nacionais com o intuito de aprimorar o nível de educação financeira da população. Como exemplo disso Carvas (2018, p. 13) cita que “Em países mais desenvolvidos como os Estados Unidos, a educação financeira começa no ensino básico e acompanha o estudante durante toda sua vida escolar. A matéria é considerada, por alguns estados, tão essencial quanto a alfabetização e a matemática”.

Na visão de Carraro e Merola (2018) uma parcela do endividamento das pessoas é decorrente da ausência de planejamento e controle adequado do orçamento das famílias brasileiras e afirmam também que a educação financeira representa um fator essencial para que se desenvolva uma organização financeira mais eficiente.

Para Silva *et al* (2017) o conhecimento básico sobre finanças pessoais não é suficiente para se dizer que um indivíduo é alfabetizado financeiramente, sendo a taxa de poupança um fator significativo acerca desse conhecimento. Assim como, embora muitos autores utilizem os termos alfabetização financeira e educação financeira como sinônimos e eles possuam estreita relação, há diferenças conceituais entre eles, sendo a alfabetização financeira um conceito mais amplo pois abarca tanto o conhecimento financeiro, a atitude financeira e o comportamento financeiro, já a educação financeira tem ligação com o conhecimento financeiro do indivíduo.

De um modo geral, pode-se dizer que um plano de educação financeira, basicamente, deve abarcar tópicos essenciais como a importância do controle das dívidas, a maneira correta de se fazer o gerenciamento dos gastos, quais são os riscos envolvidos ao se tomar empréstimos, além de frisar a relevância em desenvolver um planejamento financeiro para aposentadoria.

Nessa linha, Vieira, Moreira Júnior e Potrich (2019, p. 27) entendem a educação financeira como “um dos pilares da cidadania financeira e um instrumento capaz de influenciar diretamente em fatores comportamentais importantes, como a compulsividade nas compras, o uso adequado dos cartões de crédito e a propensão ao endividamento”. Já na visão de Cordeiro; Costa e Silva (2018, p. 70) “a educação financeira nada mais é do que um processo de aprendizagem ligado às finanças pessoais, onde a sociedade tem a oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro”.

Ainda nesse contexto, para o (BCB, 2013, p. 8) a educação financeira pode ser definida como “o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico”. Isto porque os tipos de decisões financeiras tomadas pelos cidadãos influenciam, de modo geral, a economia como um todo, em virtude da ligação intrínseca a questões como os níveis de inadimplência e endividamento das pessoas com a capacidade de investimento do país.

Para o BCB (2019) estimular o hábito de poupar pode contribuir para que a população desenvolva resiliência e sofra menos impactos diante de situações de crises econômicas. Incentivar o aumento no nível de poupança do brasileiro representa um desafio que depende diretamente de maior educação financeira do cidadão para que possa ser contornado.

Em consonância com as diretrizes internacionais foi implementada no Brasil a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), através do Decreto nº 7.397/2010, que tem por finalidade auxiliar o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional assim como cooperar para tomada de decisões conscientes pelos consumidores.

Coordenada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), órgão colegiado composto por representantes governamentais e pela sociedade civil, a ENEF foi adotada como política de Estado e tem caráter permanente. Atua por meio de programas que englobam ações de educação financeira nas escolas e para a população adulta mais vulnerável (aposentados do INSS e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família), sempre oferecidas de forma gratuita, em âmbito nacional e sem cunho comercial.

Nesse contexto, cabe destacar a Semana Nacional de Educação Financeira, ou Semana ENEF, que acontece anualmente desde 2014, costuma ocorrer no mês de maio e foi desenvolvida com o intuito de divulgar a Estratégia Nacional e proporcionar ações de educação financeira em todo o Brasil.

Para Oliveira e Santana (2019) o aprendizado sobre questões financeiras representa um papel importante na formação da atitude e do comportamento dos indivíduos, uma vez que os

influenciam na gestão de recursos pessoais e, conseqüentemente, no nível de bem-estar financeiro. Assim como Felipe *et al* (2017, p. 105) afirma que “a educação financeira tem um impacto direto sobre alguns comportamentos, como investir em ações, por exemplo”.

Segundo Carvas (2018) o sucesso da educação financeira vai depender do tipo de comportamento financeiro que se quer atingir. Evitar dívidas e empréstimos são práticas mais custosas a serem modificadas se comparadas aos hábitos de poupar através dos meios de educação financeiras mais usuais.

Conforme Silva *et al* (2017) a facilidade de acesso ao crédito, a substancial emissão de cartões de crédito, o crescimento acelerado na venda de produtos financeiros e a falta de regulamentação dos mercados financeiros são alguns fatores que têm contribuído para o aumento da necessidade de alfabetização financeira.

3.3 Discussão Metodológica

O presente estudo é definido como uma pesquisa descritiva e exploratória, uma vez que “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2016, p. 132). Também possui características de pesquisa documental, em virtude de utilizar dados de instituições como o BCB, IBGE, IPEA, além de informações extraídas de pesquisas desenvolvidas em outras Universidades Federais. Tem corte transversal, método estatístico e a técnica utilizada foi a quantitativa, pois “No método quantitativo, os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 269).

A população da pesquisa é composta pelos servidores técnico-administrativos ativos integrantes do *campus* sede, em Dois Irmãos/Recife, ou seja, 838 servidores⁶. Salientando que a classe dos docentes (714 servidores) não foi incluída pelo fato dessa categoria ter tido um acordo de reajuste que vigorou até agosto/2018 juntamente com o pagamento da última parcela de aumento, enquanto os técnico-administrativos seguem como a classe que está há mais tempo sem nenhuma espécie de ganho.

A composição da amostra ocorreu por conveniência, desse modo, não-probabilística. Considerando que a amostra pode ser assim entendida a partir de Pacheco (2017, p. 61) que afirma “Não-probabilística, pois não há como estimar a probabilidade de cada servidor ser

⁶ Informações coletadas do extrator de dados da PROGEPE/UFRPE, no mês de novembro de 2019.

incluído na amostra e por conveniência, pois os servidores que participaram da pesquisa foram aqueles que se dispuseram a responder o questionário”.

Contando com uma população de 838 servidores, um nível de confiança de 95%, uma margem de erro de 5%, resultando em uma amostra formada por 263 pessoas. Tendo o recebimento de 185 respondentes válidos, o que corresponde a 22,08% da população e representa 70% da amostra definida, com base em Barbetta, Reis e Bornia (2004), tem-se que:

$$n_0 = \frac{z^2 \cdot p (1 - p)}{E_0^2}$$

$$n_0 = \frac{z^2}{4 \cdot E_0^2}$$

Para uma população de tamanho N:

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0 - 1}$$

Onde:

n = tamanho da amostra

N = tamanho da população

Z = variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p = verdadeira probabilidade do evento

e = erro de estimação permitido

A permissão para coleta de dados dos respondentes foi obtida mediante autorização formal concedida pela PROGEPE (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas) em 06/12/2019. O período definido para coleta das informações ocorreu entre os dias 07 e 26 de abril de 2020, através do compartilhamento do questionário pela ferramenta *Google Docs* via *e-mail* institucional dos servidores e por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, sendo realizadas duas tentativas de contato com os servidores, com um intervalo de 10 dias entre os envios do questionário (Apêndice A) e Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (Apêndice B), modelo retirado do site do comitê de ética da UFPE e adaptado para esta pesquisa.

Pontuando que, em decorrência da pandemia de Covid-19, a forma de contato presencial proposta inicialmente para a coleta de dados precisou ser substituída pelo método *on-line*, para o devido cumprimento do isolamento social determinado pelas autoridades de saúde. A realização do pré-teste ocorreu no mês de março de 2020, também via *e-mail*, com a participação de 10 pessoas selecionadas para contribuir com sugestões e validação do questionário.

Para o atendimento dos objetivos da pesquisa, foram tomados como base aspectos dos estudos de Flores (2012); Flores, Vieira e Coronel (2013); Leão (2016) e de Silva, Silva Neto e Araújo (2017), sendo desenvolvida uma pesquisa *survey*, na qual a técnica de coleta de dados adotada se deu por meio da utilização de um questionário estruturado, composto por 24 questões divididas em três dimensões.

A primeira conta com 6 questões relativas ao perfil das dívidas, a segunda possui 10 perguntas acerca da propensão ao endividamento e a atitude de risco e a terceira, com 8 perguntas referentes à noção de conhecimentos sobre educação financeira.

Dessa forma, visa analisar questões concernentes ao quantitativo de empréstimos que cada servidor possui, uso de outras formas de crédito como o cartão de crédito ou cheque especial e o respeito ao limite desejável de comprometimento da renda. Entendendo assim o contexto que os leva a adquirir crédito consignado e qual a percepção quanto ao risco de endividamento que estes servidores possuem.

Quadro 4 – Síntese do questionário referente ao perfil da dívida, propensão ao endividamento, percepção de risco e educação financeira

Bloco	Tema	Variáveis	Referências
1	Perfil da dívida	06 questões (Q14 a Q 19) sobre gastos e crédito consignado	(Q14) Flores (2012); Flores, Vieira e Coronel (2013)
			(Q15 e Q19) Silva, Silva Neto e Araújo (2017)
			(Q16 a Q18) Leão (2016)
2	Endividamento/Risco	10 questões (Q20 a Q29) divididas em propensão ao endividamento e percepção de risco	(Q20 e Q28) Leão (2016)
			(Q21 a Q25 e Q27) Flores (2012)
			(Q26 e Q29) Elaboradas pela autora
3	Educação Financeira	08 questões (Q30 a Q37) acerca da percepção de conhecimentos de educação financeira	(Q30 a Q35) Flores (2012) e
			(Q36 e Q37) Magalhães e Montreuil (2019)

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Flores (2012).

Para análise dos dados coletados via questionário foram utilizados o Microsoft Excel 2010 e o software IBM SPSS Statistics, no qual foram estimadas as estatísticas descritivas de frequência e tabela de referência cruzada, com base nas medidas de tendência central, média e soma, medidas de posição, frequência absoluta e relativa e o percentual válido das variáveis.

A pesquisa destinou-se a caracterizar como os servidores se comportam em relação aos gastos, analisar o endividamento/risco quanto às variáveis propensão ao endividamento e percepção de risco e verificar a noção de educação financeira no que tange à variável percepção de conhecimentos de educação financeira.

3.4 Análise dos Dados

Inicialmente, pretende-se identificar o perfil da dívida dentro do contexto que os participantes estão inseridos em relação aos gastos e ao crédito consignado, por meio da estatística descritiva das variáveis: dependência do crédito, relevância das despesas no orçamento, uso do empréstimo consignado, instituição responsável pelo contrato de crédito, causas de contrair empréstimo e estratégia para liquidar as dívidas.

- Perfil da dívida quanto aos gastos e ao crédito consignado

A partir da Tabela 18 pode-se perceber que com relação ao nível de gastos, a maior parte dos respondentes (40,00%) disse gastar menos do que ganha, seguido dos que afirmam gastar igual ao que recebem (31,35%). Nesse contexto, encontra-se o estudo de Flores, Vieira e Coronel (2013), que identificou que 58,8% dos entrevistados embora se considerassem endividados, gastavam menos do que ganhavam. Ao passo que Campara, Vieira e Ceretta (2016) identificaram que os entrevistados gastavam menos do que recebiam e afirmaram cumprir os compromissos de crédito, pagando as despesas em dia.

Cabendo salientar que quase 30% dos servidores da UFRPE vem gastando mais do que auferem, o que representa um sinal preocupante em relação ao endividamento e superendividamento. Em consonância com o estudo de Vieira, Flores e Campara (2014) que identificou diferença significativa no nível de endividamento conforme os gastos.

De modo que, os indivíduos que gastam mais do que ganham possuem maior propensão ao endividamento do que aqueles que gastam igual ou menos do que recebem. Na mesma linha, Flores (2012) verificou que as pessoas que gastam mais do que ganham arriscam-se mais e

estão mais predispostas ao endividamento. Compreendendo-se que o nível de gastos figura como um dos aspectos que podem influenciar na propensão ao endividamento pessoal.

Tabela 18 – Situação em relação aos gastos

Variável	Opções de Resposta	Frequência	Percentual
14. Em relação aos seus gastos, você diria que:	Gasto mais do que ganho	53	28,65%
	Gasto igual ao que ganho	58	31,35%
	Gasto menos do que ganho	74	40,00%
Total		185	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Para uma melhor compreensão acerca da situação dos gastos, a Tabela 19 realizou a decomposição por faixa etária, demonstrando que os respondentes mais jovens são os que gastam mais do que ganham (28,11%) e que a partir da faixa dos 45 anos até os mais idosos, os respondentes afirmam gastar menos do que recebem. Corroborando o estudo de Ponchio (2006) que identificou que os mais jovens apresentam maior propensão em contrair dívidas.

Nesse sentido, Vieira, Flores e Campara (2014) também constataram que os indivíduos mais jovens possuem maior tendência ao endividamento e níveis mais altos de impulsividade que as pessoas de idades mais elevadas.

Tabela 19 – Relação entre faixa etária e Situação em relação aos gastos

		% do Total			
		Situação dos Gastos			Total
		Gasto mais do que ganho	Gasto igual ao que ganho	Gasto menos do que ganho	
Faixa etária dos servidores	18 a 24 anos	0,54%	-	-	0,54%
	25 a 34 anos	28,11%	2,70%	-	30,81%
	35 a 44 anos	-	28,65%	8,65%	37,30%
	45 a 54 anos	-	-	17,84%	17,84%
	55 a 64 anos	-	-	11,35%	11,35%
	maior que 65 anos	-	-	2,16%	2,16%
Total		28,65%	31,35%	40,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Quanto à pergunta nº 15: Quais itens mais pesam no orçamento? O Gráfico 1 permite observar a distribuição por comprometimento da renda: alimentação (23,61%), saúde (19,91%) e moradia (12,50%), respectivamente. Acompanhando os resultados encontrados por Silva, Silva Neto e Araújo (2017) que identificaram gastos com alimentação e financiamento de

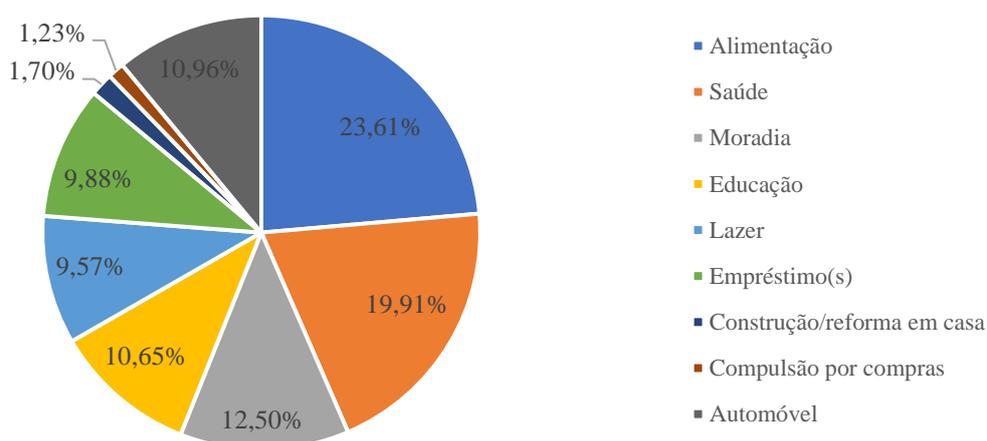
moradia/automóvel entre os itens mais citados pelos entrevistados no que tange ao comprometimento da renda.

Confirmando os dados obtidos pela Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018 realizada pelo IBGE (2019), que analisou as despesas de consumo das famílias em relação a renda média mensal familiar e identificou gastos com alimentação, moradia e saúde entre as cinco despesas mais citadas.

Fato que pode ser compreendido em virtude destes itens sofrerem frequente variação de preços, em contrapartida à remuneração dos servidores, que segue estagnada desde 2016, quando houve o último reajuste concedido à categoria, de 10,8% dividido em duas parcelas, com a última sendo paga em janeiro/2017, segundo dados CONDSEF (2016).

Despesas com automóvel (10,96%), educação (10,65%) e empréstimos (9,88%) foram superiores ao que se gasta com lazer (9,57%), construção/reforma em casa (1,70%) e compras (1,23%), que representaram os itens com menor comprometimento da renda, sinalizando que o orçamento pode estar restrito ao pagamento das obrigações, limitando a qualidade do gasto realizado pelos respondentes. Uma vez que as despesas fixas inerentes à sobrevivência estão consumindo boa parte dos recursos auferidos.

Gráfico 1 – Itens que mais pesam no orçamento



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação ao empréstimo consignado, mais da metade dos servidores técnico-administrativos (56,76%) afirmou possuir ao menos um contrato de crédito com consignação em folha de pagamento, enquanto 43,24% disse não depender desse tipo de crédito, conforme Tabela 20. Um percentual não tão elevado quanto o encontrado por Alves (2016) que constatou

que 70% dos participantes utilizavam a modalidade de crédito consignado na folha de pagamento. Mas nem tão pequeno como o encontrado por Acordi (2019) ao verificar que apenas 41,6% dos respondentes possuíam empréstimo consignado.

Tabela 20 – Dependência de crédito consignado

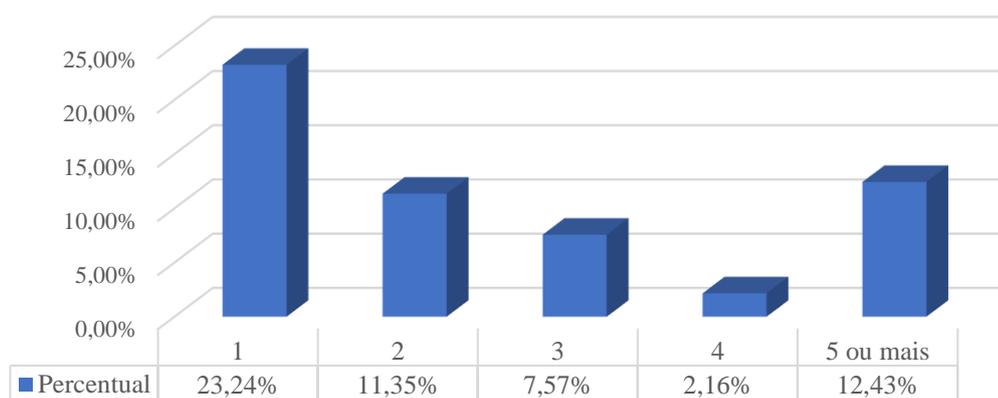
Variável	Opções de resposta	Frequência	Percentual
16. Possui algum empréstimo consignado?	Não	80	43,24%
	Sim	105	56,76%
Total		185	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No que tange ao panorama dos servidores que utilizam empréstimo consignado (56,76%), nota-se que a maior parte (23,24%) tem apenas um contrato de consignação em folha. O que pode ser evidenciado no estudo de Lopes (2018) ao afirmar que a maioria dos entrevistados possuía apenas um contrato de crédito consignado. Ao passo que Leão (2016) contabilizou a média de 1,3 contratos de consignação por servidor. E dados do BCB (2018) constataram que no triênio 2015-2017, os funcionários públicos possuíam em média 2,5 contratos de empréstimos consignados, superior aos celetistas (1,3) e abaixo dos aposentados e beneficiários do INSS (2,8).

Por outro lado, é relevante salientar que os participantes que contabilizam a marca de 5 ou mais empréstimos são 12,43%, representando uma parcela com sinal claro de endividamento. Fator que merece atenção, uma vez que esse patamar releva a existência de um grupo com as finanças amplamente comprometidas com despesas de consignação.

Gráfico 2 – Quantidade de contratos de crédito consignado por servidor



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A partir da Tabela 22, que permitiu assinalar mais de uma opção, foi possível compreender informações acerca das instituições financeiras mais escolhidas pelos respondentes do estudo. Nesse cenário, a Caixa Econômica Federal apresentou uma ligeira vantagem (16,74%) em relação ao Banco do Brasil S/A (16,29%), seguido do Bradesco (7,24%), Santander e Itaú cada um com 5,88%, além das outras instituições (14,93%) e dos participantes que afirmam não possuir empréstimo (33,03%). Corroborando os resultados apresentados quanto aos bancos mais usuais entre os servidores usuários do crédito consignado.

Já no que se refere à estratégia adotada para tentar sanar as dívidas, a alternativa mais apontada pelos servidores (33,46%) foi a contratação de empréstimo consignado, acompanhada da ajuda a parentes (15,18%) e do uso do limite do cheque especial (13,62%), sendo esta uma opção bastante arriscada em virtude das elevadas taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras. Os participantes que afirmaram não possuir crédito com consignação em folha, mais uma vez representaram 33,03%.

Tabela 21 – Instituição financeira e estratégias relativas ao crédito consignado

Variável	Opções de Resposta	Frequência	Percentual
17. Em qual(is) banco(s)/financeira você costuma contratar empréstimo consignado?	Banco do Brasil S/A	36	16,29%
	Caixa Econômica Federal	37	16,74%
	Bradesco	16	7,24%
	Santander	13	5,88%
	Itaú	13	5,88%
	Outros	33	14,93%
	Não possuo empréstimo	73	33,03%
18. Em caso de dívidas, que estratégia(s) você utiliza para quitá-las? (escolha até duas opções)	Pede emprestado a parentes	39	15,18%
	Contrata empréstimo consignado	86	33,46%
	Pede emprestado a amigos	13	5,06%
	Limite do cheque especial	35	13,62%
	Saque/Empréstimo do cartão de crédito	7	2,72%
	Recorre a pessoa que empresta dinheiro a juros	3	1,17%
	Não possuo dívidas	74	28,79%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com relação às causas que levaram os participantes a contrair crédito consignado, a partir da Tabela 23, em que foi permitida a escolha de mais de uma opção, observou-se gastos com moradia (15,41%), que podem ser relativos a aluguel ou prestação, seguidas das despesas com automóvel (11,11%), além de verbas para custear saúde e medicamentos (englobando os

pagamentos com plano de saúde) e da possibilidade de ajudar familiares ou amigos, ambas com 10,39% do total. O que evidencia a utilização do crédito com foco na satisfação pessoal, conforto, melhoria da qualidade de vida além de ajudar parentes e pessoas próximas.

Resultado semelhante ao encontrado por Acordi (2019) que identificou despesas com saúde, aquisição de imóvel ou de veículo como itens responsáveis pela contratação de crédito em consignação. E em consonância com Lopes (2018) ao evidenciar gastos com aquisição de bens (casa ou carro) como motivações pra contrair empréstimo consignado.

Continuando com a análise, verificou-se que despesas com educação (7,88%), viagens e lazer (7,16%), compras por impulso (6,10%) e pagamento de empréstimos (5,40%) apresentaram menor peso para contratação de crédito com desconto em folha na visão dos respondentes, além de 26,16% que afirmaram não possuir empréstimo consignado.

Tabela 22 – Qual(is) motivo(s) fizeram você contrair crédito consignado? (Q19)

	Frequência	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Despesas com educação	22	7,88%	7,9%
Gastos com saúde/medicamentos	29	10,39%	18,28%
Viagens/Lazer	20	7,16%	25,45%
Despesas com moradia/aluguel/prestação	43	15,41%	40,86%
Compras/Gastos por impulso	17	6,10%	46,95%
Parcela de empréstimo(s)	15	5,40%	52,33%
Despesas com automóvel	31	11,11%	63,44%
Para ajudar familiares/amigos	29	10,39%	73,84%
Não possuo empréstimo	73	26,16%	100,00%
Total	279	100,00%	

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Dando seguimento à análise dos dados, o próximo tópico destina-se a verificar o endividamento quanto às variáveis relativas à propensão ao endividamento e percepção de risco, com questões sobre os sentimentos que o endividamento pode acarretar, o controle sobre as dívidas, compras por impulso, endividamento para pagar despesas cotidianas, desejo pelo

consumo, refinanciamento de dívidas, risco em ser avalista de alguém, percepção quanto ao endividamento e o hábito de organização das despesas.

- Análise do endividamento em relação às variáveis propensão ao endividamento e percepção de risco

São muitos os sentimentos que podem surgir quando a saúde financeira encontra-se comprometida em decorrência das dívidas, dentre eles observou-se a partir da Tabela 24, que a ansiedade foi o mais citado (28,73%), acompanhado da angústia (19,09%) e da tristeza (16,00%). É comum também sentir nervosismo (13,64%) e impotência ou culpa (11,27%). Sentimentos que podem comprometer o desempenho funcional e afetar a vida pessoal do endividado, uma vez que segundo ACORDI (2019, p. 102) “existe relação entre finanças pessoais e qualidade de vida e também há relação entre endividamento e qualidade de vida”.

Tabela 23 – Sentimentos que o desequilíbrio financeiro pode causar

Variáveis	Opções de Resposta	Frequência	Percentual
20. Quais sentimentos você acha que o desequilíbrio financeiro pode causar? (escolha até 3 itens)	Ansiedade	158	28,73%
	Tristeza	88	16,00%
	Nervosismo	75	13,64%
	Vergonha	41	7,45%
	Angústia	105	19,09%
	Humilhação	21	3,82%
	Impotência/Culpa	62	11,27%

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Conhecer as dívidas que se tem representa uma atitude responsável e relevante em relação ao endividamento, diante disso a Tabela 25 demonstra que 75,68% dos participantes sabe exatamente quanto possui em dívidas de cartão de crédito, empréstimo(s) e em lojas. Fato que revela a existência de um perfil mais comprometido com a utilização da renda frente ao orçamento disponível para gastos, com atenção aos limites disponíveis. O que denota consciência das dívidas e um comportamento responsável diante do endividamento.

Desse total, merece destaque a constatação que todas as 112 respondentes do sexo feminino afirmaram ter uma noção exata das dívidas que contraíram, representando 60,54% do total, enquanto os homens apresentaram um percentual menor (15,14%). O que demonstra que as mulheres tendem a ser mais organizadas no acompanhamento dos gastos.

Tabela 24 – Relação entre Gênero e Conhecimento das dívidas

		21. Sabe exatamente quanto deve em lojas, cartão e empréstimo?		Total	
		Sim	Não		
Distribuição por Gênero	Feminino	Contagem	112	0	112
		% do Total	60,54%	0,00%	60,54%
	Masculino	Contagem	28	45	73
		% do Total	15,14%	24,32%	39,46%
Total		Contagem	140	45	185
		% do Total	75,68%	24,32%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Diante de uma sociedade onde o consumo é estimulado constantemente, fazer compras por impulso pode representar um risco de endividamento caso esse hábito saia do controle. A partir da Tabela 26 observou-se que apenas as participantes do sexo feminino afirmaram possuir esse hábito sempre (2,70%) e também às vezes (37,84%), enquanto os respondentes homens foram maioria na opção raramente (28,11%) e figuraram como os únicos que nunca fazem compras por impulso (11,35%).

Demonstrando uma maior inclinação das mulheres à tentação do consumo irrefletido, entretanto, elas contam com um aspecto a seu favor, que consiste no maior conhecimento acerca das dívidas que possuem, conduta favorável à mitigação do risco de comprar sem pensar. E que os participantes do sexo masculino, menos suscetíveis às compras por impulso, remetem ao estudo de Campara, Vieira e Ceretta (2016) que evidenciaram que os pesquisados, em geral, não se caracterizaram como propensos ao desenvolvimento de comportamento de compras compulsivas. Em linhas gerais, assemelha-se ao estudo de Acordi (2019), que verificou que 55% dos entrevistados afirmaram nunca ou raramente fazer compras por impulso enquanto a parcela restante assumiu fazer isso às vezes ou sempre.

Tabela 25 – Relação entre Gênero e Compras por impulso

		22. Faz compras por impulso?				Total
		Sempre	Às vezes	Raramente	Nunca	
Distribuição por Gênero	Feminino	2,70%	37,84%	20,00%	-	60,54%
	Masculino	-	-	28,11%	11,35%	39,46%
Total		2,70%	37,84%	48,11%	11,35%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Analisando a percepção do endividamento decorrente de pagamento de despesas cotidianas, com base na Tabela 27 nota-se que a grande maioria dos servidores (67,03%) compreende que não se deve comprar acima da capacidade de pagamento, acompanhado de 77,03% dos participantes que afirmou fazer dívidas desde que estejam dentro do orçamento. Indicando a noção de responsabilidade quanto aos gastos e uma conduta mais conservadora em relação às dívidas.

Enquanto 32,97% dos respondentes concordou em endividar-se para pagar contas, seguido de 22,70% que relatou fazer dívidas além do limite financeiro, o que representa um comportamento favorável ao endividamento, sobretudo, se praticado sem o devido cuidado.

Com relação à propensão ao consumo, pouco mais da metade dos servidores (54,59%) se disse satisfeito e não desejar fazer novas aquisições, por outro lado, 45,41% dos participantes revelou sentir-se bem ao comprar, representando um exemplo da realidade na qual o consumo desmedido tornou-se um meio de satisfação das necessidades.

Quanto ao refinanciamento de contrato de empréstimo, a maioria dos servidores (58,92%) afirmou não cultivar essa prática, acompanhado de 41,08% que admitiu já ter refinanciado dívidas. Fato que demonstra a preferência em não refinanciar os débitos por ter consciência de se tratar de uma atividade arriscada em meio às dívidas, mas que também exhibe uma parcela que detém esse comportamento de risco, uma vez que o refinanciamento de dívidas reflete a falta de planejamento resultante da incapacidade de pagamento, o que acarreta o comprometimento cada vez maior do orçamento já desequilibrado.

Ainda em relação à percepção de risco, praticamente todos os servidores (94,05%) identificaram risco em ser avalista de alguém, seja familiar ou amigo, e apenas 5,95% não vê problema nessa conduta. Evidenciando um comportamento pertinente à ideia de risco, por se tratar de uma situação que geralmente envolve a incerteza no que tange à obrigação de arcar com a dívida contraída por terceiros.

Em relação à noção de organização do orçamento, 63,78% dos participantes se considera capaz de fazer uma boa gestão dos recursos, considerando os recebimentos e os gastos mensais. Corroborando o estudo de Campara, Vieira e Ceretta (2016) que verificou que os entrevistados se sentem satisfeitos com a maneira que gerem seus recursos. Ao passo que, 36,22% afirmou ter dificuldades no planejamento e se atrapalhar com as contas.

Tabela 26 – Endividamento frente às variáveis propensão ao endividamento e percepção de risco

Variáveis	Opções de Resposta	Frequência	Percentual
23. Acha normal as pessoas se endividarem para pagar as contas?	Sim. Pois as despesas aumentam e o salário não.	61	32,97%
	Não. Só devemos comprar o que podemos pagar.	124	67,03%
24. Você concorda em fazer dívidas desde que haja condições de pagá-las?	Sim. Faço dívidas dentro do meu orçamento.	143	77,30%
	Não. Às vezes gasto/compro acima do meu orçamento.	42	22,70%
25. Se você pudesse comprar mais coisas sua vida seria mais feliz?	Sim. Eu me sinto bem quando faço compras	84	45,41%
	Não. Estou satisfeito com o que tenho.	101	54,59%
26. Você já refinanciou algum contrato de empréstimo?	Sim	76	41,08%
	Não	109	58,92%
27. Você acha arriscado ser avalista/fiador de alguém?	Sim	174	94,05%
	Não	11	5,95%
28. Você se considera organizado (a) quando se trata de gerir o dinheiro no dia-a-dia?	Não. Acabo me atrapalhando nas contas.	67	36,22%
	Sim. Sei planejar bem o uso do meu dinheiro.	118	63,78%

Fonte: dados da pesquisa (2020).

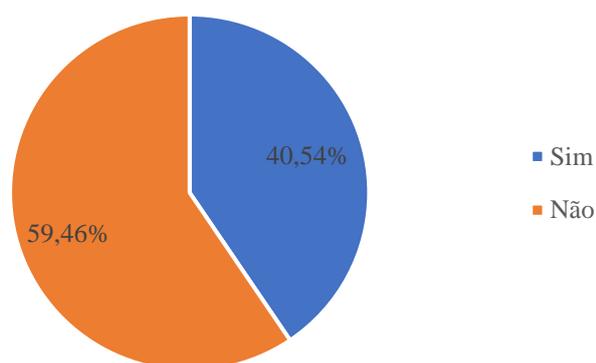
Analisando a resposta ao questionamento nº. 29: Atualmente, você se considera endividado? Verificou-se no Gráfico 3 a percepção de endividamento dos respondentes, em que mais da metade (59,46%) não se enxerga endividado. Demonstrando que o fato de utilizarem o crédito em consignação, não implica na percepção de que os gastos superam as receitas nem que os respondentes percebem o empréstimo como uma extensão da renda.

Resultado que segue a mesma linha dos achados de Leão (2016) ao verificar que dentre os 189 entrevistados, apenas 23 afirmaram que se reconhecem endividados, embora 38% dos participantes tenha considerado que o orçamento doméstico estava desequilibrado.

Acompanhando o estudo de Vieira, Flores e Campara (2014) que identificou que a maioria dos entrevistados no estudo demonstrou utilizar o crédito, mas ressaltou que os gastos não ultrapassam a renda.

Em contrapartida, observou-se a partir do Gráfico 3, que 40,54% reconhecem possuir dívidas capazes de comprometer a renda, o que representa um percentual de endividados bastante significativo, por sinal.

Gráfico 3 – Percepção de endividamento dos servidores



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Em relação ao terceiro aspecto da análise dos dados, que consiste em verificar a atitude ao endividamento baseado nas variáveis sobre percepção de conhecimentos de educação financeira, constam questões relativas: ao hábito de planejar o uso do dinheiro, prática de poupar recursos para constituir reservas e estabelecimento de metas financeiras, conduta de pagamento das despesas em dia, costume de pesquisar preços e solicitar descontos, preferência em comprar um produto financiado ao invés de poupar o dinheiro para comprar à vista, cultura de investimento e noção de conhecimentos de educação financeira.

- Análise da educação financeira em relação à variável percepção de conhecimento de educação financeira

Sabe-se que uma das atitudes favoráveis ao bom uso do dinheiro consiste no hábito de planejar os recursos, buscando controlar o fluxo de recebimentos juntamente com a ocorrência das despesas. Diante disso, a partir da Tabela 28 foi possível identificar que 65,95% dos servidores afirmam realizar o acompanhamento dos gastos e que 34,05% dizem não exercer esse controle. Fato que pode acarretar desequilíbrio financeiro, uma vez que sem o devido planejamento torna-se complicado saber quanto se deve gastar sem incorrer em excessos.

Em relação à prática de poupar recursos visando constituir poupança e o estabelecimento de metas financeiras, evidenciou-se que praticamente metade dos servidores

(52,97%) possui esse hábito, ao passo que 47,03% não diz não seguir esse caminho. Corroborando os achados de Acordi (2019) que verificou que a maioria dos servidores entrevistados possui o hábito de poupar e constitui algum nível de poupança familiar.

Ainda nesse sentido, constatou-se que 58,92% dos participantes conta com reserva financeira para situações inesperadas, enquanto 41,08% não possui qualquer tipo de recurso acumulado para uma situação de possível emergência financeira, o que é considerado um comportamento de risco, pois em caso de imprevistos não haverá um chamado plano B.

Fato diverso do verificado na pesquisa desenvolvida por Campara, Vieira e Ceretta (2016), pois constataram que a maioria dos entrevistados não possui o hábito de poupar, e, diante disso, pontuaram que a relevância do ato de economizar está nas compensações futuras que serão recebidas por aqueles que tem o hábito de reservar a cada mês um pouco de dinheiro.

Compreende-se que a conduta de não guardar nada do que ganha pode ser explicada pelo fato de o Brasil não cultivar em sua essência o hábito de poupar, apresentando uma das menores taxas de poupança do mundo, conforme Neri (2019b).

Por outro lado, a grande maioria dos respondentes (85,95%) tem o hábito de pagar suas contas em dia, seguido por aqueles que admitem atrasar o pagamento ocasionalmente (10,81%). Essa preferência em manter os pagamentos em dia representa a preocupação em honrar os compromissos e, por conseguinte, não ser exposto aos juros exorbitantes do cartão de crédito tampouco ser incluído nos cadastros de devedores e ter o nome negativado.

Aspecto semelhante ao identificado no estudo de Campara, Vieira e Ceretta (2016) que concluíram que os entrevistados comportam-se adequadamente em relação as próprias finanças e que a maior parte deles também tem o hábito de pagar as contas em dia, demonstrando uma preocupação com os compromissos financeiros.

Quanto ao hábito de realizar pesquisas de preços e solicitar descontos ao comprar ou consumir algo, parcela significativa dos servidores (82,70%) revelou adotar essa conduta, em contrapartida, apenas 17,30% disse não se importar com isso. O que demonstra a preocupação em conseguir o melhor preço e as melhores condições sempre que possível.

Ainda em relação à carência de comportamento poupador do brasileiro, foi observado mais um indício de que esta prática não é utilizada como poderia, uma vez que a maior parte dos participantes afirmou ter o hábito de financiar um produto ao invés de esperar acumular o recurso para realização da compra à vista.

Tabela 27 – Análise da educação financeira em relação à variável percepção de conhecimento de educação financeira

Variáveis	Opções de Resposta	Frequência	Percentual
30. Tem o hábito de planejar o uso do seu dinheiro, analisando e anotando os gastos (ex: planilha de receitas e despesas pessoais, aplicativo, caderno)?	Não	63	34,05%
	Sim	122	65,95%
31. Está acostumado a poupar dinheiro e estabelecer metas financeiras:	Não	87	47,03%
	Sim	98	52,97%
32. Costuma pagar suas contas em dia:	Não	6	3,24%
	Sim	159	85,95%
	Às vezes atraso	20	10,81%
33. Possui reserva financeira que possa ser usada em casos inesperados?	Não	76	41,08%
	Sim	109	58,92%
34. Tem o hábito de comparar os preços e pedir desconto:	Não	32	17,30%
	Sim	153	82,70%
35. Costuma comprar um produto financiado em vez de juntar dinheiro para comprá-lo à vista:	Não	67	36,22%
	Sim	118	63,78%

Fonte: dados da pesquisa (2020).

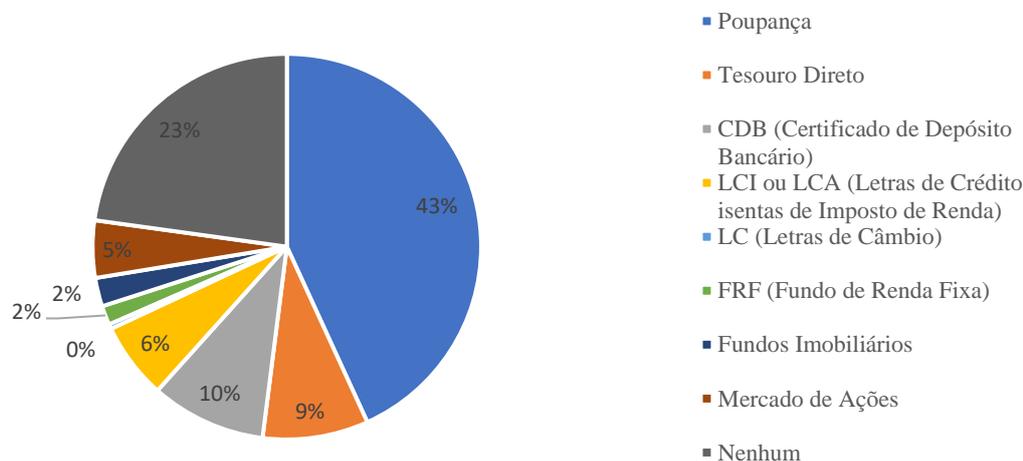
Analisando as possibilidades de investimento financeiros mais comuns disponíveis no mercado, com base no Gráfico 4, nota-se que a maior parte dos servidores (43,0%) ainda concentra suas economias na poupança. Fato que indica o conhecimento limitado quanto às nuances do mercado financeiro, como também demonstra a opção pela segurança, uma vez que a poupança é considerada o meio mais seguro para se investir.

Mas cabe ressaltar que o retorno do investimento é inversamente proporcional, pois quanto menor o risco menor será a lucratividade. Logo em seguida, observou-se a parcela de servidores que não possui nenhum tipo de reserva financeira (23,0%), o que leva a crer que não está sobrando recurso para poupar após o pagamento das despesas.

Salientando as considerações feitas por Campara, Vieira e Ceretta (2016) ao constatarem que quanto mais as pessoas se preocuparem com investimentos financeiros,

poupança, gestão financeira eficiente e consumo consciente, menores serão suas atitudes ao endividamento.

Gráfico 4 – Qual(is) destes investimentos você possui? (Q36)



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Com o intuito de compreender melhor como se comporta o investimento dos técnico-administrativos no âmbito da UFRPE, a Tabela 29 permite identificar que a poupança é o único tipo de investimento que permeia praticamente todos os diversos níveis de escolaridade, desde o ensino médio completo (3,24%), ensino superior incompleto (1,62%), ensino superior completo (15,14%) até a especialização (38,38%).

Destacando que quanto maior o grau de escolaridade maior também é o percentual investido, fato que pode ser decorrente também dos maiores salários, uma vez que quanto maior o grau de instrução dos servidores maior será sua remuneração. Nota-se também que os graus mais elevados de formação não vislumbram na poupança uma opção interessante, de modo que, os servidores que possuem mestrado apresentam praticamente todos os outros tipos de investimento e que os respondentes com doutorado investem em opções menos usuais e mais rentáveis, como fundos imobiliários (1,08%) e mercado de ações (2,16%).

Ratificando os achados de Flores, Vieira e Coronel (2013) que identificaram que os indivíduos pesquisados possuem um perfil de investimento conservador, com os menores percentuais de investimento nos ativos de maior nível de risco, a exemplo do mercado de ações.

Assim como o estudo de Silva, Silva Neto e Araújo (2017) que analisou como se dava a alocação do patrimônio dos entrevistados, verificando que a maior parte deles está concentrada em opções pouco rentáveis, como foi o caso da poupança, e que as alternativas

mais arriscadas, a exemplo do investimento em mercado de ações, figurou entre os menores percentuais. Demonstrando a necessidade de diversificação da carteira de investimentos, que pode ser decorrente da possível falta de educação financeira dos servidores.

Tabela 28 – Relação entre Investimentos e Grau de escolaridade

Investimentos	Grau de escolaridade						Total
	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Poupança	3,24%	1,62%	15,14%	38,38%			58,38%
Tesouro Direto				11,35%	0,54%		11,89%
CDB (Certificado de Depósito Bancário)					12,97%		12,97%
LCI ou LCA (Letras de Crédito isentas de Imposto de Renda)					8,65%		8,65%
LC (Letras de Câmbio)					0,54%		0,54%
FRF (Fundo de Renda Fixa)					2,16%		2,16%
Fundos Imobiliários					2,16%	1,08%	3,24%
Mercado de Ações						2,16%	2,16%
Total	3,24%	1,62%	15,14%	49,73%	27,03%	3,24%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2020).

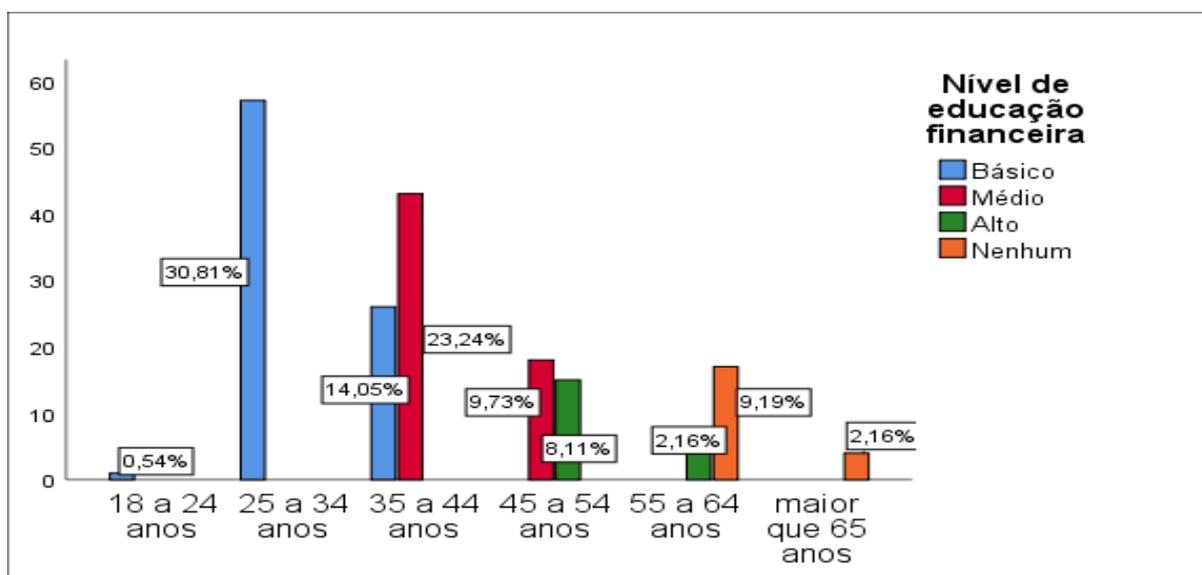
Em relação à pergunta nº 37 que trata da percepção de conhecimentos sobre Educação Financeira, observou-se a partir do Gráfico 5, que a maior parte dos servidores (45,40%) possui apenas conhecimentos básicos e é formada pelos servidores mais jovens, entre 18 e 44 anos. Indo de encontro aos achados de Pacheco (2017) em que pessoas mais jovens demonstram mais conhecimento financeiro do que as mais velhas.

Já as faixas intermediárias (de 35 a 54 anos) apontaram uma noção média de educação financeira (32,97%) assim como, verificou-se que quanto mais elevadas são as idades menor é o conhecimento financeiro (11,35%). Corroborando as conclusões do estudo de Silva, Silva Neto e Araújo (2017) que constataram que a maioria dos entrevistados (41%) possui um nível baixo de educação financeira, acompanhado de um grupo reduzido (19%) classificado com alto nível de conhecimentos financeiros. Detectaram também, que ao relacionar as variáveis idade e educação financeira, quanto maior a idade mais baixo é o nível de educação financeira dos respondentes, a exemplo do presente estudo que identificou os respondentes com nenhum tipo de conhecimento financeiro estão nas faixas etárias mais elevadas, a partir dos 55 anos de idade.

Salientando que “o aumento da oferta de crédito, associado à falta de conhecimento financeiro, é uma combinação que vem resultando em índices elevados de empréstimos e

inadimplência. Já que indivíduos sem conhecimento financeiro tendem a incorrer em empréstimos de alto custo” (PACHECO, 2017, p. 101).

Gráfico 5 – Percepção de conhecimentos sobre Educação Financeira



Fonte: dados da pesquisa (2020).

3.5 Considerações Finais

O presente ensaio se propôs a analisar o contexto que influencia os servidores técnico-administrativos efetivos da UFRPE lotados no *campus* Sede da UFRPE no processo de tomada de crédito consignado, bem como a propensão ao risco de endividamento a que estão expostos. Além de verificar a situação de endividamento frente à percepção de conhecimentos de Educação Financeira que apresentam. Para tanto, utilizou-se de dados coletados através da aplicação do questionário estruturado junto 185 aos servidores técnico-administrativos respondentes.

Partindo da análise dos dados a partir do questionário *survey* utilizado, observou-se que a maior parte dos respondentes (40,00%) afirmou gastar menos do que ganha e dentre os que relataram gastar acima do que recebem (28,65%) estão os servidores mais jovens (até 34 anos). Com relação ao comprometimento da renda, nota-se que as despesas com alimentação possuem um peso significativo no orçamento dos servidores (23,61%), seguidas de saúde (19,91%) e moradia (12,50%), respectivamente. O que se deve à constante oscilação e, por vezes, elevação de preço destes itens, que pode ser associada à situação de ausência de recomposição dos salários dos servidores ao longo dos 3 últimos anos, o que faz com que o poder de compra vá

sendo corroído e por isso as variações das despesas básicas não são acompanhadas pelo orçamento.

Ao passo que as despesas com moradia (15,4%), automóvel (11,1%), custeio de saúde/medicamentos e ajuda a familiares ou amigos, ambas com 10,4% do total, foram as mais citadas para contratação de crédito consignado. Demonstrando a possibilidade de opções que agreguem ao patrimônio, contribuindo para satisfação pessoal, conforto, além da oportunidade de ajudar parentes e pessoas próximas por meio do empréstimo com consignação em folha.

Gastos com educação (7,9%), viagens e lazer (7,2%) e compras por impulso (6,1%) ficaram em segundo plano, demonstrando que o custo com as obrigações tem sido implacável com os rendimentos auferidos por boa parte dos respondentes. E assim, acaba restando pouca margem para alocar os recursos em opções destinadas ao bem-estar aos envolvidos.

Diante disso, foi identificado que 56,76% dos participantes possui algum empréstimo consignado, e que embora as mulheres sejam maioria dentre os respondentes (60,54%), foram os homens que demonstraram maior dependência do crédito consignado (39,46%). Verificou-se também que dentre os usuários da consignação em folha de pagamento, a maior parte (23,24%) possui apenas um contrato vigente, ao passo que 12,43% registra a marca de 5 ou mais empréstimos, fator preocupante pois representa um indicativo claro de endividamento.

Já é relação ao comportamento de controle dos gastos, constatou-se que todas mulheres participantes da pesquisa (60,54%) afirmaram ter conhecimento das dívidas que contraíram, porém, foram os homens que se mostraram menos propícios ao consumo impulsivo e mais contidos ao responder que raramente ou nunca cedem às armadilhas das compras (59,45%).

No que tange à propensão ao consumo, pouco mais da metade dos servidores (54,59%) relatou estar satisfeito com o que possui, revelando um perfil mais conservador. Enquanto 45,41% afirmou sentir satisfação ao comprar, demonstrando propensão aos gastos, o que sinaliza a vulnerabilidade às tentações do mercado de consumo, comportamento arriscado quanto à questão do endividamento.

Cabe salientar que possuir consciência das dívidas é um ponto relevante na atitude ao endividamento, pois permite um maior controle das despesas para que não se incorra em novas despesas sem a devida capacidade financeira, da mesma forma é inerente ao bom planejamento não se deixar envolver pelo consumo imprudente.

Quanto a percepção do endividamento, verificou-se que 67,03% dos respondentes compreende que não se deve comprar além do que se pode pagar, seguidos de 77,03% dos participantes que afirmam contrair dívidas desde que dentro do orçamento, o que reflete um comportamento responsável frente ao endividamento.

Em relação ao refinanciamento de contrato de empréstimo, a maioria dos servidores (58,92%) afirmou não cultivar essa prática, porém, 41,08% admitiu ter refinanciado dívidas. Um ponto delicado, pois representa um comportamento de risco, em razão de o refinanciamento de dívidas indicar falta de planejamento decorrente da incapacidade de pagamento, o que acarreta o comprometimento cada vez maior do orçamento já desequilibrado. Quanto à percepção de risco, praticamente todos os servidores (94,05%) acham arriscado ser avalista de algum amigo ou familiar.

Analisando a noção de organização do orçamento, embora 63,78% do total dos respondentes se veja como organizado, 40,54 % admitem estar endividados, acompanhados de 47,03% que afirmam não possuir o hábito de poupar. O que sugere falta de recursos disponíveis para constituição de reservas, uma vez que as contas estão elevadas e o orçamento apertado.

Desse modo, quanto à percepção de conhecimentos de Educação Financeira, verificou-se que 45,40% dos servidores possui apenas conhecimentos básicos, sendo formada pelos participantes com idade entre 18 e 44 anos, fato que pode ser refletido nos 43,00% dos participantes que disse investir apenas em poupança. Também foi observado que quanto maior o grau de escolaridade, maior será o percentual investido no mercado financeiro.

Em síntese, foi possível compreender o contexto que leva o servidor técnico-administrativo pesquisado à tomada de crédito, compreendendo-se que, de maneira geral, embora não apresentem um nível elevado de conhecimentos em educação financeira, não possuem uma inclinação ao risco nem estão propícios ao endividamento, também prezam pelo pagamento das dívidas e procuram honrar os compromissos financeiros adquiridos.

Porém, a partir de pontos como o perfil das dívidas, fatores que levaram à dependência do crédito, contratação de empréstimo consignado, identificou-se uma tendência ao desequilíbrio financeiro em virtude do crescimento constante das despesas em discrepância com o orçamento. Fato que merece atenção e um melhor planejamento dos recursos financeiros visando evitar endividamento fora de controle.

Como limitação da pesquisa ressalta-se que embora o questionário tenha sido enviado a todos os servidores técnico-administrativos, apenas uma parcela ofereceu retorno. Não sendo possível identificar se os respondentes foram os mais endividados e com menos conhecimentos financeiros, ou o inverso. Desse modo, além dos resultados encontrados, este estudo tem contribuições no sentido de identificar sinais de endividamento e alertar os servidores diretamente envolvidos nesse processo.

Uma outra contribuição importante consiste na necessidade da promoção de cursos de capacitação na área de Educação Financeira para os servidores interessados, com o intuito de

provê-los de conhecimentos para serem eficazes na gestão dos recursos financeiros e desenvolverem um bom planejamento do orçamento familiar.

A relevância deste estudo se dá pela possibilidade de estender os resultados obtidos com o intuito de gerar contribuições em outras instituições de ensino. Assim, a partir dos resultados deste trabalho é possível promover ações de capacitação destinadas aos servidores de outras universidades, não se limitando apenas à UFRPE.

Por fim, como sugestões para trabalhos futuros, sugere-se a realização de estudos com outros públicos, com o intuito de compreender a dinâmica dos empréstimos e o impacto na vida dos servidores diante de um cenário tão desafiador como o que está por vir, em todo os sentidos.

REFERÊNCIAS

- ACORDI, Francine Patrícia Costa. **Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor**. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado profissional em Administração Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em rede Nacional, Curitiba, 2019. Disponível em: http://www.profiap.org.br/profiap/tcfs-dissertacoes-1/utfpr/2019/dissertacao_francine-patricia-costa_2019.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.
- ALVES, Hélio Heron da Silveira. **O Endividamento do Servidor Público no Brasil: O Caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147460>. Acesso em 10 jun. 2019.
- ANACHE, Marcelo; LAURENCEL, Luiz da Costa. Finanças comportamentais: uma avaliação crítica da moderna teoria das finanças. **Revista CADE**. v. 12, n. 1, p. 83-120, 2013. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cade/article/view/6331>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- ANDRADE, Marcelo Machado Teixeira D.; DINIZ, Eduardo Henrique. Previsão de Informações para Avaliar Políticas Públicas: O Caso da Inclusão Financeira. **Revista de Administração Contemporânea**, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 508-524, 2015. ISSN 1982-7849. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1117/1113>. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151864>. Acesso em: 18 set. 2019.
- ASSIS, Marcello Vinícius Cossio, **Determinantes do spread bancário de crédito de recursos livres no Brasil: uma análise por produto**. 2019. 44 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia e Finanças) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/26223>. Acesso em: 23 set. 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania Financeira – Empréstimo Consignado: características, acesso e uso**. Brasília: BCB, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art7_emprestimo_consignado.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.
- _____. **Cidadania Financeira – Gestão de finanças pessoais: caderno de educação financeira**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.
- _____. **Relatório de estabilidade financeira do Banco Central do Brasil**, Brasília, volume 18, nº 1, abr.2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/201904/RELESTAB201904-refPub.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- _____. **Taxas de juros básicas – Históricas**, Comitê de Política Monetária (COPOM). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 4 out. 2019.

_____. **COPOM reduz a taxa Selic para 3,00% a. a. Notícias.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17067/nota>. Acesso em: 7 maio 2020.

BARBETTA, Pedro Alberto; REIS, Marcelo Menezes; BORNIA, Antônio Cezar. **Estatística para cursos de engenharia e informática.** São Paulo: Atlas, 2004.

BONOMO, Brunno; MAINARDES, Emerson Wagner; LAURETT, Rozélia. Compra não Planejada e Endividamento Pessoal: Uma Análise de Relação. **Revista Administração em Diálogo**, v. 19, n. 3, p. 49-69, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/46811/compra-nao-planejada-e-endividamento-pessoal--uma-analise-de-relacao-/i/pt-br>. Doi: <http://dx.doi.org/10.23925/2178-0080.2017v19i3.32758>. Acesso em: 20 set. 2019.

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sérgio. Entendendo a Atitude ao Endividamento: Fatores Comportamentais e Variáveis Socioeconômicas o Determinam? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 15, n. 1, p. 5-24, 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/44489/entendendo-a-atitude-ao-endividamento--fatores-comportamentais-e-variaveis-socioeconomicas-o-determinam-/i/pt-br>. Acesso em: 20 set. 2019.

CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad; MEROLA, Aline. Percepções Adquiridas numa Capacitação em Educação Financeira para Adultos. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 19, n. 1, p. 414-435, 2018. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/52146/percepcoes-adquiridas-numa-capacitacao-em-educacao-financeira-para-adultos-/i/pt-br>. Acesso em: 20 set. 2019.

CARVALHO, Helder Araújo; SOUSA, Felipe Gerhard Paula; FUENTES, Verónica Ligia Peñaloza. Representação Social do Endividamento Individual. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 1, p. 100-115, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45029/representacao-social-do-endividamento-individual-/i/pt-br>. Doi: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v11i1.777>. Acesso em: 20 set. 2019

CARVAS, Philip Santos. **A educação financeira como política de desenvolvimento financeiro e econômico no Brasil.** 91 f. (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10735>. Acesso em: 12 out. 2019.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. **Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos.** XII SEMEAD – Seminários em Administração, São Paulo, ago. 2009. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=724. Acesso em: 15 out. 2019.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. Notícias, 2016. CONDSEF. Disponível em: <https://www.condsef.org.br/noticias/17-08-servidores-recebem-inicio-setembro-primeira-parcela-reajuste-firmado-processo-negociacao-ano-passado>. Acesso em: 7 nov. 2019.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; SILVA, Márcio Nascimento da. **Educação Financeira no Brasil: Uma perspectiva panorâmica.** Ensino da

Matemática em Debate (ISSN 2358-4122), [S.l.], v. 5, n. 1, p. 69 - 84, jun. 2018. ISSN 2358-4122. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emd/article/view/36841/25699>. Acesso em: 12 out. 2019.

FALLEIRO, Marcos Paulo da Silva. **Teoria do Prospecto e as diferenças de comportamento perante o risco entre gênero, escolaridade e idade**. 2014. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Economia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3980/1/458451.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

FELIPE, Israel José dos Santos; ERMEL, Marcelo Daniel Araújo; CASSIUS, Luís Felipe Pilati; SILVA, Wesley Mendes. Efeito de Crise Econômica sobre Escolhas de Ativos para Investimentos Pessoais. **Revista de Administração Contemporânea**, [S.l.], v. 21, p. 84-109, 2017. ISSN 1982-7849. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1255/1251>. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160087>. Acesso em: 18 set. 2019.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. **Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento**. Revista Adm. FACES, v. 12, n. 2, p. 13-35, abr./jun., 2013. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/808>. Acesso em: 05 nov. 2019.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça. **Modelagem de equações estruturais aplicada à propensão ao endividamento: uma análise de fatores comportamentais**. 2012. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Administração), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4621/FLORES%2c%20SILVIA%20AMELIA%20MENDONCA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 nov. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Inflação. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 2019. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 7 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNADC. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal. 2019. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 22 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. POF. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. 2019. **IBGE**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PEIC. Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Abril/2019. **IPEA**. [s.l.]. Disponível em:

<http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-1>. Acesso em: 15 nov. 2019.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect theory: an analysis of decision under risk. **Econométrica**, n. 47, p. 263-291, 1979. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/ecmemetrp/v_3a47_3ay_3a1979_3ai_3a2_3ap_3a263-91.htm. Acesso em 20 jun. 2020.

KUNKEL, Franciele Inês Reis, VIEIRA, Kelmara Mendes; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatorial. **Revista De Administração da USP**, São Paulo, 50 (2), 169-182, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/102884>. doi: <https://doi.org/10.5700/rausp1192>. Acesso em: 18 set. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEÃO, Ana Paula Camboim. **Empréstimos consignados e endividamento, uma estreita relação entre o(a)s servidores (a)s público(a)s Técnico-Administrativos em Educação**. 2016. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <http://www.tede2.ufpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/6188/2/Ana%20Paula%20Camboim%200Leao.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2019.

LEÃO, Ana Paula Camboim; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa; MARTINS, Marcelo Machado. Empréstimos consignados e endividamento familiar: estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Pernambuco. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 152-174, dez. 2016. ISSN 2236-8493. Disponível em: <https://www.periodicos.ufv.br/ojs/oikos/article/view/3747>. Acesso em: 26 maio 2019.

LIRA, Caetano Correia. **Crédito Consignado: cenários no Brasil e diagnóstico na UFPE (2010 a 2012)**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11720/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Caetano%20Correia%20Lira.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2019.

LOPES, Cilene Knauf. **Crédito consignado e suas implicações no orçamento familiar: uma análise para servidores da UFV**. 2018. Dissertação (em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/22094/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jun. 2019.

LUSARDI, Annamaria e MITCHELL, Olivia S., 2014. A Importância Econômica da Alfabetização Financeira: Teoria e Evidência. **Revista de Literatura Econômica**. Associação Americana de Economia, vol. 52 (1), páginas 5-44, março. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w18952.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

MAGALHÃES, Rachel Christine; MONTREUIL, Charles Ulises. A educação financeira na tomada de decisões dos jovens universitários: um estudo considerando as novas tecnologias bancárias e digitais. **Revista dos Mestrados Profissionais**, Recife, v. 08, n.1. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/RMP/issue/view/2867>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MEDEIROS, Angélica Pott de; OLIVEIRA, Giulia Xisto de; BENDER FILHO, Reisoli. Crédito consignado: segmentos e efeitos econômicos. **RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 17, n. 2, p. 782-810, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>. Acesso em: 26 maio 2019.

MILANEZ, Daniel Yabe. **Finanças Comportamentais no Brasil**. Dissertação (Economia das Instituições e Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09022004-130012/publico/Financas_Comportamentais_no_Brasil.pdf. Acesso em: 21 junho 2020.

MOURA, Rivania; OLIVEIRA, Sara Cristina Silva; SILVA, Raila Neris de Oliveira. Crédito consignado e seu impacto na vida dos aposentados. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 16, 2018. Anais... Vitória - ES. UFES, 2018. Disponível em: <http://www.publicacoes.ufes.br/ABEPSS/article/view/22717/15199>. Acesso em: 23 set. 2019.

NERI, Marcelo Cortes. Percepções da crise. **FGV Social - Centro de políticas sociais**, Rio de Janeiro, RJ - 27 p. out. 2018. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Pesquisa_Percepcoes-Da-Crise_MarceloNeri_FGVSocial.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

NERI (a), Marcelo Cortes. A escalada da desigualdade: Qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza? **FGV Social - Centro de políticas sociais**, Rio de Janeiro, RJ - 34 p. ago. 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em: 17 set. 2019.

NERI (b), Marcelo Cortes. As classes médias brasileiras. **FGV Social - Centro de políticas sociais**, Rio de Janeiro, RJ - 57 p. jul. 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/classes-medias-brasileiras-0>. Acesso em: 17 set. 2019.

NERI (c), Marcelo Cortes. Como vai a vida? Entendendo a economia da felicidade. **FGV Social - Centro de políticas sociais**, Rio de Janeiro, RJ - 36 p. mar. 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/felicidade>. Acesso em: 17 set. 2019.

NOGUEIRA, Roberto Carneiro Gurgel. **Finanças comportamentais: diferenças na tolerância de risco entre os cônjuges – replicando uma pesquisa e propondo alternativas complementares**. 2009. 80 p. [Dissertação de Mestrado]. Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

NUNES, Tamara Morel; FLORES, Silvia Amélia Mendonça; SILVA, Ana Carolina Cozza Josende. (2018). A aversão à perda e o excesso de confiança sob a ótica do gênero. *Consumer Behavior Review - Revista Comportamento do Consumidor*, v. 2, n. 1, p. 42-54.

Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cbr/article/view/15173>. Acesso em: 21 jun. 2020.

OLIVEIRA, Silvia Franco; SANTANA, Phillipe Martins. Financial Education at Workplace. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 1, p. 123-149, 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/53013/educacao-financeira-no-local-de-trabalho/i/pt-br>. Doi: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v13i1.27693>. Acesso em: 19 set. 2019.

PACHECO, Greicy Baina; CAMPARA, Jéssica Pulino; COSTA JR., Newton Carneiro Affonso da. Traços de personalidade, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro: um retrato dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 54-73, dez. 2018. ISSN 2175-8077. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018V20n52p54>. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018V20n52p54>. Acesso em: 03 ago. 2019.

PONCHIO, Mateus Canniatti. **The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo**. [Tese de Doutorado]. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, p. 175, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2519>. Acesso em: 22 set. 2019.

RODRIGUES, Mateus Santos; MENEZES FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno Kawaoka. Quem poupa no Brasil? **Insper Centro de políticas públicas**. Policy Paper, nº 33, Jul 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/PPP-quem-poupa-brasil.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

ROSSATO, Vanessa Piovesan; BESKOW, Rhuan Pivetta; PINTO, Nelson Guilherme Machado. O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 94-113, 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/54006/o-endividamento-e-os-seus-consequentes-nas-capitais-brasileiras-de-2010-a-2017>. Acesso em: 20 set. 2019. <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2019.v9i1.3098>.

SCHUH, Aline Beatriz; CORONEL, Daniel Arruda.; BENDER FILHO, Reisoli. Payroll Loans and its Relationship with the Aggregate Economic Activity (2004-2014). **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo. v. 18, n. 1, p. 148-173, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v18n1/1678-6971-ram-18-01-0148.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SOARES, Júnia Rosa; CAVALHERO, Alexandre; TREVISAN, Rafaela Luiza. Pesquisa de diagnóstico: O endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o programa de cidadania financeira de Santa Catarina. Conselho nacional de secretários de estado da administração. **X Congresso CONSAD de Gestão Pública**. 2017. Brasília, DF, 5, 6 e 7 de jul. 2017. Disponível em: <http://consad.org.br/trabalhos-selecionados-x-congresso/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

SILVA, Guilherme de Oliveira; SILVA, Antônio Carlos Magalhães D.; VIEIRA, Paulo Roberto da Costa; DESIDERATI, Michele do Carmo; NEVES, Myrian Beatriz Eiras D. Alfabetização Financeira versus Educação Financeira: Um Estudo do Comportamento de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 279-298, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/46577/alfabetizacao-financeira-versus-educacao-financeira--um-estudo-do-comportamento-de-variaveis-socioeconomicas-e-demograficas/i/pt-br>. Acesso em: 20 set. 2019.

SILVA, Jucyara Gomes; SILVA NETO, Odilon Saturnino; ARAÚJO, Rebeca Cordeiro da Cunha. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 104-120, maio /ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/32082>. doi:10.18405/recfin20170207. Acesso em: 26 maio 2019.

STEINER, Pedro; SILVA, Luciana Giles Da; GRAMMS, Lorena Carmen; MARCELINO, Edson; PRADO, Paulo. **A Teoria dos Prospectos revisitada: a influência dos beneficiários da decisão**. XII EnAnpad, Anais, 1998 Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1998-org-32.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do servidor público: uma análise econômica da situação na UnB**. 2015. 86 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18670?locale=fr>. Acesso em: 10 jun. 2019.

UFPE. Comitê de Ética e Pesquisa. Manual e Modelos. **Termo de Consentimento Livre Esclarecido**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/cep/manual-e-modelos>. Acesso em: 03 mar. 2020.

UFRPE. Relatório de Gestão do Exercício de 2016 da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **PROPLAN/UFRPE**. Recife, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B2iuOrgtdC8EZGdaY3VBU3IVUE0/view>. Acesso em: 23 set. 2019.

UFRPE. Relatório de Gestão do Exercício de 2018 da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **PROPLAN/UFRPE**. Recife, 2019. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/sites/www.ufrpe.br/files/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GESTAO%202018.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

VIEIRA, Kelmara Mendes; MOREIRA JUNIOR, Fernando de Jesus; POTRICH. Indicador de educação financeira: Proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, e0182568, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100302&lng=en&nrm=iso. pub 29 abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302018182568>. Acesso em: 19 out. 2019.

VIEIRA, Kelmara Mendes; FLORES, Sílvia Amélia Mendonça; CAMPARA, Jéssica Pulino. **Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS):** verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. *Teoria e Prática em Administração*, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2014. Disponível em: [http://www.spell.org.br/documentos/ver/34455/propensao-ao-endividamento-no-municipio-de-sant---](http://www.spell.org.br/documentos/ver/34455/propensao-ao-endividamento-no-municipio-de-sant-). Acesso em: 22 out. 2019.

VIEIRA, Erasmo Geraldo Fonseca; KILIMNIK, Zélia Miranda; SANTOS NETO, Silvino Paulino D. **Qualidade de Vida e Endividamento:** Estilos de Vida Associados ao Descontrole Financeiro e Consequências na Vida Pessoal e Profissional. *Reuna*, v. 21, n. 2, p. 23-62, 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/42138/qualidade-de-vida-e-endividamento--estilos-de-vida-associados-ao-descontrole-financeiro-e-consequencias-na-vida-pessoal-e-profissional/i/pt-br>. Acesso em: 20 set. 2019.

VIEIRA, Paulo Roberto da Costa; BARROS, Samuel de Jesus Monteiro; MATTOSO, Cecília Lima de Queirós; SILVA, Antônio Carlos Magalhães. (2018). Variáveis explicativas da atitude de consumo de crédito. **Revista Economia e Gestão**, PUC – Minas, Belo Horizonte, v. 18, n. 49, Jan./Abr. 2018. ISSN: 1984-6606. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/11480>. doi: <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2018v18n49p122-140>. Acesso em: 23 set. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO I

1. Gênero:
 - 1.1. Feminino ()
 - 1.2. Masculino ()
 - 1.3. Outros ()
2. Faixa etária:
 - 2.1. 18 a 24 anos ()
 - 2.2. 25 a 34 anos ()
 - 2.3. 35 a 44 anos ()
 - 2.4. 45 a 54 anos ()
 - 2.5. 55 a 64 anos ()
 - 2.6. maior que 65 anos ()
3. Estado Civil:
 - 3.1. Solteiro/a ()
 - 3.2. Casado/a ()
 - 3.3. Desquitado/a – Separado/a judicialmente ()
 - 3.4. Divorciado/a ()
 - 3.5. Viúvo/a ()
4. Possui filhos ou familiares que dependem de você?
 - 4.1. Não ()
 - 4.2. Sim (). Quantos?
 1. ()
 2. ()
 - 3 ou mais filhos/dependentes ()
5. Sua moradia é:
 - 5.1. Própria ()
 - 5.2. Alugada ()
 - 5.3. Financiada ()
 - 5.4. Reside com familiares ()
6. Qual seu grau de escolaridade?
 - 6.1. Ensino fundamental incompleto ()
 - 6.2. Ensino fundamental completo ()
 - 6.3. Ensino médio incompleto ()
 - 6.4. Ensino médio completo ()
 - 6.5. Ensino superior incompleto ()
 - 6.6. Ensino superior completo ()
 - 6.7. Especialização ()
 - 6.8. Mestrado ()
 - 6.9. Doutorado ()
7. Com relação à raça, você se considera:
 - 7.1. Branca ()
 - 7.2. Parda ()
 - 7.3. Preta ()
 - 7.4. Amarela ()
 - 7.5. Indígena ()
8. Tempo de serviço na UFRPE:
 - 8.1. Entre 0 e 3 anos ()
 - 8.2. Entre 3 e 5 anos ()
 - 8.3. Entre 5 e 10 anos ()
 - 8.3. Entre 10 e 15 anos ()
 - 8.4. Entre 15 e 20 anos ()
 - 8.5. Mais de 20 anos ()
9. Qual sua faixa de renda mensal familiar?
 - 9.1. Até 2 salários mínimos - R\$ 2.090 - ()
 - 9.2. Entre 2 e 3 SM – R\$ 2.091 a R\$ 3.135 ()
 - 9.3. Entre 3 e 5 SM – R\$ 3.136 a R\$ 5.225 ()
 - 9.4. Entre 5 e 6 SM – R\$ 5.226 a R\$ 6.270 ()
 - 9.5. Entre 6 e 8 SM – R\$ 6.271 a R\$ 8.360 ()
 - 9.6. Entre 8 e 10 SM – R\$ 8.361 a R\$ 10.450 ()
 - 9.7. Entre 10 a 15 SM - R\$ 10.451 a R\$ 15.675 ()
 - 9.8. Entre 15 a 20 SM – R\$ 15.676 a R\$ 20.900 ()
 - 9.9. Mais de 20 SM – R\$ 20.901 em diante ()
10. Como você costuma pagar suas despesas?
 - 10.1. Em dinheiro ()
 - 10.2. Cartão de débito ()
 - 10.3. Cartão de crédito ()
 - 10.4. Cheque ()
11. Você utiliza cartão de crédito?
 - 11.1. Não ()
 - 11.2. Sim (). Quantos?
 1. ()
 2. ()
 - 3 ou mais ()
12. Qual o percentual de sua renda líquida costuma ser utilizado para pagamento do(s) cartão(ões) de crédito/empréstimos?
 - 12.1. Até 10% ()
 - 12.2. Entre 10 e 20% ()
 - 12.3. Entre 20 e 30% ()
 - 12.4. Entre 30 e 40% ()
 - 12.5. Entre 40 e 50% ()
 - 12.6. Acima de 50% ()
13. Com que frequência depende de crédito (exemplo: cheque especial) para pagar gastos cotidianos?
 - 13.1. Sempre ()
 - 13.2. Às vezes ()
 - 13.3. Raramente ()
 - 13.4. Nunca ()
14. Em relação aos seus gastos, você diria que:
 - 14.1. Gasto mais do que ganho ()
 - 14.2. Gasto igual ao que ganho ()
 - 14.3. Gasto menos do que ganho ()
15. Quais itens mais pesam no seu orçamento? (escolha até 5 itens)
 - 15.1. Alimentação ()
 - 15.2. Saúde ()
 - 15.3. Moradia ()
 - 15.4. Educação ()
 - 15.5. Empréstimo(s) ()
 - 15.6. Construção/reforma em casa ()
 - 15.7. Compulsão por compras ()

- 15.8. Férias/Lazer ()
- 15.9. Automóvel ()
16. Possui algum empréstimo consignado:
- 16.1 Não ()
- 16.2 Sim (). Quantos?
1. ()
2. ()
3. ()
4. ()
- 5 ou mais empréstimos ()
17. Em qual(is) banco(s)/financeira você costuma contratar empréstimo consignado?
- 17.1. Banco do Brasil ()
- 17.2. Caixa Econômica Federal ()
- 17.3. Bradesco ()
- 17.4. Santander ()
- 17.5. Itaú ()
- 17.6. Outros. ()
- 17.7. Não possuo empréstimo consignado ()
18. Em caso de dívidas, que estratégia(s) você utiliza para quitá-las? (escolher até duas opções)
- 18.1. Pede emprestado a parentes ()
- 18.2. Contrata empréstimo consignado ()
- 18.3. Pede emprestado a amigos ()
- 18.4. Limite do cheque especial ()
- 18.5. Saque/Empréstimo do cartão de crédito ()
- 18.6. Recorre a pessoa que empresta dinheiro a juros ()
- 18.7. Não possuo dívidas ()
19. Qual(is) motivo(s) fizeram você contrair crédito consignado?
- 19.1. Despesas com educação ()
- 19.2. Gastos com saúde/medicamentos ()
- 19.3. Viagens/Lazer ()
- 19.4. Despesas com moradia/aluguel/prestação ()
- 19.5. Compras/gastos por impulso ()
- 19.6. Parcela de empréstimo(s) ()
- 19.7. Despesas com automóvel ()
- 19.8. Para ajudar familiares/amigos ()
- 19.9. Não possuo empréstimo ()
20. Quais sentimentos você acha que o desequilíbrio financeiro pode causar? (escolha até 3 itens)
- 20.1. Ansiedade ()
- 20.2. Tristeza ()
- 20.3. Nervosismo ()
- 20.4. Vergonha ()
- 20.5. Angústia ()
- 20.6. Humilhação ()
- 20.7. Impotência/Culpa ()
21. Você sabe exatamente quanto deve em lojas, banco, cartão de crédito, empréstimo?
- 21.1. Não ()
- 21.2. Sim ()
22. Faz compras por impulso?
- 22.1. Sempre ()
- 22.2. Às vezes ()
- 22.3. Raramente ()
- 22.4. Nunca ()
23. Acha normal as pessoas se endividarem para pagar as contas?
- 23.1. Sim. Pois as despesas aumentam e o salário não. ()
- 23.2. Não. Só devemos comprar o que podemos pagar ()
24. Você concorda em fazer dívidas desde que haja condições de pagá-las?
- 24.1. Sim. Só faço dívidas dentro do meu orçamento. ()
- 24.2. Não. Às vezes gasto/compro acima do meu orçamento. ()
25. Se você pudesse comprar mais coisas sua vida seria mais feliz:
- 25.1. Sim. Eu me sinto bem quando faço compras. ()
- 25.2. Não. Estou satisfeito com o que tenho. ()
26. Você já refinanciou algum contrato de empréstimo?
- 26.1. Sim ()
- 26.2. Não ()
27. Você acha arriscado ser avalista/fiador de alguém?
- 27.1. Não ()
- 27.2. Sim ()
28. Atualmente, você se considera endividado?
- 28.1. Sim ()
- 28.2. Não ()
29. Você se considera organizado (a) quando se trata de gerir o dinheiro no dia-a-dia?
- 29.1. Não. Acabo me atrapalhando nas contas ()
- 29.2. Sim. Sei planejar bem o uso do meu dinheiro. ()
30. Costuma planejar o uso do seu dinheiro, analisando e anotando os gastos (ex: planilha de receitas e despesas pessoais, aplicativo, caderno)?
- 30.1. Não ()
- 30.2. Sim ()
31. Está acostumado a poupar dinheiro e estabelecer metas financeiras:
- 31.1. Não ()
- 31.2. Sim ()

32. Costuma pagar suas contas em dia:

32.1. Não ()

32.2. Sim ()

32.3. Às vezes atraso ()

33. Possui reserva financeira que possa ser usada em casos inesperados?

33.1. Não ()

33.2. Sim ()

34. Tem o hábito de comparar os preços e pedir desconto:

34.1. Não ()

34.2. Sim ()

35. Costuma comprar um produto financiado em vez de juntar dinheiro para comprá-lo à vista:

35.1. Não ()

35.2. Sim ()

36. Qual(is) destes investimentos você possui:

36.1. Poupança ()

36.2. Tesouro Direto ()

36.3. CDB (Certificado de Depósito Bancário) ()

36.4. LCI ou LCA (Letras de Crédito isentas de Imposto de Renda) ()

36.5. LC (Letras de Câmbio) ()

36.6. FRF (Fundo de Renda Fixa) ()

36.7. Fundos Imobiliários ()

36.8. Mercado de Ações ()

36.9. Nenhum ()

37. Como você classifica seu nível de conhecimento sobre Educação Financeira?

37.1. Básico ()

37.2. Médio ()

37.3. Alto ()

37.4. Nenhum ()

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
TCLE
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Crédito consignado: perfil dos servidores da Universidade Federal Rural de Pernambuco e a propensão ao risco de endividamento, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Juliana Marçal da Silva, com endereço profissional situado na Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Seção de Progressões e Acertos Financeiros, Dois Irmãos-CEP: 52171-900 - Recife/PE, telefone: (81)97153380 e e-mail: julimarcas25@gmail.com e está sob a orientação do Prof. Marcos Roberto Góis de Oliveira, telefone: (81)988295363 e e-mail: mrgois@hotmail.com.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Descrição da pesquisa: A relevância acadêmica da presente pesquisa consiste em analisar de que forma os servidores públicos federais, sobretudo os servidores técnico-administrativos da UFRPE, têm utilizado o crédito consignado e como percebem a propensão ao risco de endividamento que o uso indiscriminado dessa forma de crédito pode acarretar. Essa pesquisa tem como objetivo geral identificar o perfil dos servidores técnico-administrativos ativos do campus Sede da UFRPE que são usuários do crédito consignado e qual a propensão ao risco de endividamento que possuem.
- Para o desenvolvimento desse estudo serão utilizadas as técnicas de análise documental e pesquisa bibliográfica, a coleta de dados se dará através de uma pesquisa survey com a aplicação de um questionário estruturado enviado por e-mail ou via formulário da ferramenta Google Docs. Apenas de forma *on-line* em virtude da impossibilidade da coleta ser feita

pessoalmente por conta do cenário atual da pandemia de Covid-19. O período de participação do(a) voluntário(a) se dará a partir do momento em que ele(a) se disponibiliza a responder o questionário e se encerra quando fornecer a última resposta, concluindo assim sua participação, sendo necessário apenas um acesso para participação na pesquisa. Em relação aos riscos, em alguns servidores podem surgir pensamentos de reflexão ou preocupação, os fazendo repensar o modo como estão usando os recursos ao responder alguma(s) questão(ões), isto a depender da sua situação financeira, mas, por outro lado, quanto aos benefícios, a participação na pesquisa pode despertar o interesse em melhorar a forma como estão usando o dinheiro ou até mesmo evidenciar que já fazem uma boa gestão financeira, trazendo uma sensação de bem-estar no que tange ao planejamentos de seus recursos.

Esclarecemos aos participantes que todas as informações dessa pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em pastas de computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de no mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária.

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo Crédito consignado: perfil dos servidores da Universidade Federal Rural de Pernambuco e a propensão ao risco de endividamento, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. E que ao clicar em concordo a solicitação de consentimento e esclarecimentos sobre a pesquisa é confirmado o aceite do voluntário em participar.